



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura
Rua Barão de Jeremoabo, nº 147 – CEP 40170-115 – Campus de Ondina – Salvador-BA
Tel.: (71) 3283-6256 – Site: <http://www.ppglinc.ufba.br> – E-mail: ppglinc@ufba.br



JURGEN ALVES DE SOUZA

**AS ESTRUTURAS REFLEXIVAS NO PORTUGUÊS POPULAR
DO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA**

**Salvador/BA
2017**

JURGEN ALVES DE SOUZA

**AS ESTRUTURAS REFLEXIVAS NO PORTUGUÊS POPULAR
DO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, na área de concentração em Linguística Histórica, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Língua e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Dante Lucchesi

**Salvador/BA
2017**

Dados internacionais de catalogação-na-publicação
(SIBI/UFBA/Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa)

Souza, Jurgen Alves de.

As estruturas reflexivas no português popular do interior do estado da Bahia / Jurgen Alves de Souza. - 2017.

182 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Dante Lucchesi.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2017.

1. Sociolinguística. 2. Contato linguístico. 3. Língua portuguesa - Variação - Bahia. 4. Língua portuguesa - Regionalismos - Bahia. 5. Língua portuguesa - Português falado - Bahia. I. Lucchesi, Dante. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 469.79808142

CDU - 81'27(813.8)



ATA PROVISÓRIA DE DEFESA DE TESE

DOUTORANDO(A): JURGEN ALVES DE SOUZA

TÍTULO DA TESE: AS ESTRUTURAS REFLEXIVAS NO PORTUGUÊS POPULAR DO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Linguística Histórica

DATA DA DEFESA: 31/03/2017

HORA: 9h

LOCAL: Sala de Defesas - ILUFBA

BANCA EXAMINADORA:

ASSINATURAS:

1. ORIENTADOR: DANTE LUCCHESI (UFBA/PPGLINC)

2. EXAMINADOR EXTERNO: JORGE AUGUSTO ALVES DA SILVA (UESB)

3. EXAMINADOR EXTERNO: SILVANA SILVA DE FARIAS ARAÚJO (UEFS)

4. EXAMINADOR INTERNO: JACYRA ANDRADE MOTA (UFBA/PPGLINC)

5. EXAMINADOR INTERNO: MARIA CRISTINA VIEIRA DE F. SILVA (UFBA/PPGLINC)

RESULTADO:

A BANCA EXAMINADORA, APÓS O EXAME DA TESE E ARGÜIÇÃO DO(A) CANDIDATO(A), DECIDIU PELA

aprovação da Tese com distinção, por sua excepcional qualidade e extrema originalidade.

aprovação da Tese.

reprovação da Tese.

reformulação da Tese, indicando o prazo de sessenta dias para apresentar a nova versão.

CONSIDERAÇÕES:

AUTENTICAÇÃO DO(A) PRESIDENTE DA BANCA EXAMINADORA

AUTENTICAÇÃO DO(A) ALUNO(A)

31/03/2017

PREENCHER SOMENTE EM CASO DE REFORMULAÇÃO DA TESE:

O(a) Doutorando(a) apresentou a reformulação e a Tese foi REPROVADA pela Banca.

O(a) Doutorando(a) apresentou a reformulação e a Tese foi APROVADA pela Banca.

AUTENTICAÇÃO DO(A) PRESIDENTE DA BANCA EXAMINADORA

AUTENTICAÇÃO DO(A) ALUNO(A)

___/___/___

À sertaneja de oitenta e quatro anos que, doutora pela universidade da vida, ensinou-me, desde menino, que é preciso fé para superar as dificuldades da caminhada, humildade para caminhar em constante aprendizado e generosidade para partilhar com outros caminhantes o que se vai aprendendo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fonte inesgotável de sabedoria e meu companheiro inseparável na caminhada da vida, pela capacitação intelectual nos momentos em que meu parco conhecimento se mostrou insuficiente, pela provisão nos momentos em que me faltaram recursos financeiros e pelo cuidado emocional nos momentos em que me faltou ânimo.

A meu pai Juvêncio (*in memoriam*), a minha mãe Genetina e a meu filho Samuel, em quem me inspiro na busca por realizar os sonhos que me parecem mais distantes.

A todos os meus amigos, pela compreensão, especialmente durante a escrita da tese, à minha insistente reclusão e, conseqüentemente, às minhas constantes negativas aos convites para desfrutar momentos de lazer em boas companhias.

Aos meus colegas professores e aos meus alunos da UESB/Jequié, pelo importante incentivo à minha continuidade no Curso de Doutorado em Língua e Cultura, quase todo ele feito em concomitância com as muitas atividades docentes que realizei com o afinho e o profissionalismo de quem escolheu trilhar os caminhos da docência por verdadeira vocação.

Ao Prof. Dr. Dante Lucchesi, meu orientador no mestrado e no doutorado, pela confiança em mim depositada, pela compreensão nos muitos momentos em que dela precisei e pela sempre competente orientação, sem as quais não seria possível a realização deste trabalho.

Ao Projeto Vertentes/UFBA, onde me tornei o pesquisador que sou hoje e fiz amizades que, para além do ambiente acadêmico, farão parte da minha caminhada de vida.

À CAPES, pela bolsa-auxílio que, mesmo tendo sido usufruída por apenas um semestre, foi providencial para minha continuidade no Curso de Doutorado em Língua e Cultura, devido à escassez de recursos financeiros pela qual passei nos primeiros semestres.

“[...] vejo como uma vertente de pesquisa essencial para a recuperação da história do português brasileiro o estudo vertical das suas variantes populares, conectando os usos do presente com a história das comunidades rurais, não só daquelas que têm um passado profundamente marcado pela presença africana e afro-brasileira, mas também das outras com histórias diversificadas”

Rosa Virgínia Mattos e Silva

RESUMO: Amparando-se nos fundamentos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista e no rigor estatístico do pacote de programas GOLDVARB X, esta tese analisou os processos de variação existentes nas estruturas consideradas reflexivas do português popular do interior do Estado da Bahia, partindo do pressuposto de que tais processos teriam origem nas situações de contato entre o português e as línguas indígenas e africanas através de um processo de transmissão linguística irregular de tipo leve ocorrido nos primeiros séculos de formação da sociedade brasileira, cujos efeitos teriam atingido com maior ou menor intensidade as diversas comunidades de fala do português brasileiro, conforme aponta, em ordem decrescente, o seguinte *continuum*: comunidades rurais afro-brasileiras > comunidades rurais não-marcadas etnicamente > pequenos centros urbanos > centros urbanos maiores. Inicialmente, seriam analisadas as variáveis dependentes *realização do clítico dito reflexivo* e *marca de pessoa no clítico dito reflexivo*, mas esta última não se mostrou um fenômeno de variação estruturada que justificasse uma análise e, conseqüentemente, foi retirada do trabalho, apresentando-se apenas, em uma subseção específica, uma síntese da frequência de suas variantes. No que se refere à variável *realização do clítico dito reflexivo*, os dados iniciais mostraram que o fenômeno ocorre com uma frequência de 43,9%, bem maior do que os 15% encontrados por Souza (2011), em comunidades rurais afro-brasileiras, reforçando as hipóteses norteadoras desta pesquisa. Assim, analisando-se as frequências da realização do clítico por município e comparando-as aos resultados obtidos por Souza (2011), constatou-se uma nítida gradação da frequência da realização do clítico, sendo 15 %, nas comunidades rurais afro-brasileiras, 22,6%, em Poções, 53,3%, em Santo Antônio de Jesus, e 56,7% em Feira de Santana, o que constitui uma evidência empírica em favor da hipótese de que a variação na realização do clítico dito reflexivo teria sido originada pela transmissão linguística irregular de tipo leve ocorrida no passado, atingindo com mais intensidade as comunidades rurais afro-brasileiras e com menos intensidade outras comunidades de fala, a depender da proximidade geográfica com grandes centros urbanos e, por conseguinte, do maior acesso aos padrões linguísticos urbanos. Quanto ao condicionamento linguístico da variável em análise, foi possível constatar que a realização do clítico é favorecida: (i) quando este tem um caráter reflexivo, recíproco ou inerente – os dois primeiros por possuírem mais valor informacional e o último por fazer parte da especificação lexical do verbo; (ii) pela presença de sujeito sintático com papel temático de paciente; (iii) pela presença de qualquer pessoa do discurso diferente de <P3> e <P6>, consideradas não-pessoas; e (iv) pela presença de sujeito sintático com traço semântico [+ *animado*]. Já em relação ao condicionamento social da referida variável, foi possível constatar que a realização do clítico dito reflexivo é favorecida pelos falantes oriundos de Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana, localizados na sede do município e com alguma escolarização, em virtude do maior acesso a padrões linguísticos diferentes do vernáculo da sua comunidade de fala, seja por estarem geograficamente mais próximos de um grande centro urbano, por integrarem o ambiente urbano do seu próprio município ou por serem influenciados pelo aprendizado formal.

Palavras-chave: Estruturas Reflexivas; Português Popular Brasileiro; Transmissão Linguística Irregular; Sociolinguística Variacionista.

ABSTRACT: Based on the theoretical and methodological foundations of Variationist Sociolinguistics and the statistical rigor of the GOLDVARB X software package, this thesis analyzed the existing change processes in structures considered reflective of popular Portuguese in the inland of Bahia, Brazil. We assume that such processes have been originated in contact situations between Portuguese and indigenous and African languages through a process of irregular linguistic transmission of light type occurred in the early centuries of Brazilian society formation, whose effects would have reached at greater or lesser extent the different speech communities of Brazilian Portuguese, as the following continuum shows in descending order: African-Brazilian rural communities > ethnically non-marked rural communities > small urban centers > major urban centers. Initially, the dependent variables *utterance of the so called reflective clitic* and *person mark on the so called reflective clitic* were to be analyzed, but the latter was not a structured variation phenomenon justifying an analysis and was, therefore, removed from the work, showed only in a specific subsection with an overview of its variants' frequency. As regards the variable *utterance of the so called reflective clitic*, the initial data showed that the phenomenon occurs with a frequency of 43.9%, much higher than the 15% found by Souza (2011) in rural African-Brazilian communities, reinforcing the guiding hypotheses of this research. Thus, analyzing the utterance frequencies of clitics per municipality and comparing them to the results obtained by Souza (2011), there was a distinct gradation of the clitic's frequency: 15% in the African-Brazilian rural communities, 22.6% in Poçoões, 53.3% in Santo Antônio de Jesus and 56.7% in Feira de Santana. This is an empirical evidence for the hypothesis that variation in use of the so called reflective clitic would have been originated the by a mild type of irregular linguistic transmission occurred in the past, reaching with more intensity the African-Brazilian rural communities and to a lesser degree other speech communities, depending on the geographical proximity to big urban centers and, therefore, greater access to urban language standards. As for the linguistic conditioning of analyzed variable, it was found that the realization of the clitic is favored: (i) when it has a reflexive, reciprocal and inherent character – the first two because they have more informational value and the last for being part of the verb's lexical specification; (ii) by the presence of a syntactic subject with thematic patient role; (iii) by the presence of any person of different discourse <P3> and <P6>, considered non-persons; and (iv) by the presence of semantic subject with animacy trace [+ animated]. Still, regarding the social conditioning of this variable, it was determined that the completion of the so called reflective clitic is favored by speakers coming from Santo Antônio de Jesus and Feira de Santana, living in the municipality's seat and with some schooling, due to greater access the linguistic patterns different from the vernacular of their speech community, either because they are geographically closer to a major urban center, by integrating the urban environment of their own municipality or influenced by formal learning.

Keywords: Reflective Structures; Popular Brazilian Portuguese; Irregular Linguistic Transmission; Variationist Sociolinguistics.

RESUMEN: Amparándose en los fundamentos teórico-metodológicos de la Sociolingüística Variacionista y en el rigor estadístico del programa de informática multivariado GOLDVARB X, esta tesis ha analizado los procesos de variación existentes en las estructuras consideradas reflexivas del portugués popular del interior del Estado de Bahia, partiendo del presupuesto de que tales procesos tendrían origen en situaciones de contacto entre el portugués y las lenguas indígenas e africanas a través de un proceso de transmisión lingüística irregular de tipo leve ocurrido en los primeros siglos de la formación de la sociedad brasileña, cuyos efectos habrían atingido con mayor o menor intensidad las diversas comunidades del habla del portugués brasileiro, conforme apunta, en orden decreciente, el siguiente *continuum*: comunidades rurales afro-brasileras > comunidades rurales no-marcadas étnicamente > pequeños centros urbanos > centros urbanos mayores. Inicialmente, serían analizadas las variables dependientes *realización del clítico llamado reflexivo* y *marca de persona en el clítico llamado reflexivo*, mas esta última no se mostró un fenómeno de variación estructurada que justificase un análisis y, conseqüentemente, fue retirada del trabajo, presentándose apenas, en una subsección específica, una síntesis de la frecuencia de sus variantes. En lo que se refiere a la variable *realización del clítico llamado reflexivo*, los datos iniciales mostraron que el fenómeno ocurre con una frecuencia de 43,9%, bien mayor que los 15% encontrados por Souza (2011) en comunidades rurales afro-brasileras, reforzando las hipótesis orientadoras de esta investigación. Por lo tanto, analizando las frecuencias de la realización del clítico por municipio y comparándolas a los resultados obtenidos por Souza (2011), se constató una nítida gradación de la frecuencia de la realización del clítico, siendo 15% en las comunidades rurales afro-brasileras, 22,6% en Poções, 53,3% en Santo Antônio de Jesus y 56,7% en Feira de Santana, lo que constituye una evidencia empírica en favor de la hipótesis de que la variación en la realización del clítico llamado reflexivo tendría sido originada por la transmisión lingüística irregular de tipo leve ocurrida en el pasado, atingiendo con más intensidad las comunidades rurales afro-brasileras y con menos intensidad otras comunidades del habla, a depender de la proximidad geográfica con grandes centros urbanos y, por consiguiente, del mayor acceso a los estándares lingüísticos urbanos. En cuanto al condicionamiento lingüístico de la variable en análisis, fue posible constatar que la realización del clítico es favorecida: (i) cuando tiene un carácter reflexivo, recíproco o inherente – los dos primeros porque poseen más valor informacional y los últimos porque hacen parte de la especificación lexical del verbo; (ii) por la presencia de sujeto sintáctico con papel temático de paciente; (iii) por la presencia de cualquier persona del discurso diferente de <P3> y <P6>, consideradas no-personas; y (iv) por la presencia de sujeto semántico con trazo de animacidad [+ animado]. Ya en relación al condicionamiento social de la referida variable, fue posible constatar que la realización del clítico llamado reflexivo es favorecida por los hablantes oriundos de Santo Antônio de Jesus y Feira de Santana, localizados en la sede del municipio y con alguna escolarización, en virtud del mayor acceso a estándares lingüísticos diferentes de la lengua vernácula de su comunidad del habla, sea por que estén geográficamente más próximos de un gran centro urbano, por integrar el ambiente urbano de su propio municipio o por estar influenciados por el aprendizaje formal.

Palabras clave: Estructuras Reflexivas; Portugués Popular Brasileño; Transmisión Lingüística Irregular; Sociolingüística Variacionista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	19
1.1 DEBATE TEÓRICO EM TORNO DAS ORIGENS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO .	19
1.1.1 O português brasileiro à luz da Transmissão Linguística Irregular	20
1.1.2 Uma reflexão crítica acerca da Deriva Secular das Línguas Românicas	28
1.2 A POLARIZAÇÃO LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	35
1.2.1 Panorama sócio-histórico do Brasil nos primeiros séculos	35
1.2.2 A influência das línguas indígenas e africanas no português brasileiro	40
1.2.3 Uma língua, duas normas e muito preconceito	45
1.2.4 O processo de escolarização na trajetória polarizada do português brasileiro	49
2 O PROCESSO DE REFLEXIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	53
2.1 POLARIZAÇÃO LINGUÍSTICA E REFLEXIVIZAÇÃO	53
2.2 OS CLÍTICOS REFLEXIVOS À LUZ DAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS	58
2.2.1 Gramática Metódica da Língua Portuguesa	59
2.2.2 Gramática Normativa da Língua Portuguesa	60
2.2.3 Moderna Gramática Portuguesa	62
2.2.4 Novíssima Gramática da Língua Portuguesa	63
2.2.5 Moderna Gramática Brasileira	64
2.2.6 Nossa Gramática Completa	66
2.2.7 Nova Gramática do Português Contemporâneo	67
2.2.8 Curso Prático de Gramática	68
2.2.9 Gramática da Língua Portuguesa	68
2.2.10 Gramática <i>Houaiss</i> da Língua Portuguesa	69
2.2.11 Gramática do Português Brasileiro	70
2.2.12 Síntese das gramáticas analisadas	72

2.3 OLHARES DIVERSOS ACERCA DAS ESTRATÉGIAS DE REFLEXIVIZAÇÃO	73
2.3.1 Construções reflexivas na fala popular de Januária/MG	73
2.3.2 Análise dos contextos de reflexividade no dialeto mineiro e no dialeto carioca	74
2.3.3 Análise das construções reflexivas no dialeto mineiro	75
2.3.4 A não-realização do clítico dito reflexivo na fala popular de Manhaçu/MG	76
2.3.5 O comportamento do clítico “se” no português falado em São Paulo/SP	78
2.3.6 A reflexividade na fala popular de Ouro Preto/MG	80
2.3.7 Apagamento do clítico “se” no português falado em Porto Alegre/RS	82
2.3.8 Reflexividade <i>versus</i> Medialidade na língua portuguesa	83
2.3.9 O comportamento dos clíticos reflexivos na fala popular de São Paulo/SP	85
2.3.10 O clítico “se” na fala popular de alguns municípios paranaenses	87
2.3.11 Os clíticos reflexivos na escrita de negros africanos da Salvador do século XIX ..	88
2.3.12 O clítico reflexivo “se” no português falado em João Pessoa/PB	90
2.3.13 Os clíticos reflexivos em comunidades rurais afro-brasileiras do interior da Bahia ..	92
2.3.14 Síntese dos estudos linguísticos analisados	96
2.4 TAXIONOMIA PROPOSTA PARA OS CLÍTICOS DITOS REFLEXIVOS	98
2.4.1 Clítico reflexivo	99
2.4.2 Clítico recíproco	100
2.4.3 Clítico ergativo	102
2.4.4 Clítico passivo	103
2.4.5 Clítico inacusativo	104
2.4.6 Clítico oblíquo	106
2.4.7 Clítico inerente	106
2.4.8 Clítico expletivo	107
2.4.9 Síntese da proposta de classificação	107
3 TEORIA E MÉTODOS	109
3.1 SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA	109
3.1.1 Origens, conceitos e pressupostos	109
3.1.2 O olhar da Sociolinguística Variacionista acerca da mudança linguística	115

3.2 TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR.....	121
3.2.1 Uma visão panorâmica do conceito de transmissão linguística irregular	121
3.2.2 A difusão dos efeitos da transmissão linguística irregular de tipo leve no Brasil..	124
3.3 A METODOLOGIA UTILIZADA	125
3.3.1 Sobre o <i>corpus</i> da pesquisa	125
3.3.1.1 Um breve relato histórico dos municípios pesquisados.....	125
3.3.1.2 A constituição do <i>corpus</i> pesquisado	127
3.3.2 Sobre a variável dependente.....	129
3.3.3 Sobre as variáveis explanatórias.....	130
3.3.3.1 Variáveis Linguísticas	130
3.3.3.2 Variáveis Sociais	136
3.3.4 Sobre o tratamento dos dados	139
4 REFLEXIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS POPULAR DO INTERIOR DA BAHIA ..	141
4.1 DEFININDO A VARIÁVEL DEPENDENTE	141
4.2 ANÁLISE DA VARIÁVEL REALIZAÇÃO DO CLÍTICO DITO REFLEXIVO	143
4.2.1 Condicionamento Linguístico.....	146
4.2.1.1 Tipologia do Clítico.....	146
4.2.1.2 Papel Temático do Sujeito.....	149
4.2.1.3 Pessoa do Discurso	151
4.2.1.4 Animacidade do Sujeito.....	152
4.2.2 Condicionamento Social.....	154
4.2.2.1 Município de Origem.....	155
4.2.2.2 Localidade do Informante.....	156
4.2.2.3 Escolaridade do Informante.....	157
4.2.2.4 Cruzamento das variáveis Faixa Etária/Município do Informante	158
CONCLUSÃO.....	164
REFERÊNCIAS	168
APÊNDICES	176
ANEXOS	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Demografia histórica brasileira	36
Tabela 2: Frequência de realização do clítico dito reflexivo nos estudos linguísticos.....	98
Tabela 3: <i>Corpus</i> do Português Popular do Interior do Estado da Bahia.....	127
Tabela 4: Panorama Geral – Marca de Pessoa no Clítico	142
Tabela 5: Panorama Geral por Pessoa do Discurso – Marca de Pessoa no Clítico.....	142
Tabela 6: Panorama Geral – Realização do Clítico	144
Tabela 7: Panorama Geral por Município – Realização do Clítico	144
Tabela 8: Realização do clítico segundo a sua tipologia.....	147
Tabela 9: Realização do clítico segundo o papel temático do sujeito.....	150
Tabela 10: Realização do clítico segundo a pessoa do discurso.....	151
Tabela 11: Realização do clítico segundo a animacidade do sujeito.....	153
Tabela 12: Realização do clítico segundo o município de origem	155
Tabela 13: Realização do clítico segundo a localidade do informante	156
Tabela 14: Realização do clítico segundo a escolaridade do informante.....	157
Tabela 15: Realização do clítico segundo a faixa etária – Panorama Geral	158
Tabela 16: Cruzamento das variáveis Faixa Etária/Município de Origem	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação dos clíticos ditos reflexivos nas gramáticas escolares	72
Quadro 2: Classificação dos clíticos ditos reflexivos nos estudos linguísticos	97
Quadro 3: Proposta de classificação dos clíticos ditos reflexivos.....	108
Quadro 4: <i>Continuum</i> de Realização do Clítico dito Reflexivo	147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Panorama geral da realização do clítico dito reflexivo no interior da Bahia	145
Gráfico 2: Realização do clítico dito reflexivo por faixa etária – Panorama Geral	158
Gráfico 3: Realização do clítico dito reflexivo por faixa etária/município.....	160
Gráfico 4: Realização do clítico dito reflexivo por faixa etária em Poções	161
Gráfico 5: Realização do clítico dito reflexivo por faixa etária em S. A. de Jesus	162
Gráfico 6: Realização do clítico dito reflexivo por faixa etária em Feira de Santana	163

INTRODUÇÃO

Negar o caráter heterogêneo do português brasileiro nos dias atuais, como já fizeram até mesmo grandes linguistas de outrora, seria fechar os olhos para nossa miscigenada configuração étnica, cultural e linguística, da qual certamente se originam muitos dos processos de variação no uso de elementos gramaticais de nossa língua. Assim, diante dos desafios de conhecer melhor a realidade multifacetada do português brasileiro, especialmente no que tange às suas variedades populares, esta tese investigou as estruturas consideradas reflexivas do português popular do interior do Estado da Bahia, focalizando a variação na realização do clítico dito reflexivo.

A análise quantitativa aqui contida, baseada nos fundamentos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]), foi realizada a partir de amostras da fala vernácula de informantes com pouca ou nenhuma escolaridade dos municípios de Poções, Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana. Partindo do pressuposto de que o processo de variação na realização do clítico dito reflexivo teria sido originado pela transmissão linguística irregular de tipo leve ocorrida nos primeiros séculos da colonização brasileira, assume-se que seus efeitos estariam sendo mitigados ao longo do tempo em função da influência dos padrões linguísticos dos centros urbanos do país.

A fim de cumprir tal objetivo, esta tese foi organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *O processo de formação do português brasileiro*, refletiu-se sobre as origens do português brasileiro a partir de uma confrontação teórica entre a hipótese da transmissão linguística irregular, pela qual a formação dos traços peculiares do português popular seria fruto do contato entre línguas ocorrido no período da colonização e do Império, e a hipótese da deriva secular, segundo a qual tais traços seriam o resultado de modificações que já estavam prefiguradas na estrutura da língua portuguesa antes mesmo de ela chegar ao território brasileiro. Rememorou-se, também, o percurso histórico da polarização linguística do português brasileiro, desde o multilinguismo generalizado dos primeiros séculos até o predomínio de uma língua portuguesa precariamente adquirida, repleta de influências indígenas e africanas, e muito distante do padrão linguístico lusitano utilizado pela reduzida elite colonial, fatores que contribuíram para o surgimento do conflito sentido atualmente – inclusive no nosso conturbado processo de escolarização – entre a norma culta e a norma popular.

No segundo capítulo, intitulado *O processo de reflexivização no português brasileiro*, refletiu-se a respeito de como essa polarização linguística vista no capítulo anterior atinge o uso variável dos clíticos ditos reflexivos no português brasileiro, considerando a hipótese de que o processo de variação aqui analisado teria sido originado pela transmissão linguística irregular de tipo leve ocorrida nos primeiros séculos de colonização, embora seus efeitos estejam sendo mitigados atualmente em função da crescente urbanização de localidades outrora rurais e, conseqüentemente, do maior acesso dos informantes dessas comunidades aos padrões linguísticos urbanos. Além disso, observou-se o tratamento dado pelas gramáticas escolares aos clíticos ditos reflexivos, destacando o fato de que muitos gramáticos apresentam uma classificação confusa para tais clíticos por ignorarem sumariamente a diferença clássica entre contextos de reflexivização e de pronominalização. Observou-se, por outro lado, a classificação utilizada por alguns estudos linguísticos acerca dos clíticos ditos reflexivos no português brasileiro, a fim de aprofundar a necessária reflexão sobre os aspectos teóricos que envolveriam uma taxionomia apropriada. Desenvolveu-se, por fim, uma proposta de taxionomia para os clíticos utilizados nas estruturas ditas reflexivas da língua portuguesa falada no Brasil, a qual servirá de base para a análise aqui apresentada.

No terceiro capítulo, intitulado *Teoria e Métodos*, fez-se um breve apanhado dos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista, revisando alguns dos principais conceitos para a pesquisa que aqui se apresenta. Descreveram-se, também, todos os passos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, destacando a constituição do *corpus*, a variável dependente e as variáveis explanatórias que fazem parte da análise, a forma como os dados foram tratados e, como se trata de uma pesquisa quantitativa, o suporte utilizado para realizar a quantificação dos dados analisados.

No quarto capítulo, intitulado *Reflexivização no português popular do interior da Bahia*, analisaram-se os resultados obtidos a partir das rodadas de dados efetuadas pelo pacote de programas GOLDVARB X, enfatizando as variáveis linguísticas e sociais selecionadas como estatisticamente relevantes para o condicionamento da variável dependente em questão. Tomando por base os princípios teóricos adotados neste trabalho, verificou-se, também, a comprovação ou não das hipóteses iniciais a respeito das estruturas ditas reflexivas presentes no português popular do interior do Estado da Bahia.

Por fim, o trabalho apresenta uma conclusão que contém a síntese dos resultados obtidos, procurando destacar os pontos considerados mais importantes para o

condicionamento da realização do clítico dito reflexivo, na expectativa de que a presente pesquisa possa contribuir para uma melhor caracterização sociolinguística do português popular do Estado da Bahia e, com o amparo de dados empíricos consistentes, para demonstrar, por um lado, o relevante papel do contato entre línguas na formação do português brasileiro e, por outro, o cada vez mais abrangente nivelamento linguístico que tem mitigado os efeitos do contato entre línguas ocorrido no passado.

1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

1.1 DEBATE TEÓRICO EM TORNO DAS ORIGENS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Nos últimos anos, um acalorado debate teórico tem sido travado em grandes centros acadêmicos do país em torno da questão das origens do português brasileiro, trazendo à tona duas propostas teóricas que procuram, cada uma à sua maneira, explicar o surgimento dos traços considerados típicos do nosso português, estando no cerne da discussão as possíveis contribuições do contato entre línguas ocorrido nos primeiros séculos da colonização brasileira. Assim, há, por um lado, quem defenda a ideia de que o contato do português europeu com as línguas indígenas e africanas tenha sido determinante para a origem do português brasileiro, mas há também, por outro lado, quem defenda a ideia de que as modificações sofridas pelo português europeu em território brasileiro já estavam prefiguradas na estrutura da própria língua portuguesa e apenas foram aceleradas pelo contato com outras línguas. Não é de hoje, porém, que as possíveis contribuições do contato entre línguas para a formação do português brasileiro dividem as opiniões dos pesquisadores.

A primeira lenha nessa fogueira foi posta, ainda que timidamente, por Ribeiro (1906 [1888]), quando a redução das formas e a simplificação das flexões na fala popular foram atribuídas à influência de línguas africanas ou indígenas. Mais tarde, Raimundo (1933) e Mendonça (1933) abriram, de forma mais sistemática, o debate sobre a influência do contato linguístico no português brasileiro, concluindo – ambos – que a maior parte dos aspectos característicos do nosso português popular é reflexo da influência das línguas africanas, principalmente do quimbundo e do iorubá. Melo (1946) e Silva Neto (1951) negaram, no entanto, uma maior importância do contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil e, ainda que admitissem a ocorrência de processos de crioulização durante o período colonial, consideraram a influência dos africanos apenas um elemento precipitador da deriva natural das línguas românicas. Essa mesma visão será defendida por Câmara Jr. (1972).

Quase uma década depois, Guy (1981), apoiado nos dados sócio-históricos a respeito do Brasil, defendeu a hipótese de que houve, no período colonial, um processo prévio de crioulização resultante do contato com as línguas africanas, que deu origem às marcas típicas da variedade popular do português aqui falado, e houve posteriormente um processo de descrioulização a partir da intensificação do acesso dos falantes do português popular

brasileiro, antes restritos a ambientes rurais mais isolados, aos padrões linguísticos do português urbano culto. Tal posição, porém, foi contestada por Tarallo (1993), para quem não houve uma criouliização prévia e muito menos uma posterior descrioulização, já que, ao contrário do que ocorreria nesses contextos, o português brasileiro estaria se afastando da sua língua alvo, o português europeu, através de uma sucessão de mudanças motivadas pela própria estrutura interna da língua ao longo do tempo. Assumindo um posicionamento semelhante, Naro e Scherre (1993) resgataram a ideia de Silva Neto (1951), afirmando que as mudanças ocorridas no português brasileiro teriam sido motivadas pela deriva linguística do português, cabendo ao aprendizado precário de indígenas e africanos apenas o papel de acelerar essas propensões sistemáticas.

Mais tarde, porém, Baxter e Lucchesi (1997) retomaram a ideia de que o contato do português com outras línguas, sobretudo com as línguas africanas, teve sim importante papel no desenvolvimento do português brasileiro, especialmente em suas variedades populares, sem defender, no entanto, a hipótese da formação de crioulos típicos, pois a situação de contato entre línguas ocorrida no Brasil teria sido, segundo eles, bem menos intensa do que comumente ocorre em processos de criouliização típica. Todavia, ainda hoje, opiniões divergentes de grandes pesquisadores da sociolinguística no país ecoam reverberantes pelos corredores das universidades. Tal divergência entre os estudiosos do assunto, ao contrário do que se pode pensar, tem impulsionado cada vez mais as pesquisas e, aos poucos, lançado luzes sobre esta questão até então obscura.

1.1.1 O português brasileiro à luz da Transmissão Linguística Irregular

Na busca por uma teoria que desse conta das mais diversas situações de contato entre línguas, mesmo aquelas em que não ocorra o processo de pidginização/criouliização, foi desenvolvido o conceito de transmissão linguística irregular (BAXTER; LUCCHESI, 1997; LUCCHESI, 1999, 2003, 2006 e 2015; e LUCCHESI; BAXTER, 2006 e 2009), o qual designa, de maneira mais ampla, os processos históricos de contato maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente distintas, entre os séculos XVI e XIX, resultado da ação do colonialismo europeu na África, Ásia, América e Oceania. Situações de dominação que se encaixam nesse contexto histórico têm em comum o fato de os falantes das línguas do grupo dominado, em sua maioria adultos, serem forçados a adquirir a língua do grupo dominante em

condições bastante adversas de aprendizado, por conta da sujeição e da marginalização. As variedades de segunda língua que se formam a partir desse tipo de contato linguístico servem de modelos para aquisição da língua materna das novas gerações de falantes, uma vez que, na maior parte das vezes, os grupos dominados acabam abandonando suas línguas nativas. De acordo com Lucchesi e Baxter (2009), o termo “irregular”, cunhado no próprio nome do conceito refere-se a essa nativização da língua dominante que ocorre de maneira irregular, uma vez que os dados linguísticos primários a que as crianças são expostas durante o processo de aquisição da língua materna – diferentemente do que ocorre numa outra transmissão geracional de língua materna – são provenientes de versões de segunda língua desenvolvidas entre os falantes adultos, com lacunas e reanálises dos elementos gramaticais. Nas situações mais radicais de contato linguístico, esse processo pode resultar na formação de uma língua crioula ou, em outras situações de contato linguístico menos abruptas, apenas na formação de uma nova variedade da língua do grupo dominante, sem deixar, no entanto, de apresentar processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas.

Para Lucchesi e Baxter (2009), qualquer variedade linguística formada em situações em que falantes adultos de línguas distintas e mutuamente ininteligíveis são obrigados a adquirir uma segunda língua, como um código de emergência, por causa de relações comerciais ou de sujeição, apresenta uma considerável redução em sua estrutura gramatical, devido à dificuldade de acesso desses falantes adultos aos modelos da língua alvo, especialmente quando o grupo dominante é numericamente muito inferior, à impossibilidade de utilização dos dispositivos inatos comuns num processo de aquisição de língua materna por parte desses falantes adultos ou à ausência de uma norma ideal que oriente e restrinja o processo de aquisição da língua alvo. Esse código emergencial formado apenas por um reduzido vocabulário vai assumindo, com o prolongamento da situação social de contato, novas funções na rede de interação linguística, podendo, desde os momentos iniciais, tornar-se o modelo para a aquisição da língua materna dos descendentes desses falantes adultos. E a intensidade desse processo de expansão dependerá do nível de erosão ou simplificação gramatical da língua alvo, que, em situações mais radicais de contato, pode acabar eliminando todo o seu aparato gramatical ainda no início do contato linguístico. Característica essencial na aquisição de segunda língua em situações de contato entre línguas, a simplificação gramatical tem seu início, segundo afirma Roberts (1999), com a eliminação dos elementos gramaticais mais abstratos, sem valor referencial, com menor funcionalidade comunicativa e

com carga semântica mais tênue ou menos transparente, preferencialmente aqueles que sejam distintos dos que aparecem na língua nativa dos falantes ou aqueles que estejam ausentes nela, uma vez que os adquirentes dessa segunda língua só teriam acesso aos dispositivos gramaticais e aos parâmetros fixados em sua língua nativa. Tal simplificação resulta no comprometimento, em maior ou menor grau, das marcações morfológicas das categorias gramaticais de caso, número, gênero, pessoa, tempo, modo e aspecto e das relações sintáticas de regência, concordância, coordenação e subordinação, bem como dos processos de ligação anafórica e de movimento no âmbito da sentença.

O posterior estabelecimento de uma rede de relações sociais acaba formando uma nova comunidade de fala e conduzindo à reestruturação gramatical da variedade linguística emergente – seja ela uma língua crioula ou tão somente uma outra variedade da língua alvo –, feita, geralmente, por intermédio das crianças que passarão a adquiri-la como língua materna. Todavia pesquisas recentes acerca da aquisição de segunda língua têm demonstrado que, em situações adversas, os próprios falantes adultos podem ser responsáveis tanto pela simplificação quanto pela reestruturação gramatical da língua alvo, promovendo transferências de dispositivos funcionais das línguas nativas para a variedade linguística emergente – conhecidas como transferências de substrato –, bem como processos de reanálise dos elementos gramaticais da língua alvo. A partir dessa compreensão, os adultos seriam, portanto, os agentes centrais desse processo de transmissão linguística irregular, ainda que possa haver divergência a esse respeito por parte dos estudiosos do assunto (substratistas *versus* universalistas)¹. Como o contexto sócio-histórico e etnolinguístico em que ocorre o contato entre línguas nem sempre se assemelha às situações prototípicas de crioulação, Lucchesi e Baxter (2009, p 111-112) ressaltam que os falantes envolvidos na formação da nova variedade linguística podem ter acesso, em maior ou menor grau, aos modelos gramaticais da língua alvo, o que acaba estabelecendo um ideal normativo à medida que as formas da língua alvo passam a ter um maior prestígio social. Isso favorece a suplantação dos processos de transferências de substrato ou mesmo de reestruturação original da gramática

¹ Os substratistas compreendem que, ao adquirir uma segunda língua, um falante adulto não parte do estágio inicial da aquisição por meio dos dispositivos inatos da faculdade da linguagem, mas realiza um processo mais apurado de relexificação, no qual o vocabulário da língua do grupo dominante desempenha funções previstas na gramática de sua língua materna. Por outro lado, os universalistas creditam maior importância nesse processo de reestruturação gramatical às crianças que nascem na situação de contato, uma vez que, segundo eles, as crianças que adquirem um *pidgin* como língua materna não encontram nos dados linguísticos primários os itens gramaticais que satisfaçam as necessidades estruturais, sendo obrigados a criá-los com a utilização de itens lexicais da língua alvo enfraquecidos ou mesmo esvaziados de significado referencial.

pelos modelos da língua do grupo dominante, o que acaba gerando apenas uma nova variedade da língua alvo.

Amparando-se em Bickerton (1981, 1984, 1988), Lucchesi e Baxter (2009, p 112) afirmam que, quando o resultado da transmissão linguística irregular é, de fato, a formação de uma língua crioula, a tendência é que a estrutura gramatical seja reorganizada de modo a apresentar as seguintes características:

- (i) focalização do constituinte através do seu deslocamento para o início da oração;
- (ii) sistema de artigos baseado na distinção entre os níveis de referencialidade ‘específico/não-específico’, marcados, respectivamente pela presença/ausência do artigo;
- (iii) sistema analítico, em que partículas independentes marcam as categorias verbais de tempo, modo e aspecto;
- (iv) orações relativas com cópia pronominal;
- (v) estruturas de negação dupla;
- (vi) uso de um mesmo verbo para indicar ‘posse’ e ‘existência’;
- (vii) ausência de cópula em predicados que envolvem adjetivos;
- (viii) uso de adjetivos que funcionam como verbos;
- (ix) ordem invariável para as orações afirmativas, imperativas e interrogativas;
- (x) forma bimorfêmica analítica assumida pelas palavras interrogativas; e
- (xi) escassez de construções passivas.

Quando, porém, o resultado do contato entre línguas não é a formação de uma língua crioula, mas o surgimento de uma nova variedade da língua alvo², a estrutura gramatical da variedade que se forma fica marcada por uma profunda variação, uma vez que não há, comparando-se com a gramática da língua alvo, a introdução de dispositivos originais, sendo as eventuais lacunas estruturais preenchidas gradativamente por dispositivos da própria língua alvo. Portanto, tais variedades, segundo Lucchesi e Baxter (2006), tendem a apresentar as seguintes características estruturais:

² Lucchesi (2003) denominou o contato entre línguas ocorrido nessas situações de **transmissão linguística irregular de tipo leve**, conceito semelhante ao de **semi-crioulo** usado por Holm (1992).

- (i) eliminação de certos dispositivos gramaticais mais abstratos e de uso restrito da língua alvo;
- (ii) recomposição da estrutura gramatical da língua alvo, eliminando a variação ou reduzindo-a a uma pequena escala;
- (iii) manutenção da variação no esquema presença/ausência do dispositivo gramatical da língua alvo;
- (iv) alteração nas frequências de uso relativamente à marcação de determinados parâmetros sintáticos;
- (v) manutenção da variação no uso do dispositivo gramatical dentro de um esquema de variável ternária – com a variante da língua alvo, uma variante oriunda de um processo original de reestruturação da gramática e a variante zero.

Todavia, ainda que ocasionem impactos diferentes, a formação de uma língua crioula e a formação de uma nova variedade da língua alvo exigem, ambas, a necessidade de reconstituição – maior ou menor, a depender da intensidade do processo de erosão gramatical que ocorreu no início da situação de contato – das estruturas gramaticais perdidas na fase inicial do processo de transmissão linguística irregular. Quanto maior o acesso aos modelos da língua alvo menor será a erosão e, conseqüentemente, a necessidade de reconstituição da gramática, e vice-versa, mas não se pode negar que a influência do substrato seria condicionada pelo grau de homogeneidade linguística dos grupos dominados ou até pelo estatuto social desses grupos, uma vez que havia um forte estigma social carregado pela herança cultural africana, sendo comum a franca repressão a essas manifestações culturais e, principalmente, religiosas.

De acordo com Lucchesi e Baxter (2009, p. 114), a reestruturação gramatical da variedade linguística que se forma na situação de contato é desencadeada a partir da socialização e da posterior nativização do código de emergência entre os segmentos dominados, gerando necessidades expressivas e comunicativas que demandam itens e estruturas para desempenhar papéis funcionais e expressar relações categoriais imanentes, os quais podem ser retirados da língua de substrato ou da língua de superstrato, se os falantes tiverem acesso aos seus modelos. No primeiro caso, poderia ocorrer a plena incorporação morfológica da língua de substrato e/ou apenas o uso do léxico da língua superstrato em funções morfológicas presentes, ainda que só parcialmente, na língua de substrato,

configurando a chamada “transferência funcional”. No segundo caso, poderia ocorrer a ampliação (ou maximização) das funções dos itens gramaticais da língua de superstrato incorporados na variedade linguística emergente, que será a futura língua materna dessa nova comunidade que está se formando em torno da situação de contato, e a utilização de itens lexicais da língua de superstrato para expressar relações gramaticais, configurando a chamada “gramaticalização”.

Apesar de comumente gerarem estruturas típicas das línguas *pidgins* e crioulas, os processos de transferência funcional e gramaticalização não estão restritos a situações de pidginização/crioulização, possibilitando o surgimento de uma nova variedade da língua alvo que faça uso diferenciado de alguns itens gramaticais, quando comparada com a língua que lhe serviu de modelo. Essa possibilidade é muito importante para se compreender melhor o caráter e a natureza das línguas crioulas frente às chamadas línguas naturais, já que atualmente é consenso entre os crioulistas que não existem propriedades e estruturas privativas das línguas crioulas, não se podendo, portanto, definir o caráter crioulo ou criouliante de uma determinada variedade linguística por meio das suas propriedades estruturais imanentes, mas pelo processo histórico de contato linguístico que levou à sua formação e pelo desenvolvimento histórico interno da língua que forneceu a sua base lexical.

Quanto ao português brasileiro, é importante lembrar que o contexto sócio-histórico de sua formação parece ter sido bem propício à influência do contato entre línguas, já que, no período inicial da colonização, o território brasileiro estava, segundo Rodrigues (2006), ocupado por inúmeros povos indígenas falantes de diversas línguas, dentre as quais se destacam o tupi (falado no litoral paulista) e o tupinambá (falado do Rio de Janeiro até a desembocadura do Rio Amazonas), fato que possibilitou o surgimento de línguas gerais de base tupi e de base tupinambá que serviram como instrumento de comunicação adotado pelos portugueses para integrar a força de trabalho indígena na extração do pau-brasil e no cultivo de cana-de-açúcar, tabaco e algodão, deixando marcas principalmente no léxico da língua do colonizador. A resistência intrínseca do índio ao trabalho e as campanhas dos jesuítas contra a escravidão dos nativos fizeram com que o tráfico negreiro, iniciado ainda no século XVI, fornecesse a mão-de-obra necessária à implementação da cultura agroexportadora do açúcar, trazendo para o Brasil um grande contingente de africanos falantes de diversas línguas. Já em território brasileiro, os africanos foram espalhados pelo interior do país, quase não tendo contato com a cultura europeia e, conseqüentemente, com a variedade padrão da língua

portuguesa, restringindo-se à convivência com colonos portugueses pobres e pouco escolarizados, com os quais adquiriram, forçada e precariamente, o português como segunda língua para se comunicarem com seus senhores, com capatazes e com escravos de etnias diferentes, sendo que esse português precariamente adquirido passou a ser a língua materna de seus descendentes.

Apesar desse contexto, não se pode dizer que tenha havido exatamente uma criouliização, já que, como se sabe, para que ocorresse a possibilidade da consolidação de um crioulo, seria necessário que os falantes das línguas de substrato tivessem um acesso restrito aos modelos da língua alvo durante o período de formação dessa nova comunidade de fala. Portanto, as situações sociolinguísticas propícias para isso seriam, em tese, as mesmas – ou ao menos semelhantes – encontradas em algumas sociedades de *plantation* ou em comunidades quilombolas, tais como a retirada de populações de seu contexto cultural e linguístico de origem, como ocorreu com o tráfico negreiro; a concentração de um grande contingente linguisticamente heterogêneo sob o domínio de um grupo dominante numericamente muito inferior (em torno de 10%); e a segregação da comunidade que se forma na situação de contato. O que aconteceu em território brasileiro, então, foi uma “semi-criouliização”, segundo Holm (1992, p. 37), ou, nos termos de Lucchesi (2003, p. 281), uma “transmissão linguística irregular de tipo leve”, pois não ocorreu, de modo generalizado, a expansão da estruturação gramatical que começou a ser formada em decorrência da situação de contato. Assim, o processo de criouliização foi abortado, gerando – em lugar de uma língua crioula – uma variedade popular da língua portuguesa, da qual mantém quase todo o arcabouço estrutural, modificado apenas pela profunda variação no uso dos elementos gramaticais sem valor referencial, tais como a morfologia verbal de pessoa e número, a concordância nominal de gênero e número e a flexão de caso dos pronomes pessoais.

Pode-se, então, inferir que uma das possíveis causas para que o processo de criouliização não tenha se completado no Brasil talvez tenha sido a inserção dos afro-descendentes, sobretudo os mestiços, na sociedade brasileira, principalmente a partir do século XVIII, com a economia não mais girando em torno da atividade agroexportadora e sim da mineração. Esse fato permitiu o acesso dos falantes de línguas africanas e de seus descendentes aos modelos gramaticais da língua alvo, fazendo com que os elementos gramaticais da língua do grupo dominante suplantassem eventuais processos embrionários de gramaticalização e de transferência do substrato, importantes na formação de uma língua

crioula. Um cenário social como esse, diferentemente dos cenários de maior segregação, comuns à formação de crioulos, contribuiu para que a crioulição ocorrida no Brasil não tenha perdurado a ponto de se consolidar uma comunidade de falantes crioulos e tenha sido por demais localizada, ocorrendo quase que exclusivamente em comunidades rurais isoladas, notadamente marcadas pela presença africana. Atualmente existem diversas comprovações de que os dialetos rurais brasileiros apresentam inúmeros traços morfossintáticos – frutos de um processo mais intenso de transmissão linguística irregular – comparáveis aos das línguas crioulas, principalmente os crioulos de base portuguesa do Atlântico (HOLM, 1992).

Segundo Lucchesi e Baxter (2006, p. 195), é possível destacar, dentre as marcas resultantes de um processo de transmissão linguística irregular pretérito que se conservam ainda hoje nos dialetos rurais e populares do nosso português, os seguintes traços:

- (i) redução/eliminação de morfologia flexional do verbo e do nome, com consequências para os processos sintáticos a ela relacionados;
- (ii) redução/eliminação de morfemas gramaticais livres, tais como artigos, pronome clíticos, conectivos preposicionais, etc.;
- (iii) negação dupla descontínua (pré-verbal + final de oração) e simples (final de oração);
- (iv) oração relativa com “que” multifuncional e com cópia pronominal;
- (v) verbos com dois complementos que apresentem a seguinte estrutura argumental: verbo + complemento indireto não-preposicionado + complemento direto;
- (vi) a não inversão da ordem sujeito-verbo nas orações interrogativas;
- (vii) a formação reduzida da estrutura passiva em construções do seguinte tipo: sujeito em função de paciente + verbo transitivo de ação.

Por essa ótica, o processo de transmissão linguística irregular teria sido, portanto, elemento fundamental para a formação do português popular brasileiro, tendo nos atuais dialetos rurais, em especial nos de localidades marcadas pela presença africana, um privilegiado campo de observação linguística, uma vez que comunidades rurais afro-brasileiras mais isoladas, de acordo com Lucchesi (2004a, p. 216), podem guardar rastros históricos importantes para a compreensão do contato entre línguas ocorrido no Brasil durante

o período colonial, como nos têm provado os estudos acerca do português afro-brasileiro realizados pelo *Projeto Vertentes*³ nessas últimas duas décadas.

1.1.2 Uma reflexão crítica acerca da Deriva Secular das Línguas Românicas

Uma outra corrente teórica que procura explicar a formação do português brasileiro é a chamada *deriva secular das línguas românicas*, que retoma mais uma vez, como já haviam feito anteriormente Melo (1946), Silva Neto (1951) e Câmara Jr. (1972), o conceito de deriva linguística desenvolvido por Sapir (1921) ainda nos primórdios do estruturalismo. Por essa ótica, toda língua teria uma deriva que a faz mover-se ao longo do tempo num curso que lhe é próprio, de tal modo que as mudanças linguísticas que irão ocorrer nos próximos séculos estejam prefiguradas em certas tendências não perceptíveis do presente, sendo, portanto, apenas continuções de outras mudanças que já tinham sido verificadas.

Amparando-se nesse pensamento, Naro e Scherre (1993, 2003 e 2007) refutam a importância do contato entre línguas para o surgimento dos traços considerados típicos do português brasileiro e defendem a ideia de que, na verdade, tais traços teriam origem na antiga deriva secular das línguas indo-europeias, mais especificamente das línguas românicas, estando, por esta razão, prefigurados na própria estrutura da língua portuguesa, antes mesmo de ela ter sido transplantada para o Brasil.

[...] as características morfossintáticas e fonológicas do português brasileiro, atualmente envolvidas em estigma e preconceito social, são heranças românicas e portuguesas arcaicas e clássicas, e não modificações mais recentes advindas das línguas africanas, que vieram para o Brasil com seus povos escravizados e subjugados, ou das línguas dos povos ameríndios, que aqui já se encontravam quando vieram os colonizadores europeus. Tampouco são o resultado de processos de simplificação ou outras modificações espontâneas causadas pelo contato, durante o processo de transmissão não-tradicional da língua. (NARO; SCHERRE, 2007, p. 17)

Já havia, conforme Naro e Scherre (2007), uma deriva secular que, bem antes de a língua portuguesa chegar ao Brasil, provavelmente a impulsionava a determinadas mudanças linguísticas que viriam a ocorrer mais tarde, muito embora, em território brasileiro, essa

³ O Projeto Vertentes, coordenado pelo Prof. Dr. Dante Lucchesi, na Universidade Federal da Bahia, vem realizando, desde 1992, uma ampla pesquisa de campo para recolher amostras de fala junto a comunidades rurais afro-brasileiras isoladas e outras comunidades rurais não marcadas etnicamente, com o objetivo de construir uma sólida base empírica para análises linguísticas que possam revelar o efeito das mudanças linguísticas induzidas pelo contato entre línguas na formação do português brasileiro. É possível encontrar mais informações sobre o projeto em sua página na internet: <www.vertentes.ufba.br>.

deriva tenha se encontrado com forças que aceleravam e expandiam a direção original das mudanças prefiguradas na estrutura da língua trazida pelos portugueses. Para sustentar tal hipótese, seus defensores procuram fazer uma análise histórica da formação da língua portuguesa, recorrendo a exemplos do português arcaico, e de sua transplantação para o Brasil a partir do século XVI, além de apresentar dados do português europeu não-padrão moderno que, segundo eles, comprovariam a inexistência de características do português brasileiro que não tenham um ancestral claro em Portugal.

Segundo Naro e Scherre (2007), em virtude dos sucessivos contatos com inúmeros povos falantes de outras línguas, era natural que os portugueses possuíssem algum tipo de estratégia para a comunicação com estrangeiros. O extenso contato dos portugueses com os árabes durante a longa ocupação moura na Península Ibérica (e ainda depois dela) propiciou o surgimento do *sabir*, um dialeto de base lexical românica, o qual também foi usado, pelo que se sabe, no contato com outros povos europeus durante as Cruzadas Medievais; da mesma forma, o contato com diversos povos africanos durante as primeiras conquistas ultramarinas, ainda no século XV, ocasionou o surgimento da *língua de preto*, um dialeto simplificado de base lexical portuguesa. No caso do Brasil, a estratégia de comunicação se efetivou por meio das chamadas *línguas gerais*, dialetos de base indígena (tupi e tupinambá) usados para a comunicação mútua entre europeus, índios e africanos até o início do século XVIII, os quais, apesar de se constituírem em situação de contato, não poderiam ser considerados pidgins ou crioulos por conta não ter havido, segundo Rodrigues (1986), interrupção da transmissão natural das línguas maternas. A partir de meados século XVIII, porém, houve uma forte disseminação da língua portuguesa entre a população brasileira, inclusive entre índios, negros e mestiços, tornando-a predominante em todo o território nacional.

No que tange a uma possível influência das línguas africanas no português falado no Brasil, Naro e Scherre (2007) ressaltam que a escassa documentação a respeito dessas línguas não permite sequer suspeitar que tenha havido o surgimento de qualquer traço linguístico associado exclusivamente ao português falado pelos africanos e seus descendentes. Segundo eles, sabe-se apenas que falavam línguas africanas, sem noção exata de quais ou quantas, e que adquiriram, em alguns casos e em graus diferenciados, conhecimento de língua geral e, posteriormente, de língua portuguesa, aventando-se, com base no estudo de Rodrigues (1932), a hipótese de que, como os falantes de línguas do grupo banto concentravam-se mais ao sul e os falantes do iorubá concentravam-se mais ao norte, pode ter havido no Brasil ao menos duas

línguas gerais de base africana, a exemplo do que houve com as línguas gerais de base indígena. Com base nesse contexto, Naro e Scherre (2007, p. 31) afirmam que é “improvável que tenha existido no Brasil uma língua pidgin ou crioula de base lexical portuguesa associada predominantemente com a etnia afro-brasileira ou ameríndia”, já que a existência de línguas gerais de base não-europeias supriam, a contento, as necessidades comunicativas da população. Todavia, embora contestem a influência das línguas africanas no português brasileiro ou mesmo a existência de processos de pidginização/crioulização no Brasil, os defensores da deriva secular, explicando a situação linguística do Brasil nos primeiros séculos, afirmam contraditoriamente que “o quadro linguístico que surge então é o de uma comunidade em que as línguas dos diversos grupos se influenciavam, principalmente através do aprendizado de segundas línguas por falantes não-nativos adultos” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 29) e que “[...] não podemos deixar de suspeitar que a pidginização em si, quase endêmica no Brasil desde o início da Colônia [...], tenha exercido influência no desenvolvimento do português brasileiro” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 32).

Ainda que discordem veementemente da influência do contato entre línguas na formação do português brasileiro, Naro e Scherre (2007) não têm como negar que houve, nos primeiros séculos de colonização do Brasil, as condições sócio-históricas propícias à existência de processos de pidginização/crioulização, com menor intensidade na maioria do território brasileiro e com maior intensidade apenas em locais isolados:

Enfatizamos que nossa posição não implica, todavia, ignorar a existência inquestionável de condições sócio-históricas normalmente propícias ao surgimento de línguas crioulas clássicas em terras hoje brasileiras: multilinguismo generalizado entre falantes adultos, que, no início do contato, não partilhavam língua comum, em contexto de colonização e de consequentes relações linguísticas e sociais assimétricas. Também não duvidamos da provável existência, durante o processo de aquisição do português por adultos, de efeitos diretos de interferência de primeiras línguas em indivíduos ou até em comunidades relativamente isoladas de mesma origem (NARO; SCHERRE, 2007, p. 118-119).

Apesar disso, a conclusão a que chegam é que todos os elementos estruturais do português brasileiro já estavam presentes, embora em menor grau, no português europeu e, por isso mesmo, a formação do português brasileiro não teria qualquer relação com simplificações estruturais ocasionadas pelo contato entre línguas ocorrido nos primeiros séculos de colonização, o qual teve tão-somente o papel de acelerar e expandir os traços geneticamente derivados na língua portuguesa falada no Brasil.

Todas as propriedades estruturais relevantes do português do Brasil estavam presentes na versão da língua que aqui chegou, não existindo base lógica ou empírica para a hipótese de causas externas na questão das origens. As origens do português do Brasil são estritamente internas e genéticas; a posterior expansão dos traços geneticamente derivados é externa e motivada pelo contato. (NARO; SCHERRE, 2007, p. 186)

Partindo dessa premissa, Naro e Scherre (2007, p. 67-68) elencam, amparados em diversos estudos acerca de variedades populares do português europeu moderno, muitas das consideradas supostas peculiaridades do português brasileiro que também seriam encontradas em Portugal: o uso de pronomes pessoais do caso reto no lugar de objeto, o uso de pronomes oblíquos como nominativos, o uso da terceira pessoa reflexiva *se* como pronome reflexivo universal, o uso de *ter* como existencial, o uso de formas verbais perifrásticas, a redução generalizada de tempos e modos verbais, ampla frequência de uso de coordenação e justaposição, uso frequente de expletivos e outros processos de ênfase, preferência pelo uso de formas preposicionais relacionadas ao *in* latino e outras mudanças no uso de preposições, além, é claro, da variação na concordância nominal e verbal, ponto-chave da argumentação dos defensores da deriva secular.

Refutando a hipótese de que a variação na concordância nominal e verbal presente no português brasileiro seja resultado de processos de pidginização/crioulização – um dos principais argumentos utilizados por pesquisadores que defendem a influência do contato entre línguas na formação do nosso português –, Naro e Scherre (2007) afirmam ser perfeitamente possível que, mesmo tendo havido uma clara reestruturação gramatical, a língua portuguesa já possuísse o embrião desse novo sistema de concordância antes de ter saído da Europa, posto que a deriva secular das línguas românicas caminhava em direção a uma uniformização morfológica que permitisse a prevalência das formas ‘irregulares’ mais salientes. Os defensores da deriva secular destacam, com base em dados retirados de Leite de Vasconcelos (1987), que a variação da concordância nominal e verbal na língua portuguesa seria um fenômeno muito anterior à chegada desse idioma ao território brasileiro e que, por isso mesmo, não teria qualquer relação com o contato do português com as línguas africanas ou ameríndias.

No que se refere à concordância nominal, haveria, de acordo com Naro e Scherre (2007), evidências empíricas de que o enfraquecimento do *-s* de forma geral e a queda do *-s* final sempre estiveram historicamente presentes no português europeu ou mesmo em outras línguas românicas, embora em menor grau se comparado ao português brasileiro. Em sentido

contrário, porém, Lucchesi (2012) demonstra que tal posição não encontra respaldo na visão corrente de que a redução da flexão de caso dos nomes na região da România Ocidental teria se originado exatamente em virtude da força do *-s* final como marca de plural do caso acusativo, a exemplo de *rosa(m) – rosas* e *civitate(m) – civitates*. Além disso, as supostas evidências empíricas que Naro e Scherre (2007, p. 34) afirmam haver parecem tão escassas e sem relevância que eles acabam, irônica e desesperadamente, recorrendo ao frágil argumento de que o *-s* final que teria desaparecido em quase toda a România acabou se salvando em algumas regiões devido aos “primitivos hábitos linguísticos dos indígenas”. Conforme atesta Lucchesi (2012, p. 266), “essa alegada mudança induzida pelo contato com os povos dominados da România Ocidental contraria tudo o que se sabe sobre as mudanças fônicas que normalmente ocorrem em situações de contato massivo”, já que geralmente não costuma ocorrer, nesses casos, a conservação, e muito menos restauração, da consoante implosiva, mas sim a sua perda. Não obstante, dados empíricos do português popular urbano brasileiro, coletados na cidade de Salvador e apresentados através de uma pesquisa quantitativa realizada por Lucchesi (2009), revelaram que a queda do *-s* final não é um fenômeno de natureza fônica, e sim morfossintática, permitindo concluir que “esses fenômenos fônicos nada têm a ver com o vigoroso processo de variação que afeta a concordância nominal de número nas variedades populares do PB, atingindo também sua norma urbana culta em menor escala, em função do contato dialetal” (LUCCHESI, 2012, p. 267).

Por outro lado, no tocante à concordância verbal, Naro e Scherre (2007) acreditam que teria havido inicialmente um processo fonológico de desnasalização da vogal não-acentuada final e, mais tarde, uma conseqüente redução morfológica da concordância, sendo possível encontrar exemplos ao menos da “primeira etapa” nas variedades populares do português europeu moderno e até em textos escritos do português arcaico. Para eles, então, não se poderia atribuir esse fenômeno a processos de pidginização/crioulização supostamente ocorridos em território brasileiro, já que “a concordância variável tanto no português europeu falado hoje quanto no português europeu medieval escrito exibe as mesmas características estruturais fundamentais encontradas no português moderno falado no Brasil” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 65). Tal posição é questionada por Lucchesi (2012, p. 263) porque os defensores da deriva secular “não apresentam evidências empíricas nem sustentação teórica para explicar a passagem da variação fônica (desnasalização) para a variação morfossintática (variação na concordância verbal)”, uma vez que não haveria como explicar, de forma

minimamente plausível, como uma desnasalização rarefeita teria ocasionado processos de simplificação do tipo *comeu/comeram*; *fiz/fizeram* ou *é/são*. Ao contrário, porém, os dados de Scherre e Naro (1997) e de Monguilhott e Coelho (2002) sobre a variação da concordância verbal no português popular urbano brasileiro – Rio de Janeiro e Florianópolis, respectivamente – apontam, segundo Lucchesi (2012, p. 264), para um cenário “muito mais compatível com um fenômeno de natureza puramente morfossintática, que sempre esteve condicionado fortemente por fatores sintáticos, e claramente contraditório a um fenômeno com supostas origens fônicas que se transubstanciou em fenômeno morfossintático”. Essa constatação se deve ao fato de os falantes costumarem aplicar bem mais a regra de concordância verbal nos contextos de formas verbais que apresentam nasalidade (os mais suscetíveis à não-aplicação da regra, segundo a hipótese da deriva secular) do que, por exemplo, nos contextos de sujeito posposto.

Ressalta-se que, na tentativa de comprovar que a deriva secular das línguas românicas teria sido a força motriz para o surgimento das marcas linguísticas que muitos estudos têm apontado como traços típicos do português brasileiro, seus defensores fazem uma extensa e dura crítica ao conceito de transmissão linguística irregular, que relaciona as origens do português brasileiro ao contato entre línguas ocorrido nos primeiros séculos de colonização, considerando-lhe “terminologia preconceituosa” e “de clara conotação negativa” ou, o que é ainda pior, uma mera “excrescência teórica” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 22, 140, 182). Excetuando-se, porém, a pirotecnia das adjetivações pejorativas, o que se observa é um grande embaraço teórico que parece não distinguir com clareza a diferença entre a aquisição de segunda língua por falantes adultos numa situação normal de contato e o processo pelo qual falantes adultos são forçados a adquirir, numa situação social adversa, a língua do dominador que, mesmo com o aprendizado precário, servirá de base para a língua materna das próximas gerações. O trecho a seguir ilustra bem essa confusão:

A transmissão linguística regular, então, processa-se entre crianças, a partir da fase de socialização, na base de uma amostra de fala suscetível de uma análise ordenada. Portanto, conclui-se que a ‘transmissão linguística IRregular’, para merecer tal rótulo, teria que se dar entre adultos e/ou com base em fala não suscetível de uma análise ordenada, talvez por ser caótica, ou pode ser em quantidade insuficiente, ou ainda por outras razões. [...] É interessante notar que a aquisição de uma segunda língua por adultos, seja através de ensino formal em sala de aula, seja através de mecanismos informais durante o curso normal da vida cotidiana, também constitui ‘transmissão linguística irregular’, já que os agentes do processo, diferentemente do caso de ‘transmissão linguística irregular’, são adultos e não crianças. (NARO; SCHERRE, 2007, p. 137, 139)

Diante de tanta contradição, parece faltar aos defensores da deriva secular, conforme atesta Lucchesi (2012, p. 260), uma definição mais precisa do conceito de pidginização/crioulização e das situações sociolinguísticas envolvidas em sua formação, para que não se confundam tais processos com a aquisição sistemática de segunda língua. Nesse sentido, seria importante lembrar que, enquanto na aquisição sistemática de segunda língua os aprendizes avançam para modelos de interlíngua cada vez mais próximos da língua-alvo, no processo de pidginização/crioulização os falantes podem estacionar nos estágios iniciais de interlíngua ou desenvolver modelos de interlíngua cada vez mais distantes da língua-alvo. Segundo Mühlhäusler (1986), o resultado desse processo pode gerar, a depender da intensidade e do tempo de duração da situação de contato, desde um pequeno arcabouço lexical até uma língua diferente daquelas que estavam em contato, como se pode perceber através do seguinte *continuum*: jargão > pidgin instável > pidgin estabilizado > pidgin expandido. Assim, o jargão seria o estágio inicial do contato, no qual uma estrutura gramatical simplificada é formada por conta da necessidade de comunicação rápida e econômica. O pidgin instável ou pré-pidgin, por sua vez, seria um segundo estágio, em que a estruturação gramatical do jargão ainda é bastante precária, mantendo um escasso vocabulário e criando apenas um pequeno aparato gramatical que diferencia esse novo código de comunicação das línguas que entraram em contato para o gerar. O terceiro estágio, chamado de pidgin estabilizado, é aquele em que a estruturação gramatical aparenta estar mais consolidada, ampliando o vocabulário e as funções de uso desse código de comunicação, sem ainda se colocar no mesmo estado de plenitude funcional e gramatical das línguas humanas naturais. O quarto e último estágio, chamado de pidgin expandido ou crioulo, é aquele em que o código de comunicação já dispõe de um vasto vocabulário próprio, com estruturação gramatical e funções de uso bem desenvolvidas, assemelhando-se a outra língua humana qualquer.

Não bastassem as frustradas tentativas dos defensores da deriva secular para contestar a influência do contato entre línguas na formação do português brasileiro, parecem estar bem visíveis, entre os mais respeitados linguistas brasileiros e portugueses, a escassez de evidências empíricas e a consequente fragilidade teórica que têm tornado facilmente refutável a hipótese de que o surgimento dos traços mais peculiares da língua portuguesa falada no Brasil seria resultado de uma deriva linguística que já estava prefigurada na própria estrutura do português europeu. Conforme atesta Lucchesi (2012, p. 270), “uma investigação científica consistente e criteriosa não pode prescindir, para além de uma rigorosa verificação empírica,

de uma sólida fundamentação teórica e de uma estrutura argumentativa coerente em termos lógicos”, e é justamente por não atender a esses critérios que os dados do português arcaico e das variedades populares do português europeu moderno que têm sido utilizados por Naro e Scherre (2007) como comprovação de seus argumentos têm recebido questionamentos de diversos filólogos e linguistas. Depois, então, dessa breve reflexão crítica acerca do papel da deriva secular das línguas românicas na formação do português brasileiro, o que se defenderá, definitivamente, ao longo desta tese é que as origens do nosso português se devem à “relação empiricamente motivada entre a aquisição precária do português em situações de contato massivo e a simplificação morfológica que desencadeou o processo maciço de variação [...] que se observa no português popular do Brasil de hoje” (LUCCHESI, 2012, p. 269).

1.2 A POLARIZAÇÃO LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

1.2.1 Panorama sócio-histórico do Brasil nos primeiros séculos

Se atualmente a língua portuguesa é a língua materna de quase toda a população brasileira, nosso país experimentava, nos primeiros séculos de colonização, uma situação de multilinguismo generalizado, já que predominava, em algumas regiões, a língua geral de base tupi e, em outros lugares, as línguas francas africanas, havendo ainda locais mais isolados (nos arredores dos engenhos ou nos quilombos), em que se falavam variedades pidginizadas ou crioulistadas do português. Todavia, segundo Mattos e Silva (2004), abordar o contexto sócio-histórico brasileiro entre os séculos XVI e XIX exige, necessariamente, uma reflexão acerca da demografia histórica brasileira, da mobilidade populacional dos africanos e seus descendentes e do processo de escolarização formal no Brasil.

Embora os dados da demografia histórica sejam apenas aproximativos, uma análise coerente deles pode, certamente, fornecer as pistas necessárias para entendermos o percurso histórico da língua portuguesa no Brasil. Dentre os muitos estudos acerca da demografia histórica brasileira, a síntese apresentada por Mussa (1991) demonstra – com base no censo do Pe. Anchieta de 1583, nos censos de 1850 e de 1890, e nas análises de Hosenbalg (1979) e Carreira (1981) – a situação demográfica do Brasil entre os séculos XVI e XIX, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1: Demografia histórica brasileira

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa (1991, p. 163)

Percebe-se, então, que, desde o século XVI, o percentual de não-europeus equivale à maioria da população brasileira, corroborando a tese de que a pluralidade cultural e linguística evidente nos tempos do Brasil Colônia gerou, como consequência mais direta, a alteração da língua trazida pelos portugueses, contando com a participação de indígenas e africanos na construção da modalidade da língua e da cultura representativas da então insipiente nação brasileira. Não obstante, é possível também constatar que, a partir do século XVII, o percentual de africanos, negros brasileiros e mulatos equivale a mais da metade da população brasileira, fortalecendo a hipótese de que os africanos e seus descendentes teriam sido, por um lado, vítimas de uma violenta repressão cultural e linguística que não permitiu a conservação das muitas línguas africanas que chegaram aqui⁴ e, por outro, os principais protagonistas no processo de difusão da língua portuguesa no Brasil, contribuindo para que o contato linguístico dos muitos falares africanos com a língua portuguesa trazida da Europa gerasse as características mais notáveis da fala popular brasileira (LUCCHESI, 2008, 2009 e 2015). De acordo com Mussa (1991), a presença dos africanos e seus descendentes ganha impulso com o chamado “ciclo do ouro”, que teria atraído para o Brasil, na segunda metade do século XVIII, ao menos trezentos mil portugueses de todas as classes sociais em busca do enriquecimento fácil e mais de um milhão de escravos africanos para serem usados como mão-de-obra na mineração. Nesse período, as línguas gerais de base tupi foram relegadas aos grotões do país e as línguas francas africanas foram sendo paulatinamente extintas, permitindo um predomínio

⁴ Atualmente são encontrados raros resquícios de línguas africanas no Brasil. Essas línguas subsistem apenas em algumas poucas comunidades rurais de afro-descendentes mais isoladas e servem como elemento de preservação da identidade cultural africana em território brasileiro.

da língua portuguesa em nosso território. Há que se dizer, porém, que o português falado no Brasil não era o mesmo português d'além mar, mas um português profundamente alterado pela aquisição imperfeita por parte dos índios e, principalmente, dos escravos africanos, os quais influenciaram mais decisivamente no desenhar dos traços característicos de nossa língua e no processo de difusão de tais traços na sociedade brasileira, visto que se inseriram – muito mais que os indígenas – na nova estrutura social que começava a se formar no Brasil de então.

Defendendo a ideia de que esse português precariamente adquirido teria se generalizado em todo o território brasileiro através dos africanos e seus descendentes, Mattos e Silva (2004) procurou, com base em dados de Conrad (1972) e Mattoso (1979), mapear o percurso geográfico desse grupo populacional entre os séculos XVI e XIX, constatando uma relação entre seu deslocamento e os ciclos econômicos que marcaram a História do Brasil. No 1º ciclo da cana-de-açúcar, entre os séculos XVI e XVII, os africanos e seus descendentes concentravam-se no litoral brasileiro, predominantemente nas capitanias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, onde estavam localizados os mais importantes empreendimentos da cultura açucareira. No ciclo do ouro, entre os séculos XVII e XVIII, muitos deles migraram, porém, para o interior do país, especialmente para Goiás, Minas Gerais e interior de São Paulo, por conta da mineração de ouro e de diamantes, chegando também aos interiores nordestinos. Já no 2º ciclo da cana-de-açúcar, entre os séculos XVIII e XIX, boa parte dos africanos e seus descendentes retorna ao litoral do Rio de Janeiro e de São Paulo em razão do arrefecimento econômico da atividade mineradora e de um novo impulso açucareiro. Por fim, no ciclo do café, em meados do século XIX, eles se concentram novamente no interior de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e da região sul do país em virtude da forte atividade cafeeira, chegando também ao Maranhão, para a colheita do algodão e do fumo, e à Amazônia, para exploração de especiarias. A respeito dessa dinâmica geográfica da população afro-brasileira entre os séculos XVI e XIX, Mattos e Silva (2004, p. 130) conclui que, “sendo os africanos e afro-descendentes a maioria sempre nesse período, teria sido certamente esse segmento ‘sem voz’ da população brasileira o principal difusor do português geral brasileiro”.

Se a demografia histórica brasileira e a mobilidade social dos escravos no território brasileiro já nos dão uma boa amostra da situação sócio-histórica que envolve a formação do nosso português, o percurso da escolarização no Brasil põe por terra, definitivamente, a pretensa unidade do português brasileiro em virtude da aquisição de uma cultura escolar oposta ao que Silva Neto (1951) chamou de “língua adulterada dos negros e índios”. Do

século XVI até meados do século XIII, o processo de escolarização era tão insipiente que, segundo afirma Houaiss (1985), atingia apenas 0,5% da população, sendo intensificado mais tarde com o estabelecimento da política linguístico-cultural imposta pelo Marquês de Pombal em 1757, com a chegada de milhares de portugueses acompanhando a Corte em 1808 e com a explícita intenção de universalizar o ensino no Brasil constante da nossa primeira Constituição em 1824. Contudo, a despeito de tudo isso, o acesso dos brasileiros à escolarização no final do século XIX ainda era ínfimo, como afirmou enfaticamente Houaiss (1985), usando dados do primeiro censo oficial do Brasil realizado em 1872, pois os que frequentavam a escola primária equivaliam a 16,8% da população, os que frequentavam a escola secundária equivaliam a 0,26% da população e os que tinham educação superior equivaliam a 0,17% da população. Esses dados demonstram claramente que o português brasileiro – constituído nos primeiros séculos de colonização, precariamente adquirido por índios nativos e negros escravos, e transmitido apenas por meio da oralidade generalizada – não sofreu interferência da normatização escolar no seu processo de formação, mesmo porque tal ideal normatizador não atingiu a população brasileira como um todo, ficando restrito apenas a uma pequena elite socioeconômica.

Um cenário como esse aponta para a existência de uma espécie de “diglossia” que separa as variantes cultas, representativas dos raros falantes que têm escolarização plena, das variantes populares, representativas da grande massa não-escolarizada ou pouco escolarizada. De acordo com Lucchesi (2001, 2009 e 2015), a reduzida elite colonial que procurava se manter fiel ao padrão linguístico lusitano concentrava-se nas cidades, pouco populosas e geralmente situadas no litoral, não influenciando as distantes povoações interioranas, por onde se espalhava a maior parte da população brasileira – formada principalmente por índios nativos e negros escravos –, a qual quase não tinha contato com a cultura europeia e, conseqüentemente, com a variedade padrão da língua portuguesa, restringindo-se à convivência com colonos portugueses pobres e pouco escolarizados, com os quais adquiriram precariamente o português como segunda língua. No final do século XIX, porém, já era possível sentir os reflexos linguísticos da vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, porque a chegada de milhares de homens e mulheres da Corte Portuguesa acabou por desencadear um intenso processo de urbanização que, mesmo não trazendo *a priori* mudanças socioeconômicas significativas, a não ser a substituição da atividade mineradora pela lavoura agroexportadora do café, fortaleceu a vida citadina e permitiu uma maior valorização dos

hábitos linguísticos lusitanos na sociedade colonial brasileira, contribuindo para um avanço significativo da língua portuguesa em território brasileiro, ainda que o português falado pela maior parte da população fosse bem distinto da variedade europeia.

Outro fator que, segundo Mattos e Silva (2004), deve ser levado em consideração para entender essa expansão da língua portuguesa no Brasil é a chegada da imprensa, que passará de proibida no início do século XIX à peça fundamental da sociedade brasileira no final do mesmo século, a ponto de contribuir decisivamente nas lutas pela independência, pela abolição da escravatura e pela proclamação da república, proliferando a cultura letrada através de livros e jornais. Não se pode esquecer, também, que, após a independência política do Brasil em 1822 e a abolição da escravatura em 1888, muitos ex-escravos foram obrigados a migrar para as cidades, onde se aglomeraram nas periferias – nem monarquia nem república planejaram alguma forma de absorver o enorme contingente de negros libertos –, levando consigo uma variedade do português que estava restrita ao ambiente rural, o que certamente deu mais impulso à difusão desse português tipicamente brasileiro. Por fim, o avanço da língua portuguesa em território brasileiro contou com a contribuição do crescimento do acesso da população brasileira à escolarização formal a partir do final do século XIX, especialmente nas duas primeiras décadas do século XX, inclusive entre os africanos e seus descendentes, que puderam ingressar na escola depois da abolição da escravatura e ter contato, ainda que mínimo, com a norma-padrão do português.

Em virtude desses fatores mencionados, Mattos e Silva (2004) afirma que o multilinguismo generalizado vivido pelo Brasil de meados do século XVI a meados do século XIX teria se tornado em multilinguismo localizado a partir da segunda metade do século XIX.

Do ponto de vista linguístico, pode-se dizer que havia, ao longo do Brasil colonial, um multi/bilinguismo generalizado, principalmente entre a população africana e afro-descendente e a lusitana e luso-descendente, reduzidas, certamente, a certas comunidades as línguas indígenas. No século XIX, se pode dizer que o multi/bilinguismo se torna localizado, caracterizando certas áreas brasileiras, mas já com outra configuração: as línguas dos imigrantes no Sudeste/Sul e as línguas indígenas, principalmente, no Centro-Oeste e na Amazônia, onde se concentraram os indígenas remanescentes. Na Bahia, admite-se que, no século XIX, se concentraram línguas da família kwá, sobretudo o iorubá. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 132)

Embora, porém, o multilinguismo característico dos primeiros séculos da história linguística do Brasil não tenha resistido a todas essas forças lusitanizantes, é importante frisar, conforme destaca Mattos e Silva (2004, p. 152), que o português difundido em território brasileiro não foi o trazido da Europa, mas aquele aprendido na oralidade do cotidiano, a

partir de modelos precários e em situação social adversa, por índios nativos e, principalmente, negros escravos entre os séculos XVI e XIX.

1.2.2 A influência das línguas indígenas e africanas no português brasileiro

A colonização do território brasileiro, diferentemente de outros processos de colonização ocorridos na América, caracterizou-se linguisticamente, segundo afirma Rodrigues (2006), pelo desenvolvimento de duas línguas francas de origem indígena, faladas na maior parte da colônia, e pelo não estabelecimento de línguas crioulas, ficando o uso popular do português restrito a uma pequena extensão de terras litorâneas. Essas características linguísticas teriam sido delineadas por conta da diferença de cerca de um século entre o início da colonização na costa leste (1532) e o da colonização do norte (1616), além da manutenção dessas duas áreas sob administrações independentes por um século e meio (1621-1774). Nesse mesmo período, porém, outras línguas europeias (espanhol, italiano, inglês, francês e holandês) foram trazidas ao Brasil, mas nenhuma delas se tornou veículo comum e dominante em qualquer região.

O Brasil, no período inicial da colonização, estava ocupado por muitos povos, falantes de diversas outras línguas, das quais duas eram semelhantes entre si e faladas ao longo de quase toda a costa atlântica: o *tupi* no litoral paulista e o *tupinambá* do Rio de Janeiro até a desembocadura do rio Amazonas. No trecho que vai do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Norte, porém, houve a destruição quase que total dos povos indígenas e, conseqüentemente, de suas línguas, fazendo com que nessa área o português fosse estabelecido como língua popular. Todavia, nas outras áreas do território brasileiro, a língua popular era uma língua geral de base indígena.

A respeito do termo “língua geral”, Lucchesi e Baxter (2006, p. 172-173) levantam a dificuldade de compreensão do seu conceito, uma vez que tal designação pode recobrir uma diversidade de situações linguísticas:

- (i) uma *koiné* tupi empregada na comunicação entre as tribos de línguas do tronco tupi da costa brasileira;
- (ii) uma língua franca usada na comunicação entre os colonizadores portugueses e os indígenas;

- (iii) uma língua nativa predominante nos núcleos populacionais mestiços que se estabeleceram no período inicial da colonização;
- (iv) uma língua “gramaticalizada” pelos jesuítas sob o modelo do português, utilizada para a catequese dos índios em geral;
- (v) uma língua franca de base tupi utilizada como segunda língua por tribos de língua não tupi.

Mattos e Silva (2006), por sua vez, questiona – com base em estudos de Monteiro (1995) – se o que se costumou chamar de “língua geral” no Brasil seria mesmo uma língua de base indígena, propondo que talvez fosse mais provável que essa língua designada geral tivesse base portuguesa, que teria sofrido interferências indígena e africana, sendo, portanto, mais coerente designá-la de *português geral brasileiro*. Todavia, ainda que não seja consenso, o termo “língua geral” acabou prevalecendo na literatura que trata do assunto.

Durante o século XVI, a maioria dos falantes de tupi e de tupinambá foi rapidamente eliminada por guerras de extermínio, por epidemias de doenças europeias ou pela exploração dos portugueses, configurando “um processo vertiginoso de extermínio e depopulação” (LEITE; FRANCHETTO, 2006). É importante ressaltar que, como a maioria dos colonos portugueses eram homens desacompanhados de suas famílias, houve uma tendência à miscigenação, mesmo porque a sociedade tupi-guarani aceitava naturalmente a inserção de estranhos como genros e cunhados. Surgem, então, os chamados mamelucos, que adquiriram inicialmente como língua materna o tupi – por conta do intenso contato com as mães –, mas depois se distanciaram social e culturalmente das sociedades indígenas, passando a manter contato constante com o português, o que gerou uma língua franca, chamada de língua geral, a qual pode ser classificada em dois tipos: *língua geral paulista* e *língua geral amazônica*. A língua geral paulista tornou-se dominante na Capitania de São Vicente entre o século XVI e XVIII, de onde foi levada pelos bandeirantes – que eram mamelucos – para Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e províncias do Sul, enquanto a língua geral amazônica, falada por uma população mameluca desenvolvida através do contato dos índios tupinambá com os portugueses a partir 1615, foi a língua popular em toda a província do Amazonas e em grande parte da província do Pará até meados do século XIX, antes do ciclo econômico da borracha.

Embora o português tenha sido sempre a língua oficial da colônia, seu estabelecimento como língua popular não aconteceu de maneira uniforme. Na costa leste e sueste, entre o Rio Grande do Norte e o Rio de Janeiro, o português foi, de fato, a língua utilizada para

comunicação desde o século XVI, mas na Capitania de São Vicente e, posteriormente, em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a língua geral paulista foi o veículo de comunicação durante aproximadamente 200 anos, e no Maranhão, Pará e Amazonas, a língua geral amazônica foi a língua popular durante quase 300 anos. Hoje a língua portuguesa é a língua falada de forma majoritária em território brasileiro, porém nosso país pode ser considerado multilíngue, no qual são faladas hoje cerca de 200 línguas, sendo 180 indígenas e outras de origem europeia e asiática. No que tange especificamente às línguas indígenas, o Brasil, mesmo passando por todo esse processo de extinção verificado ao longo da história, ainda é o país com maior diversidade genética na América do Sul, segundo afirmam Leite e Franchetto (2006).

Não se pode, porém, confundir tal resistência dos povos e das línguas indígenas no Brasil com a inexistência do perigo de extinção, mesmo porque a descoberta de novos grupos étnicos – principalmente depois da intensificação das pesquisas sobre o assunto, em 1980 – apenas quer dizer que existem mais índios no país do que se pensava, mas isso não garante que as línguas faladas por esses grupos não serão extintas ou não perderão muitas de suas características. Esse alerta, de acordo com Leite e Franchetto (2006), tem razão de ser, pois existe uma nítida pressão da língua nacional, dominante em virtude do poder socioeconômico e da difusão via escola e meios de comunicação, sem falar na valoração positiva dada à língua do colonizador em oposição à valoração negativa dada à língua do colonizado. A inserção desses grupos linguisticamente minoritários na vida social do país alterou profundamente sua relação com suas próprias línguas, já que os locais e os assuntos aos quais eles agora têm acesso utilizam como língua veicular o português, cujo domínio está sendo cada vez mais exigido e mais desejado entre os indígenas. Contraditoriamente, no entanto, o domínio da língua nativa figura como um emblema da identidade indígena e é exigido para que haja a inserção dos grupos indígenas nessa vida social que os obriga a ser cada vez menos índios.

Dessa forma, é imprescindível compreender os rumos que os estudos sobre as línguas indígenas faladas no Brasil têm tomado ao longo do tempo. O primeiro desses estudos foi feito ainda no século XVI por Anchieta, que registrou numa gramática o tupinambá falado na Bahia, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, tomando por base a língua latina, com a finalidade de aprender a língua e transmiti-la a outros religiosos para a catequese dos chamados “povos primitivos”. Naquele momento, a multiplicidade de línguas impedia a conversão de tais povos, por isso só o tupinambá, usado pela maioria dos falantes, foi

estudado e utilizado efetivamente na catequese, contribuindo para o surgimento da ideia que perdura até hoje de que existe uma homogeneidade linguística no Brasil. Na segunda metade do século XIX, porém, estudos sobre outras línguas indígenas começaram a ser feitos por muitos viajantes e por outros missionários, uma vez que a proibição do estudo das línguas indígenas decretada pelo Marquês de Pombal já não tinha mais validade.

A partir do final do século XIX, as pesquisas etnográficas dos povos que formam o sistema multilíngue do Alto Xingu, utilizando o método histórico-comparativo, também deram importantes contribuições linguísticas a respeito da classificação e do entendimento do parentesco existente entre as línguas indígenas ali faladas. Mais tarde, no início da segunda metade do século XX, o departamento de antropologia do Museu Nacional criou o setor de linguística, mas as pesquisas ficaram inicialmente a cargo de missionários protestantes americanos, que tinham – assim como os jesuítas tiveram – o interesse meramente catequético. Na década de 70, porém, as pesquisas começaram a ser feitas nas pós-graduações de algumas universidades, deixando de ser vinculadas ao campo da antropologia e passando a configurar um estudo realmente linguístico, o que ocasionou o surgimento de uma diversidade teórica nesse tipo de pesquisa. A partir de então, vários esforços passaram a ser feitos para tentar diminuir a desigualdade entre índios e brancos no que se refere ao acesso ao resultado dessas pesquisas, gerando a necessidade de se investir numa educação bilíngue nas tribos indígenas, visto que o avanço da língua portuguesa para dentro da vida indígena parece ser inevitável.

As línguas gerais de base indígena serviram inicialmente como instrumento de comunicação adotado pelos portugueses para integrar a força de trabalho indígena na extração do pau-brasil e no cultivo de cana-de-açúcar, tabaco e algodão. Todavia, como já fora mencionado anteriormente, os índios demonstraram resistência ao trabalho escravo e contaram com o apoio dos padres jesuítas, que eram contrários à escravidão dos nativos, o que certamente contribuiu para que o tráfico negreiro viesse a se tornar a principal fonte da mão-de-obra utilizada no processo de implementação da cultura agroexportadora do açúcar na segunda metade do século XVI. A partir de então, a importação de escravos africanos para o Brasil cresceu bastante, principalmente em Pernambuco e na Bahia, permitindo o avanço da língua portuguesa em território brasileiro, mesmo que, em alguns agrupamentos mais etnicamente homogêneos, os escravos pudessem fazer uso de uma língua franca de base africana que servisse para a comunicação entre eles.

Durante muito tempo, perdurou a compreensão de que não se podia afirmar com algum grau de certeza de onde provinham esses africanos e, conseqüentemente, suas línguas. Pessoa de Castro (2006), no entanto, afirma – com base num estudo lexicográfico – que as muitas línguas africanas trazidas ao Brasil por intermédio dos escravos que vieram para cá eram originárias de duas partes da África: a *África Ocidental* e a *África Banto*, territórios da família linguística Níger-Congo. Os escravos vindos da África Ocidental – do Senegal à Nigéria – trouxeram as línguas do subgrupo Kwa, tais como iorubá, ibô, ewe, fon, nupe ou tapa, twi-fante, axante. Por outro lado, os escravos vindos da África Banto – da linha do equador ao cone sul-africano – trouxeram as línguas do subgrupo Banto, tais como quimbundo, quicongo e umbundo. De acordo com Rodrigues (2006), essas línguas africanas acabaram deixando alguns resquícios em determinados locais do nosso território, como é o caso da região de Minas Gerais, na qual surgiu uma língua franca de comunicação entre os escravos africanos que trabalhavam na região de Vila Rica (atual Ouro Preto) no século XVIII, e o da cidade de Salvador, onde seis línguas de origem africana foram faladas até o final do século XIX. Petter (2006) cita ainda a existência de uma gramática de Quimbundo confeccionada em Salvador, no século XVII, o que revela que essa língua era falada pelos negros escravos na capital brasileira da época. Além disso, as chamadas *línguas especiais* do Cafundó, no interior paulista, e de Tabatinga, no interior mineiro, usadas como códigos secretos, atestam os impactos linguísticos da presença africana no Brasil.

Uma vez que ilustram a utilização de códigos de comunicação comunitários baseados em línguas africanas, o uso de línguas francas africanas em determinadas regiões, ou ainda a utilização de uma língua plena africana no Brasil, tais exemplos seriam, segundo Rodrigues (2006), um argumento importante no sentido de desmentir a crença de que os escravos africanos de diferentes línguas tivessem sido misturados propositalmente, com a intenção de dificultar a comunicação e a solidariedade entre eles. Petter (2006), no entanto, afirma, levando em conta os ciclos⁵ de importação de escravos propostos por Mattoso (1979), que os africanos de mesma etnia parecem não ter sido levados para o território brasileiro numa mesma época, contribuindo para reforçar a ideia de que essa mistura de etnias fazia parte da política portuguesa para impedir o desenvolvimento de revoltas e rebeliões. Muitos escravos

⁵ O ciclo da Guiné, no século XVI, que trouxe escravos sudaneses, originários da África situada ao norte do Equador. O ciclo do Congo e de Angola, no século XVII, que trouxe negros bantos. Os ciclos da costa de Mina e da baía do Benin, no século XVIII, que trouxe novamente escravos sudaneses. O ciclo de Angola e Moçambique, no século XIX, que trouxe escravos de todas as regiões da África, principalmente desses dois países.

de etnias e línguas diferentes eram, segundo Petter (2006), forçados a conviver juntos por um determinado tempo antes mesmo de embarcarem para o Brasil, possibilitando o contato entre línguas africanas distintas e o português falado pelos traficantes de escravos, o que fez com que o multilinguismo encontrado no Brasil não tenha sido inédito para boa parte dos negros que aqui chegaram. Dentro dessa perspectiva, é possível cogitar a hipótese de que as línguas francas africanas que teriam sido utilizadas em território brasileiro já haviam sido delineadas ainda em terras africanas.

Já em território brasileiro, os africanos foram espalhados pelo interior do país e quase não tiveram contato com a cultura europeia e, conseqüentemente, com a variedade padrão da língua portuguesa, restringindo-se à convivência com colonos portugueses pobres e pouco escolarizados, com os quais adquiriram o português como segunda língua. De acordo com Lucchesi e Baxter (2006), os negros escravos foram, assim, obrigados a aprender, numa situação social precária, a língua portuguesa, a qual serviu para a comunicação com capatazes e senhores e também com outros escravos de etnias diferentes. Essa aquisição precária de uma segunda língua por uma coletividade de falantes adultos, sem instrutores ou escolas, e sua posterior socialização e nativização nessa coletividade é denominada, como já se observou anteriormente, de *transmissão linguística irregular*, ainda que de “tipo leve”, visto que não houve, de modo generalizado, a expansão da estruturação gramatical que começou a ser formada em decorrência da situação de contato. Assim, não se formou no Brasil uma língua crioula – como era comum em processos de transmissão linguística irregular mais intensos –, mas foi criada uma variedade popular da língua portuguesa, mantendo quase todo o seu arcabouço estrutural, modificado apenas pela profunda variação no uso dos elementos gramaticais sem valor referencial, tais como a morfologia verbal de pessoa e número, a concordância nominal de gênero e número e a flexão de caso dos pronomes pessoais (LUCCHESI, 2003).

1.2.3 Uma língua, duas normas e muito preconceito

Esse processo de nativização de um modelo imperfeito de segunda língua seria responsável pelo surgimento de uma variedade do português bem distinta da que era falada pelos colonos portugueses e seus descendentes, deixando marcas mais profundas na língua portuguesa falada em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas. Por conta disso, segundo

Lucchesi (2001 e 2015), a configuração da realidade sociolinguística brasileira se deu de forma polarizada: as cidades, pouco populosas e geralmente situadas no litoral, não influenciavam as distantes povoações interioranas e eram reduto exclusivo de uma reduzida elite colonial, a qual, como era de se esperar, procurou aproximar-se e manter-se fiel ao padrão linguístico lusitano, submetendo-se ao cânone português até o início de século XX; por outro lado, porém, a maior parte da população colonial – formada principalmente por índios nativos e negros escravos, e espalhada pelo interior do país – quase não tinha contato com a cultura europeia e, conseqüentemente, com a variedade padrão da língua portuguesa, restringindo-se à convivência com colonos portugueses pobres e pouco escolarizados, com os quais adquiriram o português como segunda língua. Nessa perspectiva, segundo afirma Lucchesi (2002, p. 64), a realidade sociolinguística brasileira teria sido constituída a partir da existência de “dois sistemas igualmente heterogêneos e variáveis: norma culta e norma vernácula ou popular”.

Todavia, antes de um maior detalhamento dessa polarização linguística do português brasileiro, é necessário relembrar algumas reconfigurações teóricas pelas quais o conceito de norma linguística – aqui utilizado a partir da ótica sociolinguística – passou ao longo do tempo. Esse conceito surge ainda no estruturalismo, envolto na polêmica discussão acerca do que se entende pelo termo “norma”: aquilo que é habitual, costumeiro e, portanto, normal ou aquilo que se encaixa no sistema ideal de valores impostos, pré-estabelecidos e, portanto, normativos. Não é à toa, então, que Cunha (1985), tomando por base formulações teóricas de Coseriu (1979 [1952]), procura distinguir a norma objetiva, referente aos padrões observáveis nos usos linguísticos de determinada comunidade, da norma subjetiva, referente ao sistema de valores por meio do qual o desempenho linguístico dos falantes de determinada comunidade é julgado. Essa distinção, porém, nem sempre é tão nítida assim, uma vez que, de acordo com Lucchesi (2002), não se pode negar que há uma íntima e complexa relação entre o sistema de valores adotados por um grupo de falantes e os padrões linguísticos utilizados por esse mesmo grupo, fato que, se bem compreendido, aponta para os processos de variação e mudança que caracterizariam o sistema linguístico de uma dada comunidade.

Coseriu (1979 [1952]), porém, na tentativa de comprovar a lógica estruturalista de que não haveria nenhuma vinculação entre o sistema funcional da língua e a realidade social na qual se inserem seus usuários, problematizou a mais conhecida dicotomia saussureana, que opõe língua e fala, apresentando uma divisão tripartida entre sistema, norma e fala, tentando

separar com mais precisão o que é funcional (sistema), o que é social (norma) e o que é individual (fala). Assim, na ótica coseriana sintetizada por Lucchesi (2002, p. 71), o sistema seria o conjunto limitado e invariável de estruturas e oposições funcionais essenciais para o funcionamento da língua enquanto sistema de comunicação de conteúdos informacionais; a fala, por sua vez, seria o conjunto potencialmente ilimitado de realizações linguísticas acidentais e contingenciais de um usuário da língua; e, por fim, a norma seria um nível de abstração intermediário entre o sistema e a fala composto pelo conjunto de variantes que, mesmo não tendo valor funcional, são relativamente constantes e frequentes dentro de uma determinada comunidade, sendo associadas a fatores sociais.

Com o surgimento da sociolinguística, a qual concebe a língua como um sistema heterogêneo e variável, ficou demonstrado que os aspectos funcional e social da linguagem se interpenetram, fundindo assim dois elementos – sistema e norma – da divisão tripartida proposta por Coseriu (1979 [1952]), já que a variação da norma é estudada como parte integrante do funcionamento do sistema linguístico sem prejudicá-lo ou, muito menos, opor-se a ele (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]). É, aliás, a partir do estudo dessa íntima relação entre o que é funcional e o que é social no comportamento linguístico observável numa determinada comunidade que podemos chegar ao cerne da sociolinguística: o entendimento da variação e da mudança linguística. Todavia, de acordo com Lucchesi (2002, p. 74), embora essa distinção entre norma e sistema tenha ocasionado a ausência do conceito de norma linguística na literatura sociolinguística, tal conceito ainda teria vitalidade dentro desse modelo teórico, como aponta a propositada discussão acerca da formação do português brasileiro.

Adotando-se, então, o conceito de norma linguística à luz dos pressupostos teóricos da sociolinguística, seria possível diferenciar três tipos de norma: a norma-padrão, que corresponderia às formas linguísticas prescritas pelas gramáticas normativas; a norma culta, que corresponderia às formas linguísticas efetivamente utilizadas na fala e na escrita dos indivíduos plenamente escolarizados; e a norma popular, que corresponderia às formas linguísticas efetivamente utilizadas pelos indivíduos com pouca ou nenhuma escolarização. No que tange aos usos reais e observáveis da língua, o português brasileiro, levando-se em conta o contexto sócio-histórico em que foi formado, já nasceu linguisticamente polarizado entre a norma culta e a norma popular:

A norma culta seria, então, constituída pelos padrões de comportamento linguístico dos cidadãos brasileiros que têm formação escolar, atendimento médico-hospitalar e acesso a todos os espaços da cidadania, e é tributária, enquanto norma linguística, dos modelos transmitidos ao longo dos séculos nos meios da elite colonial e do Império e inspirados na língua da Metrópole portuguesa. A norma popular, por sua vez, se define pelos padrões de comportamento linguístico da grande maioria da população alijada de seus direitos elementares e mantida na exclusão e na bastardia social. Na medida em que grande parte de seus antepassados eram “peças” (seres humanos reduzidos à condição de coisa, para usufruto dos seus senhores), deve-se pensar que esses falares se formam no grande cadinho que fundiu, na fornalha da escravidão em massa, as etnias autóctones e as etnias africanas na fôrma do colonizador europeu. Portanto, se é uma variedade da língua do colonizador a que se impõe na fala dos segmentos sociais aí formados, não se pode deixar de perceber as marcas de sua aquisição precária e de sua nativização mestiça (LUCCHESI, 2002, p. 87).

Não se pode negar, porém, que, com a abolição da escravatura no final do século XIX e com o vertiginoso processo industrialização e urbanização do país no início do século XX, boa parte dos africanos e seus descendentes acabou migrando para as cidades e se inserindo – mesmo que se concentrasse em estratos menos elevados da sociedade – nos diversos setores da atividade produtiva, servindo, assim, de transmissor dos traços mais peculiares desse português tipicamente nosso. Essa nova configuração social do nosso país a partir das primeiras décadas do século XX possibilitou, então, o surgimento de uma tendência ao nivelamento das duas normas linguísticas em questão, inserindo na fala das pessoas plenamente escolarizadas alguns traços característicos da norma popular e, por outro lado, atenuando na fala das pessoas com pouca ou nenhuma escolarização as marcas distintivas mais características do contato linguístico ocorrido nos primeiros séculos de colonização:

A polarização linguística do Brasil não é, porém, estanque, podendo-se detectar influxos que interligam os dois subsistemas distintos, sobretudo a partir das primeiras décadas do século XX, quando se inicia o vigoroso e profundo processo de industrialização e urbanização do país, que dinamizou a reprodução da cultura e democratizou as relações sociais, sem conseguir, entretanto, alterar o quadro de profundas desigualdades sociais que ainda entravam o verdadeiro desenvolvimento do país. As contradições da realidade social refletem-se no plano das normas linguísticas, pois, ao tempo em que se observa, no plano objetivo dos padrões coletivos de comportamento verbal, uma tendência ao nivelamento das duas normas linguísticas brasileiras, no plano subjetivo da avaliação das variantes linguísticas, o estigma ainda recai pesadamente sobre as variantes mais características da norma popular, fortalecendo-se, a cada dia – inclusive com a força dos meios de comunicação de massa – um preconceito que, sem fundamento linguístico, nada mais é do que a crua manifestação da discriminação econômica e social (LUCCHESI, 2002, p. 87-88).

Contudo, é preciso lembrar que as variedades encontradas na língua coexistem dentro de um processo de valoração social que se ampara no contexto das relações estabelecidas pela estrutura sociopolítica de cada comunidade, a qual costuma distinguir as variedades

prestigiadas das variedades estigmatizadas. Segundo Bagno (2007), o mais intrigante nesse processo de valoração social das normas linguísticas é que os juízos de valor atribuídos a elas estão embasados meramente em avaliações acerca das condições socioeconômicas dos falantes e não em características propriamente linguísticas, motivo pelo qual um pesado e injusto estigma social costuma recair sobre os falantes com menos poder aquisitivo, com menos escolaridade e com menos traços característicos dos grandes centros urbanos.

Nesse sentido, merece destaque o fato de que a inegável aproximação que vem acontecendo ao longo dos tempos entre as normas linguísticas observáveis no uso real da língua portuguesa falada no Brasil ainda não foi suficiente para que a norma popular deixasse de ser altamente estigmatizada, em virtude de uma nítida discriminação socioeconômica que se revela através do preconceito linguístico, o qual é reproduzido e alimentado com o auxílio dos meios de comunicação em massa, dos livros didáticos de língua portuguesa e das próprias instituições educacionais.

1.2.4 O processo de escolarização na trajetória polarizada do português brasileiro

É impossível negar a importância do processo de escolarização na trajetória polarizada do português brasileiro, uma vez que as políticas educacionais adotadas ao longo da história do nosso país contribuíram significativamente para reforçar essa já visível polarização da realidade sociolinguística brasileira. Faz-se necessário, portanto, analisar as fases pelas quais passou o sistema educacional brasileiro ao longo dos tempos, inclusive no que tange ao ensino de língua portuguesa, procurando compreender o percurso através do qual o português se torna a língua hegemônica em nosso território.

Na primeira fase (1549-1757), período em que o Brasil experimentou um cenário de multilinguismo generalizado, os padres jesuítas, apesar do interesse muito mais catequético, implantaram uma política de sistematização e de organização educacional que permitiu, segundo Paiva (2003), o estabelecimento de duas categorias de ensino: a instrução simples primária para os filhos dos índios e dos portugueses; e a educação média – formando mestres em artes e bacharéis em letras – apenas para os filhos da elite portuguesa. Observa-se, então, que esse processo de escolarização excluía categoricamente os negros, que eram proibidos de estudar, e restringia o acesso dos indígenas e dos colonos portugueses pobres a um letramento embrionário que os afastava dos padrões linguísticos característicos da norma culta, àquela

altura totalmente decalcada do português europeu. Por outro lado, somente os membros da reduzidíssima elite portuguesa que residia no Brasil tinham acesso, de fato, a um letramento pleno que os aproximava dos padrões linguísticos característicos da norma culta da língua portuguesa. Não é por acaso que, no final do século XVIII, o percentual de letrados no Brasil, de acordo com Houaiss (1985), era de apenas 0,5% da população.

Na segunda fase (1757-1808), iniciada a partir da política linguístico-cultural desenvolvida pelo Marquês de Pombal, a língua portuguesa foi se tornando hegemônica em território brasileiro, por conta da forte repressão ao uso das línguas gerais de base indígena, da instituição do português como língua oficial da colônia e da implantação do ensino obrigatório de língua portuguesa. Segundo Calmon (1937), como os jesuítas foram expulsos do Brasil em virtude da política pombalina, a educação passou a ser gerida pelo Estado Português, que promoveu uma desastrosa reforma na sistematização e organização do ensino, dividindo-o em três categorias: o ensino primário, realizado por alguns dos poucos letrados que residiam no país e subsidiado por um imposto criado pelo próprio Pombal; o ensino secundário, limitado a pouquíssimas escolas de artes e ofícios; e o ensino superior, que não era realizado na colônia e dependia de parcerias com as universidades europeias, especialmente a de Coimbra. Embora a intenção maior da política pombalina fosse popularizar o ensino, esse objetivo esbarrou na escassez de escolas que impossibilitou o acesso das pessoas à educação oferecida, na falta de professores qualificados que permitiu que pessoas semialfabetizadas ministrassem aula e na desorganização pedagógica que ocasionou a realização de aulas isoladas e dispersas. Num cenário como esse, a pequena elite portuguesa que residia no Brasil continuou tendo acesso aos padrões linguísticos característicos da norma culta, ao passo que a maioria da população – composta por índios, negros e colonos portugueses pobres – continuou tendo acesso muito restrito a esses padrões linguísticos, o que certamente fortaleceu o desenvolvimento da norma popular.

Na terceira fase (1808-1920), iniciada a partir da vinda da família real portuguesa e de inicialmente mais quinze mil portugueses para o Rio de Janeiro (TEYSSIER, 2004), foram criados, por ordem de D. João VI, cursos, escolas e faculdades para atender às demandas educacionais desse grande contingente de pessoas recém-chegadas ao Brasil. Por conta disso, foram abertas inúmeras escolas primárias em todo o país, houve um aumento significativo no número de escolas secundárias e, no tocante ao ensino superior, foram implantadas a Academia Militar, a Academia da Marinha e a Escola de Medicina. Segundo Mattos e Silva

(2004), todas essas reconfigurações socioculturais contribuíram para uma relusitanização da então colônia, principalmente da região do Rio de Janeiro, desenvolvendo um ideal normativizador que tomou por base os padrões linguísticos da norma culta, agora mais do que nunca decalcada dos padrões linguísticos lusitanos. Não podemos, entretanto, deixar de mencionar que, embora o processo de escolarização no Brasil tenha se acelerado durante esse período, os negros ainda eram excluídos da política educacional adotada, ficando restritos ao aprendizado das primeiras letras nas irmandades, as quais se firmaram como espaços de expressão cultural, de discussão política e de resistência negra. Nem mesmo a boa intenção da primeira constituição brasileira – redigida pouco depois Independência, em 1824 –, tentando universalizar o ensino obrigatório no país, conseguiu inserir no ambiente escolar uma grande parcela de índios, negros e mestiços; assim sendo, a maioria da população brasileira ainda não podia desfrutar do acesso ao letramento pleno e aos padrões linguísticos da norma culta. Todavia, apesar dessa nítida exclusão das camadas sociais mais baixas do processo de escolarização formal, o percentual de letrados no Brasil em 1920 já estava, de acordo com Houaiss (1985), entre 20% e 30%.

Na quarta fase, a partir de 1920, estará relacionada ao vertiginoso processo de industrialização/urbanização e ao crescente êxodo rural, um grande contingente das camadas sociais mais baixas teve a oportunidade de ingressar numa escola primária, àquela altura já carente de professores com a devida qualificação e de uma estrutura que comportasse esse acréscimo significativo na quantidade de alunos. As escolas secundárias, ainda que em menor escala, também tiveram um aumento no número de alunos, com a finalidade de elevar a oferta de mão-de-obra qualificada para atender às demandas de um país em franco desenvolvimento. Já no ensino superior, embora o número de faculdades no país tenha aumentado, o acesso a elas continuava muito restrito a uma pequena parcela da população que tinha maior poder aquisitivo, não muito diferente dos moldes coloniais. De acordo com Azevedo (1994), apesar dessa aparente democratização do ensino, ao menos no que tange à escola primária e à escola secundária, o processo de escolarização no Brasil ainda estava marcado negativamente pelo percentual de 50,6% de analfabetos entre as pessoas com mais de 15 anos de idade, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE em 1950. Essa realidade demandou esforços de vários movimentos sociais e dos governantes brasileiros, mesmo durante a Ditadura Militar, na tentativa de erradicar o analfabetismo no país, fazendo com que o percentual de analfabetos caísse para 25,9% das pessoas com mais de 15 anos de idade em 1980, segundo dados do

Anuário Estatístico do Brasil/IBGE. Embora até hoje o analfabetismo não tenha sido erradicado no Brasil, atualmente o percentual de analfabetos entre as pessoas com mais de 15 anos de idade caiu para 9,6%, de acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE em 2010. Todo esse cenário proporcionou, sem dúvida, as condições mínimas necessárias para que houvesse, como já foi mencionado anteriormente, uma aproximação entre a norma popular e a norma culta, já que ocorreu, por um lado, um maior acesso dos falantes da norma popular aos padrões linguísticos característicos da norma culta através da escolarização e, por outro lado, uma maior difusão de muitos dos traços característicos da norma popular entre os falantes da norma culta. Contudo, não se pode negar que, apesar desse significativo decréscimo no percentual de analfabetos em nosso país ao longo das últimas décadas, há ainda a prevalência da norma popular na fala da maioria da população brasileira.

2 O PROCESSO DE REFLEXIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

2.1 POLARIZAÇÃO LINGUÍSTICA E REFLEXIVIZAÇÃO

Como vimos no capítulo anterior, os primeiros séculos da colonização brasileira foram marcados por um multilinguismo generalizado que teve origem no encontro politicamente assimétrico da língua portuguesa com as línguas indígenas aqui já existentes, com as línguas africanas trazidas pelos escravos e ainda com algumas outras línguas europeias que adentraram nosso território durante esse período. Isso possibilitou que a hegemonia da língua portuguesa no Brasil, principiada somente a partir da segunda metade do século XVIII, fosse antecedida pelo predomínio de línguas gerais de base indígena em algumas regiões e de línguas francas africanas em outras, além da eventual presença de variedades crioulistas do português em locais mais isolados. Graças à política linguística e cultural implementada em 1757 pelo Marquês de Pombal, que definia o português como a língua da colônia e tornava obrigatório seu uso nas escolas e na documentação oficial, houve um grande declínio na utilização das línguas gerais de base indígena e das línguas francas africanas, ocasionando a difusão do português como língua nacional e, ao mesmo tempo, evidenciando a polarização linguística do Brasil.

De um lado estava, segundo Lucchesi (2001, 2009 e 2015), uma reduzida elite colonial que, concentrando-se nas pouco populosas cidades litorâneas, falava um português decalcado dos padrões linguísticos lusitanos; do outro lado, estava a maioria da população colonial (formada por índios, negros e mestiços) que, espalhada pelo interior do país, não tinha acesso aos padrões linguísticos lusitanos e falava um português precariamente adquirido no convívio com colonos portugueses pobres e pouco escolarizados, com fortes influências indígenas e, principalmente, africanas. Esse cenário sociolinguístico, além de demonstrar a diversidade da língua portuguesa falada no Brasil, aponta para a inegável importância do contato entre línguas na formação do português popular brasileiro e nos permite defender a ideia de que a variação existente nas estratégias de reflexivização pode ter origem em processos pretéritos de transmissão linguística irregular.

De acordo com Lucchesi (2003), o termo transmissão linguística irregular (cf. subseção 1.1.1) designa, de maneira mais ampla, os processos históricos de contato linguístico entre povos de línguas tipologicamente distintas, em que os falantes das línguas do grupo

dominado, em sua maioria adultos, são forçados a adquirir a língua do grupo dominante em condições bastante adversas de aprendizado, por conta da sujeição e da marginalização, sendo que o que se forma a partir desse tipo de contato linguístico serve como modelo para aquisição da língua materna das novas gerações de falantes. O resultado desse processo pode ser, nas situações em que o contato linguístico seja menos intenso, a formação de uma nova variedade da língua do grupo dominante que apresente um amplo quadro de variação, ou, nas situações mais radicais de contato linguístico, a formação de uma língua crioula, que exibe uma gramática qualitativamente distinta da gramática de sua língua lexificadora.

Sendo formadas em uma situação de transmissão linguística irregular mais radical, as línguas crioulas resultam de uma reestruturação gramatical ocorrida, em função da perda dos elementos gramaticais que acontece no momento inicial do contato linguístico. Alguns elementos gramaticais que carregam sentido na formação das frases e são perdidos nesse primeiro período do processo de transmissão linguística irregular são reconstituídos quando da formação da língua crioula por meio de reanálises, gramaticalização de itens lexicais disponíveis ou pelos dispositivos inatos de aquisição da linguagem, na aquisição da segunda língua deficiente pelas crianças que nascem na situação de contato. Por outro lado, os dispositivos gramaticais que não têm valor referencial, cuja supressão não afeta o conteúdo informacional da frase, podem se perder definitivamente, não sendo depois reconstituídos. Assim, a gramática qualitativamente distinta das línguas crioulas se caracteriza, por um lado, pela reconstrução original de certos elementos gramaticais e, por outro lado, pela supressão definitiva de outros.

No que tange às estratégias de reflexivização (um mecanismo gramatical com valor informacional), é comum que, em situações mais radicais de contato linguístico, como é o caso das línguas crioulas, a partícula reflexivizadora, perdida no momento inicial do contato, seja recomposta pela gramaticalização de um item lexical da língua alvo, geralmente um substantivo que se refere ao “corpo” ou à “cabeça. Vejamos, então, como se dá a reflexivização em algumas línguas crioulas, procurando observar as possíveis semelhanças e diferenças com relação ao que ocorre no português brasileiro.

Os crioulos do Golfo da Guiné, de acordo com Hagemeyer (2009, p. 13-14), possuem várias estratégias de reflexivização, sendo a mais recorrente o uso de uma expressão anafórica

crioula de origem Edo⁶ cujo significado literal é *corpo*, como ocorre no exemplo em (1) – retirado do Santomense – e no exemplo em (2) – retirado do Angolar.

(1) *So n ga mata **ubwê** mu*

Então eu vai matar **corpo** meu (tradução literal)

Então eu vou me matar

(2) *Ê mata **ôngê** rê*

Ele matar **corpo** dele (tradução literal)

Ele se matou

Os crioulos do Atlântico, de acordo com Parkvall (2000, p. 57), também possuem várias estratégias de reflexivização, havendo uma preferência dos falantes pelo uso de uma expressão anafórica cujo significado literal é *corpo* ou *o nome de uma parte do corpo*, como ocorre no exemplo em (3) – retirado do crioulo haitiano. Segundo o autor, a utilização desse tipo de expressão seria fruto da influência do substrato, apesar de o termo gramaticalizado ser de origem da língua de superstrato, principalmente no caso dos crioulos de base lexical francesa.

(3) *Matant pann **kor***

Minha tia enforçar **corpo** (tradução literal)

Minha tia se enforcou

O crioulo caboverdiano, de acordo com Pratas (2002, p. 80-81), utiliza a expressão anafórica *kabesa* no contexto de reflexividade e a expressão anafórica *kunpanheru* no contexto de reciprocidade, como ocorre em (4) e (5), ambas resultantes dos processos de relexificação e reanálise, comuns em situações mais radicais de contato linguístico.

(4) *Djon mata **kabesa***

João matar **cabeça** (tradução literal)

João se matou

⁶ A palavra “corpo” que aparece nas estruturas ditas reflexivas de outras línguas crioulas que utilizam a mesma estratégia de reflexivização deriva sempre de uma língua europeia, como acontece, por exemplo, com o crioulo haitiano. Nos crioulos do Golfo da Guiné, porém, tal expressão anafórica tem origem Edo, evidenciando, portanto, uma clara influência do substrato.

(5) *Es gosta (di) kunpanheru*Eles gostar (do) **companheiro** (tradução literal)

Eles gostam um do outro

Segundo Pratas (2002, p. 81), merece destaque o importante fato de que, quando o sujeito sintático não é simultaneamente agente e paciente da ação verbal, é comum a não-realização da expressão anafórica ou de qualquer elemento explícito que possa evidenciar o contexto de reflexividade, como acontece em (6) e (7).

(6) *Pedru xinta Ø*

Pedro sentou (tradução literal)

Pedro se sentou

(7) *Pedru perdi Ø*

Pedro perdeu (tradução literal)

Pedro se perdeu

Quando o processo de transmissão linguística irregular é de tipo leve, como é o caso do que ocorreu em território brasileiro, a estrutura gramatical da variedade que se forma fica marcada por uma profunda variação, uma vez que não há, comparando-se com a gramática da língua alvo, a introdução de dispositivos originais, sendo as eventuais lacunas estruturais preenchidas gradativamente por dispositivos da própria língua do dominador. Dessa forma, no que se refere às estruturas ditas reflexivas, pode-se afirmar que não houve a gramaticalização de itens lexicais e sim uma profunda variação no uso da partícula reflexivizadora na nova variedade de língua que se formou, sendo possível identificar quatro possibilidades no português popular brasileiro: a realização padrão do clítico, como em (8a); a dupla realização do clítico, como em (8b); a realização do clítico sem marca de pessoa, como em (8c); e a não-realização do clítico, como em (8d).

(8) a. *Eu **me** casei na semana passada.*b. *Eu **me** casei-**me** na semana passada.*c. *Eu **se** casei na semana passada.*d. *Eu **Ø** casei na semana passada.*

Todavia, de acordo com Lucchesi (2003), os efeitos do processo de transmissão linguística irregular ocorrido no Brasil não atingem com a mesma intensidade todas as variedades populares da nossa língua, uma vez que, à medida que a comunidade de fala está geograficamente mais próxima de algum centro urbano e tem mais acesso aos padrões gramaticais da língua portuguesa, seus falantes já conseguem – ou ao menos tentam – reconstituir com maior propriedade os elementos gramaticais perdidos no início do contato entre línguas. Partindo desse pressuposto, seria possível mensurar, em ordem decrescente de intensidade, a propagação dos efeitos do contato linguístico através do seguinte *continuum*: português rural afro-brasileiro > português popular rural > português popular dos pequenos centros urbanos > português popular dos centros urbanos maiores. No que tange às estruturas ditas reflexivas, se tomarmos por base esse *continuum* e compreendermos a não-realização do clítico como o efeito mais intenso da transmissão linguística irregular de tipo leve ocorrida em nosso território, é possível aventar, então, a hipótese de que os falantes do português rural afro-brasileiro utilizariam majoritariamente essa variante, em virtude do considerável grau de isolamento dessas comunidades de fala durante o processo de aquisição precária da língua portuguesa e, conseqüentemente, do reduzido acesso aos seus padrões gramaticais.

Seguindo esse mesmo raciocínio, a frequência da não-realização do clítico entre os falantes do português popular rural tenderia a ser, apesar de majoritária, um pouco menor do que no português rural afro-brasileiro, já que essas comunidades de fala não são tão isoladas quanto as remanescentes de antigos quilombos e têm um pouco mais de acesso – embora ainda pequeno – aos padrões gramaticais da língua portuguesa. Por sua vez, a frequência da não-realização do clítico entre os falantes do português popular dos pequenos centros urbanos tenderia a ser, apesar de ainda majoritária, menor do que no português popular rural, visto que nas zonas urbanas – mesmo nas pequenas – haveria mais acesso à escolarização formal e, por conseqüência, aos padrões gramaticais da língua portuguesa. Já entre os falantes do português popular dos centros urbanos maiores, a tendência seria de um equilíbrio maior entre a não-realização do clítico e sua efetiva realização, evidenciando mais claramente a mitigação dos efeitos da transmissão linguística irregular de tipo leve que, conforme se tem defendido ao longo deste trabalho, deu origem ao português popular brasileiro, uma vez que, nas zonas urbanas maiores, os falantes teriam ainda mais acesso à escolarização formal e, conseqüentemente, aos padrões gramaticais da língua portuguesa, se comparados aos falantes das zonas urbanas menores.

Essas hipóteses aqui propostas, porém, não desconsideram o fato de que o acesso cada vez maior da população em geral – independente de qual seja a comunidade de fala – à escolarização formal e aos meios de comunicação de massa tem neutralizado, ao longo dos tempos, essas marcas resultantes do contato entre línguas na fala de moradores de pequenos centros urbanos ou mesmo da zona rural, em virtude da difusão em larga escala dos padrões linguísticos típicos dos grandes centros urbanos. Contudo, embora levando em conta tais ressalvas, este trabalho toma o *continuum* acima mencionado como um ponto de partida para uma investigação mais acurada, a fim de constatar empiricamente em que medida as estruturas ditas reflexivas presentes hoje no português popular do interior do Estado da Bahia refletem os efeitos do processo de transmissão linguística irregular de tipo leve ocorrido nos primeiros séculos de colonização.

2.2 OS CLÍTICOS REFLEXIVOS À LUZ DAS GRAMÁTICAS ESCOLARES

Antes de qualquer coisa, cabe explicar que o termo “gramáticas escolares” é utilizado aqui para fazer alusão às gramáticas que servem de base para o ensino/aprendizagem da norma-padrão da língua portuguesa ao longo do processo de escolarização formal. Muitas dessas gramáticas, desde o século XVI até o século XXI, têm estabelecido uma conflituosa classificação dos clíticos ditos reflexivos, em virtude de uma perceptível confusão acerca dos contextos que envolvem tais clíticos. Segundo Almendra e Figueiredo (1999), isso ocorre porque, embora esses clíticos tenham surgido com função originalmente reflexiva quando unidos a verbos não-pronominais, como em (9a), eles logo passaram a ser parte integrante de alguns verbos, que passaram a ser chamados, por isso, verbos pronominais (9b), ou ainda passaram a ser usados para expressar a indeterminação do sujeito sintático, como em (9c), os quais, mais tarde, passaram a ser usados também em construções com sujeito sintático determinado, como em (9d).

- (9) a. *Aquele rapaz se matou*
 b. *O ministro se suicidou.*
 c. *Nas ruas se pragueja fortemente.*
 d. *Ela se arrependeu*

É importante ressaltar que, dentre esses quatro contextos acima mencionados, o contexto de indeterminação, representado pelo exemplo em (9c), não faz parte da análise desta pesquisa, uma vez que as gramáticas tradicionais costumam separá-lo dos outros três contextos, classificando o clítico presente nessas construções como índice de indeterminação do sujeito, uma vez que o verbo está sendo usado para indicar uma ação generalizada sem que haja um agente específico. O que nos interessa, porém, são os contextos de reflexivização e de pronominalização, representados pelos exemplos (9a), (9b) e (9d), uma vez que os clíticos presentes nessas construções são classificados indistintamente como clíticos reflexivos pelas gramáticas escolares, ignorando uma diferença contextual que remonta ao latim clássico.

De acordo com Almendra e Figueiredo (1999, p. 70), o contexto prototípico de reflexividade no latim clássico seria caracterizado pela dupla função anafórica do clítico reflexivo, que recuperaria a pessoa do discurso e o sujeito sintático – agente e paciente da ação expressa pelo verbo –, o que só ocorre com o clítico que aparece em (9a). Por outro lado, o clítico que aparece em (9b) e (9d) estaria inserido, na verdade, no contexto de pronominalização, pois exerce apenas uma função anafórica, recuperando somente a pessoa do discurso e não o sujeito sintático. Diante dessa problemática que envolve os contextos de reflexivização e de pronominalização, faremos a seguir uma análise crítica da classificação do clítico dito reflexivo em algumas gramáticas contemporâneas de língua portuguesa.

2.2.1 Gramática Metódica da Língua Portuguesa

A *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida, classifica os clíticos ditos reflexivos em três tipos: reflexivos pronunciados, reflexivos atenuados e recíprocos. De acordo com Almeida (1947), o clítico chamado de reflexivo pronunciado é aquele que indica que a ação expressa pelo verbo recai sobre o sujeito da oração, o qual é, ao mesmo tempo, agente e paciente da ação verbal, conforme os exemplos em (10). O autor explica que tal classificação se deve ao fato de esse clítico figurar em contextos nos quais a ação verbal tem necessariamente de atingir um objeto, que no caso é o próprio sujeito da oração.

(10)a. *Eu me machuquei.*

b. *Ele se arroga o direito de ficar calado.*

Almeida (1947) destaca a existência de um clítico chamado de reflexivo atenuado, que não indicaria propriamente que ação expressa pelo verbo recai sobre o sujeito da oração, não tendo, por isso mesmo, valor real de objeto e não desempenhando função sintática alguma, conforme os exemplos em (11). Segundo ele, tal classificação se deve ao fato de esse clítico figurar em contextos nos quais a ação verbal não pode passar para um objeto, demonstrando, assim, uma certa espontaneidade de ação por parte do sujeito da oração.

(11)a. *Ele se arrependeu.*

b. *Nós nos orgulhamos dessa cidade.*

Vale ressaltar que, apegando-se à já mencionada espontaneidade de ação por parte do sujeito, Almeida (1947) classifica igualmente como reflexivos atenuados tanto os clíticos que são parte integrante do verbo quanto os que aparecem junto ao verbo apenas por questão estética, conforme se observa nos exemplos em (12). Aliás, ele deixa transparecer, em uma pequena nota, que o uso do clítico nessas situações meramente estéticas demonstrava o pleno conhecimento da língua, hoje restrito a poucos escritores bons.

(12)a. *Bianca se queixou de dores.*

b. *Ele se estava descansando.*

Por fim, segundo Almeida (1947), o clítico chamado de recíproco é aquele que, desempenhando a função de objeto, indica que a ação expressa pelo verbo recai mutuamente sobre os elementos de um sujeito plural, conforme os exemplos em (13). Merece destaque o fato de, em momento algum, o autor explicita qualquer preocupação com uma possível confusão entre os contextos de reflexividade (pronunciada ou atenuada) e de reciprocidade em determinados enunciados.

(13)a. *Eles trocaram-se cumprimentos.*

b. *Áspide e víbora se emprestaram a peçonha.*

2.2.2 Gramática Normativa da Língua Portuguesa

A *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima, classifica os clíticos ditos reflexivos em três tipos: os verdadeiramente reflexivos, os

recíprocos e os fossilizados. De acordo com Rocha Lima (1957), um clítico só pode ser considerado verdadeiramente reflexivo quando pertence à mesma pessoa do sujeito da oração, possibilitando que ele seja, a um só tempo, o agente e o paciente da ação verbal, como apontam os exemplos em (14).

(14)a. *Os empregados se despediram.*

b. *Eles se arrogam o direito de vetar*

Por outro lado, referindo-se ao contexto de reciprocidade, Rocha Lima (1957) afirma que o clítico que exprime um fato ou ação mútua é considerado recíproco e se refere sempre a um sujeito plural, como apontam os exemplos em (15).

(15)a. *Eles se abraçaram demoradamente.*

b. *Nós nos compreendemos com facilidade.*

Receoso de que haja uma possível confusão entre os contextos de reflexividade e de reciprocidade em determinados enunciados, Rocha Lima (1957) afirma que algumas expressões podem ajudar a diferenciar a função exercida pelo clítico. Nesse sentido, ele ressalta que as expressões *a si mesmo* e *a si próprio* são típicas de contextos de reflexividade, ao passo que as expressões *um ao outro*, *reciprocamente* e *mutuamente* são típicas de contextos de reciprocidade, como apontam os exemplos em (16).

(16)a. *Como penitência, os monges se cortavam.* (ambíguo)

b. *Como penitência, os monges se cortavam a si próprios.* (reflexividade)

c. *Como penitência, os monges se cortavam uns aos outros.* (reciprocidade)

Rocha Lima (1957) afirma ainda que existem clíticos fossilizados, típicos do contexto de pronominalidade, que se ligam a determinados verbos de forma a tornarem-se partes integrantes deles, não sendo possível analisá-los separadamente e, por isso mesmo, não exercendo uma função na oração, como apontam os exemplos em (17), criados a partir de verbos mencionados pelo próprio autor.

(17)a. *Ele se queixava de dores.*

b. *Eu me vanglorio de poucos feitos.*

2.2.3 Moderna Gramática Portuguesa

A *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, classifica os clíticos ditos reflexivos em cinco tipos: os propriamente reflexivos, os recíprocos, os médios, os inerentes e os expletivos. Segundo afirma Bechara (1961), para que um clítico seja considerado propriamente reflexivo, a ação denotada pelo verbo deve reverter-se ao próprio sujeito, sendo ele, ao mesmo tempo, agente e paciente, conforme os exemplos em (18). Ele destaca, porém, que o contexto de reflexividade só ocorre nas construções em que, mesmo havendo possibilidade de recair em outro ser ou outro objeto, a ação verbal seja revertida para o sujeito da oração, como aponta o contraste entre os exemplos em (19).

(18)a. *Carlos ainda se culpa pela morte do filho.*

b. *Eu não me perdooo pelo acontecido.*

(19)a. *João banhou o filho pela manhã.*

b. *João se banhou.*

Há também, de acordo com Bechara (1961), um contexto específico de reflexividade, denominada por ele de “reflexividade recíproca”, em que a ação denotada pelo verbo acaba por recair mutuamente sobre os componentes de um sujeito plural, caracterizando o clítico como recíproco, conforme se observa nos exemplos em (20). No que tange a uma possível dificuldade na diferenciação entre o clítico propriamente reflexivo e o clítico recíproco, o autor apenas menciona que é uma questão de interpretação contextual e não de valores linguísticos, demonstrando com os exemplos em (21).

(20)a. *João e Maria se amam.*

b. *Os atletas se agrediram durante o jogo.*

(21)a. *João e Maria se miram.* (reciprocidade)

b. *João e Maria se miram no espelho.* (reflexividade)

Bechara (1961) destaca a existência de um clítico médio, que é utilizado nas construções em que, mesmo não se tratando da voz passiva, o sujeito da oração não é agente da ação verbal. Vale ressaltar que, apesar de estar mais frequentemente relacionado a sujeitos

inanimados, o clítico médio pode também aparecer em situações que envolvam um sujeito animado, como se pode perceber nos exemplos em (22).

(22)a. *O banco só se abre às dez horas.*

b. *Ele se chama João.*

Além disso, Bechara (1961) aponta a existência de dois clíticos típicos de contextos de pronominalidade. O primeiro deles – chamado de clítico inerente por dedução nossa, uma vez que o autor o trata como “sem classificação especial” – é considerado parte integrante e indissociável de verbos que expressam sentimento, conforme se observa nos exemplos em (23). O segundo é chamado pelo autor de clítico expletivo ou de realce, associando-se a alguns verbos apenas por uma questão estética, como se pode perceber nos exemplos em (24).

(23)a. *Pedro se apaixonou perdidamente.*

b. *Eu me orgulho muito de ser brasileiro.*

(24)a. *Vão-se os anéis, ficam os dedos.*

b. *Eu fui-me embora entristecido.*

Bechara (1961) faz uma breve menção à não-realização do clítico dito reflexivo, esclarecendo que, embora a norma padrão exija a presença do clítico, é possível a sua supressão para, segundo ele, “expressar aspectos estilísticos”, como é o caso dos exemplos em (25).

(25)a. *Eu Ø formei em medicina.*

b. *Ele Ø classificou em terceiro lugar.*

2.2.4 Novíssima Gramática da Língua Portuguesa

A *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla, classifica os clíticos ditos reflexivos em três tipos: os propriamente reflexivos, os recíprocos e os inerentes. De acordo com Cegalla (1964), o clítico é considerado propriamente reflexivo quando a ação expressa pelo verbo recai sobre o próprio sujeito da oração, sendo ele, ao mesmo tempo, agente e paciente, conforme se observa nos exemplos em (26).

(26)a. *As mulheres se enfeitaram para a festa.*

b. *Eu me contemplei em meu filho.*

Por outro lado, Cegalla (1964) afirma que o clítico é considerado recíproco quando a ação expressa pelo verbo, embora recaia igualmente sobre o sujeito da oração, é interpretada como uma ação mútua ou correspondida, conforme se observa nos exemplos em (27).

(27)a. *Os dois jogadores se insultaram.*

b. *Maria e eu nos encontrávamos frequentemente.*

Ainda que não tenha explicitado preocupação com uma possível confusão entre os contextos de reflexividade e de reciprocidade, Cegalla (1964) deixa transparecer que uma maneira de distingui-los é acrescentando alguma expressão reforçativa, como *a si mesmo* nas construções reflexivas ou *um ao outro*, *reciprocamente* e *mutuamente* nas construções recíprocas, conforme se observa contrastando-se os exemplos em (28).

(28)a. *Samuel e Nilza se feriram.* (ambíguo)

b. *Samuel e Nilza se feriram a si mesmos.* (reflexividade)

c. *Samuel e Nilza se feriram mutuamente.* (reciprocidade)

Cegalla (1964) destaca ainda, referindo-se ao contexto de pronominalidade, a existência de um tipo de clítico que, embora ele próprio não lhe atribua classificação alguma, poderia ser chamado de inerente, uma vez que aparece como que diluído em alguns verbos e acaba por se tornar parte integrante deles, conforme se pode observar nos exemplos em (29).

(29)a. *Eu me indignei com o descaso da população.*

b. *Fábio se alegrou ao saber o resultado da prova.*

2.2.5 Moderna Gramática Brasileira

A *Moderna Gramática Brasileira*, de Celso Pedro Luft, classifica os clíticos ditos reflexivos em quatro tipos: os reflexivos, os recíprocos, os fossilizados e os expletivos. De acordo com Luft (1976), um clítico é considerado reflexivo quando o sujeito da oração é, ao mesmo tempo, agente e paciente da ação verbal, conforme os exemplos em (30).

- (30)a. *Eu **me** enxerguei no espelho.*
 b. *Eva **se** envenenou propositalmente.*

Por outro lado, segundo Luft (1976), o clítico é considerado recíproco quando um elemento de um sujeito plural pratica a ação expressa pelo verbo sobre o outro, conforme se observa nos exemplos em (31).

- (31)a. *As meninas **se** abraçaram.*
 b. *Nós **nos** olhamos silenciosamente.*

Apesar de não verbalizar, em momento algum, preocupação com uma possível confusão entre o clítico reflexivo e o clítico recíproco, Luft (1976) menciona que o primeiro permite o acréscimo da expressão reforçativa *a si mesmos*, ao passo que o segundo permite o acréscimo da expressão reforçativa *uns aos outros*, como se observa nos exemplos em (32).

- (32)a. *Eles **se** feriram.* (ambíguo)
 b. *Eles **se** feriram a si mesmos.* (reflexividade)
 c. *Eles **se** feriram uns aos outros.* (reciprocidade)

Luft (1976) afirma ainda, referindo-se a um contexto típico de pronominalidade, que o clítico é considerado fossilizado quando ele for parte integrante e indissociável do verbo, como se observa nos exemplos em (33). Todavia, sem apresentar nenhum exemplo convincente, o autor destaca que o clítico fossilizado exerceria a função de um objeto direto integrado à forma verbal.

- (33)a. *Eu **me** arrependi amargamente.*
 b. *Ela **se** atreveu a sair.*

Por fim, Luft (1976) afirma que o clítico é considerado expletivo quando não desempenha nenhuma função lógico-sintática, associando-se a alguns verbos apenas por uma questão estética, como se pode perceber nos exemplos em (34).

- (34)a. *Ela **riu-se** desatinadamente.*
 b. *Vou-**me** depressa para lá.*

2.2.6 Nossa Gramática Completa

A *Nossa Gramática Completa*, de Luiz Antonio Sacconi, classifica os clíticos ditos reflexivos em quatro tipos: os reflexivos, os recíprocos, os inerentes e os expletivos. De acordo com Sacconi (1982), o clítico é considerado reflexivo quando a ação expressa pelo verbo recai sobre o próprio sujeito da oração, o qual é, ao mesmo tempo, agente e paciente, conforme se observa nos exemplos em (35).

- (35)a. *O médico se trancou no consultório.*
 b. *Eu me impus essa obrigação desde muito cedo.*

Sacconi (1982) afirma que, por outro lado, o clítico é considerado recíproco quando o sujeito da oração está no plural e a ação expressa pelo verbo indica reciprocidade, conforme se observa nos exemplos em (36). Em momento algum, porém, o autor explicita qualquer preocupação com uma possível confusão entre os contextos de reflexividade e de reciprocidade em determinados enunciados.

- (36)a. *Os amantes se beijaram.*
 b. *Mãe e filha querem-se muito bem.*

Sacconi (1982) chama a atenção para um clítico que poderia ser chamado de inerente, por ser parte integrante e indissociável de verbos em construções que contenham verbos essencialmente pronominais ou que contenham sujeito que sofre uma ação espontânea, conforme se pode observar nos exemplos em (37).

- (37)a. *Elisa se queixou do colchão duro.*
 b. *O sol se ergueu no horizonte.*

Sacconi (1982) destaca ainda a existência do clítico expletivo, mas não o explica em detalhes, afirmando apenas que ele pode ser retirado da oração sem prejuízo do sentido, conforme se pode observar nos exemplos em (38).

- (38)a. *Passaram-se os anos, e ela não voltou.*
 b. *Vão-se as ilusões, fica a esperança.*

2.2.7 Nova Gramática do Português Contemporâneo

A *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Ferreira da Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra, classifica os clíticos ditos reflexivos em três tipos: os reflexivos, os recíprocos e os inerentes. De acordo com Cunha e Cintra (1985), o clítico reflexivo é aquele que, exercendo a função de complemento verbal, representa o próprio sujeito da oração, sendo este, a um só tempo, agente e paciente da ação verbal, como apontam os exemplos em (39).

- (39)a. *Eu **me** lavei rapidamente.*
 b. *Ele **se** atribuiu uma árdua tarefa.*

Por outro lado, segundo Cunha e Cintra (1985), o clítico recíproco é aquele que, exercendo função de complemento verbal, indica uma ação mútua de dois ou mais sujeitos, como apontam os exemplos em (40).

- (40)a. *Pedro, Paulo e eu **nos** estimamos muito.*
 b. *Os dias **se** sucedem calmamente.*

Embora não explicitem preocupação com uma possível confusão entre os contextos de reflexividade e de reciprocidade, Cunha e Cintra (1985) afirmam que, na prática, é possível distingui-los porque o primeiro permite o acréscimo de expressões reforçativas como *a si mesmo* ou *a si próprio*; já ao segundo se acrescentariam expressões reforçativas como *um ao outro*, *reciprocamente* e *mutuamente*, como apontam os exemplos em (41).

- (41)a. *Eles **se** amam.* (ambíguo)
 b. *Eles **se** amam a si mesmos.* (reflexivos)
 c. *Eles **se** amam mutuamente.* (recíproco)

Cunha e Cintra (1985) destacam ainda, referindo-se ao contexto de pronominalidade, a existência de um tipo de clítico que, por integrar-se ao verbo na sua conjugação e não exprimir com exatidão um sentido próprio, poderia ser chamado, embora os autores não lhe atribuam classificação alguma, de clítico inerente, como se pode observar nos exemplos em (42).

- (42)*a. Ana se apiedou dos necessitados.*
b. Todos se condoeram com aquelas ofensas.

2.2.8 Curso Prático de Gramática

O *Curso Prático de Gramática*, de Ernani Terra, classifica os clíticos ditos reflexivos em três tipos: os reflexivos, os inerentes e os expletivos. De acordo com Terra (1996), o clítico é considerado reflexivo quando a ação expressa pelo verbo recai sobre o próprio sujeito da oração, o qual é, ao mesmo tempo, agente e paciente, conforme se observa nos exemplos em (43). Embora não explicita esse posicionamento, o autor deixa transparecer que não dissocia contextos de reflexividade e de reciprocidade, uma vez que não faz menção alguma nem apresenta exemplo nenhum acerca de um possível clítico recíproco.

- (43)*a. Eu me cortei com a faca.*
b. Ela se arroga direitos que não possui.

Por outro lado, Terra (1996) destaca a existência de um clítico que, em virtude de ser parte integrante e indissociável de verbos pronominais, poderia ser chamado de inerente, conforme se pode observar nos exemplos em (44).

- (44)*a. Ele se arrependeu do que fez.*
b. Eu me ajoelhei no chão para rezar.

Apesar de não explicar detalhadamente, Terra (1996) demonstra que existe um clítico chamado de expletivo, uma vez que poderia ser retirado da oração sem prejuízo algum ao sentido, conforme se pode observar nos exemplos em (45).

- (45)*a. Passavam-se os dias, e nada ocorria.*
b. Ela se morria de ciúmes pelo patrão.

2.2.9 Gramática da Língua Portuguesa

A *Gramática da Língua Portuguesa*, de Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante, agrupa indistintamente sob o rótulo de “reflexivos” todos os clíticos que aparecem nas estruturas ditas reflexivas, não fazendo menção alguma nem apresentando exemplo nenhum acerca de

outros possíveis contextos. Cipro Neto e Infante (1998) afirmam que o clítico é considerado reflexivo quando a ação expressa pelo verbo recai sobre o próprio sujeito da oração, sendo ele, ao mesmo tempo, agente e paciente, conforme se observa nos exemplos em (46).

(46)a. *O rapaz cortou-se com a tesoura.*

b. *Eu **me** machuquei.*

Além disso, Cipro Neto e Infante (1998) destacam apenas que, a depender da transitividade do verbo, o clítico reflexivo pode exercer a função sintática de objeto direto ou indireto, conforme se pode observar nos exemplos em (47).

(47)a. *Getúlio **se** matou.* (objeto direto)

b. *Dou-**me** o direito de silenciar.* (objeto indireto)

2.2.10 Gramática Houaiss da Língua Portuguesa

A *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos de Azeredo, classifica os clíticos ditos reflexivos em quatro tipos: os reflexivos padrões, os recíprocos, os ergativos e os inerentes. Segundo Azeredo (2008), um clítico é considerado reflexivo padrão quando revela que o sujeito da oração é, ao mesmo tempo, o agente e paciente do fato/processo expresso pelo verbo, conforme os exemplos em (48).

(48)a. *Tiago **se** matou.*

b. *Eu **me** esbofetei.*

O clítico, porém, pode ser considerado recíproco quando, de acordo com Azeredo (2008), além de revelar que o sujeito da oração é concomitantemente o agente e o paciente da ação verbal, expressa uma relação de reciprocidade, conforme se observa nos exemplos em (49). Cabe ressaltar que, em nenhum momento, o autor explicita qualquer preocupação com uma possível confusão entre os contextos de reflexividade e de reciprocidade em determinados enunciados.

(49)a. *O mestre e seu discípulo **se** respeitavam.*

b. *As crianças **se** abraçaram depois do susto.*

Azeredo (2008) destaca, referindo-se a um contexto típico de pronominalidade, a existência de um clítico que, embora ele próprio não lhe atribua classificação alguma, pode ser considerado inerente, já que é parte integrante e indissociável do verbo, como se observa nos exemplos em (50).

- (50)a. *Eu **me** ausentei da hoje.*
 b. *Suzana nem **se** despediu de mim.*

Além disso, Azeredo (2008) afirma que um clítico é considerado ergativo quando, associando-se a verbos processuais que denotam mudança de estado físico ou psicológico, revela que o sujeito da oração é necessariamente – e tão somente – um ser afetado pela ação verbal, como se pode perceber nos exemplos em (51).

- (51)a. *Alguns copos **se** quebraram no transporte.*
 b. *Minha mãe **se** emocionou ao ler a carta.*

Merece destaque o fato de Azeredo (2008) mencionar, embora relacionando apenas às variações regionais, a possibilidade de não-realização do clítico dito reflexivo, como é o caso dos exemplos em (52).

- (52)a. *Ela não \emptyset queixa mais de nada.*
 b. *Minha filha \emptyset formou no ano passado.*

2.2.11 Gramática do Português Brasileiro

A *Gramática do Português Brasileiro*, de Mário Alberto Perini, classifica os clíticos ditos reflexivos em três tipos: os reflexivos, os recíprocos e os ergativos. Segundo Perini (2010), um clítico pode ser considerado reflexivo quando, exercendo a função de complemento verbal, for referencialmente idêntico ao sujeito da mesma oração, como podemos notar nos exemplos em (53).

- (53)a. *Eu **me** olhei no espelho.*
 b. *O Luizinho **se** considera um gênio.*

Por sua vez, o clítico pode ser considerado recíproco, de acordo com Perini (2010), quando o sujeito e o objeto da oração são partes simétricas de um evento ou estado, como demonstram os exemplos em (54).

- (54)a. *Amélia e eu **nos** amamos.*
 b. *Os meninos **se** abraçaram.*

Expressando uma nítida preocupação com uma possível confusão entre os clíticos reflexivos e os clíticos recíprocos, Perini (2010) afirma que as situações ambíguas devem ser resolvidas pelo contexto ou pelo uso das formas enfáticas *a si mesmos* e *um ao outro*, conforme se observa nos exemplos em (55).

- (55)a. *Pedro e João **se** beliscaram.* (ambíguo)
 b. *Pedro e João **se** beliscaram a si mesmos.* (reflexividade)
 c. *Pedro e João **se** beliscaram um ao outro.* (reciprocidade)

De acordo com Perini (2010), o clítico pode ser considerado ergativo quando aparece em uma construção semelhante à ergativa, na qual o sujeito da oração, ao contrário do que ocorre em construções tipicamente reflexivas, é apenas o paciente da ação verbal, conforme se observa nos exemplos em (56).

- (56)a. *Carolina **se** arrependeu.*
 b. *Eu **me** diverti muito ontem.*

Perini (2010) explica ainda que, embora apresente marcas de pessoa e número semelhantes às do sujeito da oração, o chamado clítico ergativo não exerce a mesma função sintática nem a mesma função semântica de um clítico propriamente reflexivo, sendo por vezes omitido pelos usuários do Português Brasileiro, conforme se observa nos exemplos em (57).

- (57)a. *Maria \emptyset casou na semana passada.*
 b. *Eu \emptyset senti mal durante a festa.*

2.2.12 Síntese das gramáticas analisadas

Conforme se observa, portanto, a maioria das gramáticas escolares analisadas sequer menciona a diferença entre reflexivização e pronominalização, ao passo que as poucas que fazem, ao menos, alguma menção a isso não aprofundam a discussão sobre um aspecto que, certamente, seria essencial para compreendermos melhor os usos dos clíticos ditos reflexivos e, conseqüentemente, para obtermos uma classificação mais apropriada. Diante dessa lacuna conceitual, tais gramáticas apresentam, como podemos perceber na síntese trazida a seguir pelo Quadro 1, classificações limitadas, confusas e, por vezes, incoerentes.

Quadro 1: Classificação dos Clíticos ditos Reflexivos nas Gramáticas Escolares

GRAMÁTICAS	CLASSIFICAÇÃO UTILIZADA					
Gramática Metódica da Língua Portuguesa	Reflexivo Pronunciado	Recíproco			Reflexivo Atenuados	
Gramática Normativa da Língua Portuguesa	Verdadeiramente Reflexivo	Recíproco			Fossilizado	
Moderna Gramática Portuguesa*	Propriamente Reflexivo	Recíproco	Médio		Inerente	Expletivo
Novíssima Gramática da Língua Portuguesa	Propriamente Reflexivo	Recíproco			Inerente	
Moderna Gramática Brasileira	Reflexivo	Recíproco			Fossilizado	Expletivo
Nossa Gramática Completa	Reflexivo	Recíproco			Inerente	Expletivo
Nova Gramática do Português Contemporâneo	Reflexivo	Recíproco			Inerente	
Curso Prático de Gramática	Reflexivo				Inerente	Expletivo
Gramática da Língua Portuguesa	Reflexivo					

Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*	Reflexivo Padrão	Recíproco		Ergativo	Inerente	
Gramática do Português Brasileiro	Reflexivo	Recíproco		Ergativo		

* Dentre as gramáticas analisadas, apenas estas duas mencionam que, em alguns contextos de fala, é possível a ocorrência da não-realização do clítico dito reflexivo.

2.3 OLHARES DIVERSOS ACERCA DAS ESTRATÉGIAS DE REFLEXIVIZAÇÃO

2.3.1 Construções reflexivas na fala popular de Januária/MG

Ao tratar das construções ditas reflexivas durante sua investigação acerca do dialeto mineiro falado na região de Januária/MG, Veado (1982) considera indistintamente como reflexivo qualquer clítico que estabeleça uma correlação semântica com o sujeito da oração, mesmo não sendo este o agente da ação verbal, conforme se observa nos exemplos em (58).

- (58)a. *Ele se banhou.*
 b. *O menino se arrependeu.*
 c. *O vaso se quebrou.*

Os dados da pesquisa de Veado (1982) demonstraram, porém, que o clítico reflexivo não faz parte do repertório linguístico do referido dialeto, uma vez que houve apenas uma ocorrência entre os informantes – reproduzida em (59) –, a qual pode ser atribuída, segundo a pesquisadora, a um empréstimo do dialeto urbano da cidade de São Paulo.

- (59) *A gente tem que se virá.*

Essa realidade é confirmada pelo fato de boa parte dos informantes sequer compreender claramente as perguntas do entrevistador quando continham clítico reflexivo, conforme se observa no exemplo em (60). Veado (1982) ressalta que, embora os informantes não utilizem o clítico reflexivo em sua fala cotidiana, a única situação em que eles parecem compreendê-lo adequadamente é quando está acompanhando o verbo *banhar*, talvez pelo

frequente emprego desse verbo com o sentido intransitivo de “tomar banho”, conforme se observa no exemplo em (61).

(60) Entrevistador: *Você conhece alguém que se matou?*

Informante: *Como assim? Quem Ø suicidô?!*

(61) Entrevistador: *Você se banha todos os dias?*

Informante: *Eu Ø banho sim; lá no tanque.*

De acordo com Veado (1982), constatou-se que os falantes do dialeto pesquisado utilizam duas estratégias de reflexivização: o emprego da expressão *ele(a) mesmo(a)*, conforme se observa no exemplo em (62), e a não-realização do clítico quando os verbos, apesar de serem transitivos, transmitam a ideia de intransitividade, conforme se observa no exemplo em (63).

(62) *Ele matô ele mesmo.*

(63) *Ele Ø envenenô e morreu.*

2.3.2 Análise dos contextos de reflexividade no dialeto mineiro e no dialeto carioca

A partir de uma análise gerativa, contrastando as construções ditas reflexivas presentes no dialeto mineiro e no dialeto carioca, Lemle (1985) também considera indistintamente como reflexivo qualquer clítico que estabeleça uma correlação semântica com o sujeito da oração, mesmo não sendo este o agente da ação verbal, conforme se observa nos exemplos em (64).

(64) a. *Patrícia se penteava.*

b. *A porta se fechou.*

c. *Cláudio se irritou.*

De acordo com Lemle (1985), o uso do clítico reflexivo estaria restrito, tanto no dialeto mineiro quanto no dialeto carioca, a situações que não envolvam os chamados verbos intrinsecamente reflexivos (aqueles que expressam a função semântica da reflexivização com ou sem a presença do clítico), conforme se observa nos exemplos em (65).

- (65)a. *João se vê no espelho.*
 b. *Ela se feriu com a faca.*

Lemle (1985) ressalta, porém, que a maioria dos falantes do dialeto mineiro costuma substituir o clítico reflexivo pela expressão *ele mesmo*, conforme se observa nos exemplos em (66). Tomando por base a teoria da gramaticalização, a pesquisadora explica que, no dialeto mineiro, os exemplos em (66) são considerados gramaticais em virtude de o pronome *ele* ter deixado de possuir um índice referencial próprio, passando a ter a referência presa na oração e tornando-se uma anáfora. No dialeto carioca, porém, essas mesmas sentenças são consideradas agramaticais, porque o pronome *ele* tem um índice referencial próprio e recebe interpretação não-presa no âmbito da oração, preservando a exigência de elementos anafóricos obrigatórios.

- (66)a. *João vê **ele mesmo** no espelho.*
 b. *Ela feriu **ela mesma** com a faca.*

Por fim, Lemle (1985) destaca que, tanto no dialeto mineiro quanto no dialeto carioca, as situações que envolvem verbos intrinsecamente reflexivos são prototípicas da não-realização do clítico reflexivo, como se observa nos exemplos em (67). Sem esclarecer de maneira detalhada, ela explica, valendo-se novamente da teoria da gramaticalização, que esses verbos possuem em si mesmos a marca da reflexivização, o que tornaria o clítico reflexivo opaco enquanto anáfora e dispensável à compreensão do contexto de reflexividade, sendo muitas vezes, por isso mesmo, suprimido da sentença.

- (67)a. *Maria \emptyset queixa de tudo.*
 b. *Ela \emptyset conformou com a situação.*

2.3.3 Análise das construções reflexivas no dialeto mineiro

Contrapondo-se à análise feita por Lemle (1985), principalmente no que tange ao dialeto mineiro, Galves (1986) defende a ideia de que o processo de variação existente nas construções ditas reflexivas está relacionado à estrutura temática do verbo. Segundo ela, quando o clítico que figura nessas construções for [– temático], o falante poderá escolher entre a realização ou a não-realização do clítico, como se pode observar contrastando os

exemplos em (68), sendo impossível que o pronome *ele*, exemplificado em (68c), seja uma das variantes. A autora destaca também que, mesmo optando pela não-realização do clítico, como acontece em (68b), o falante não interpretará a variante zero como anafórica nesse contexto.

- (68)a. *Ela se arrependeu do que fez.*
 b. *Ela Ø arrependeu do que fez.*
 c. **Ela arrependeu ela mesma do que fez.*

Por outro lado, de acordo com Galves (1986), quando o clítico que figura nas construções ditas reflexivas não for [+ temático], o falante poderá escolher entre a realização do clítico ou a utilização da expressão *ele mesmo*, como se pode observar contrastando os exemplos em (69). Nesse caso, a não-realização do clítico, exemplificada em (69c), jamais poderia ser uma das variantes, visto que a categoria vazia depende de uma vinculação que só pode ser efetivada por uma posição não-argumental, como o tópico discursivo, o que não ocorre nessa situação.

- (69)a. *João se vê no espelho.*
 b. *João vê ele mesmo no espelho.*
 c. **João Ø vê no espelho.*

Galves (1986) destaca ainda que em (69b) o pronome *ele*, embora se remeta ao termo *João*, não deve ser considerado uma anáfora presa à oração, porque, ao contrário do que ocorre com o clítico em (69a), não se estabelece uma relação de correferência entre os dois termos e sim uma relação de antecedência.

2.3.4 A não-realização do clítico dito reflexivo na fala popular de Manhaçu/MG

Analisando não-realização do clítico nas construções ditas reflexivas durante sua investigação acerca do dialeto mineiro falado na região de Manhaçu/MG, D'Albuquerque (1988) considera que tais construções podem ser feitas com dois tipos de clíticos: os recíprocos e os reflexivos. A pesquisadora explica que, embora estabeleçam, assim como os clíticos que ela chama de reflexivos, uma correlação semântica com o sujeito da oração, os clíticos recíprocos se diferenciam por aparecerem somente em sentenças que expressam uma

ação mútua, como ocorre nos exemplos em (70). D'Albuquerque (1988) destaca ainda que, nas situações em que a interpretação semântica da reciprocidade for feita a partir do contexto discursivo, há forte uma tendência de não-realização do clítico nesse dialeto, como se comprova nos exemplos em (71).

(70)a. *Os meninos se agrediram durante jogo.*

b. *Ana e Pedro se amam.*

(71)a. *Os dois estão Ø beijando.*

b. *Eles Ø abraçaram.*

No que tange ao contexto de reflexividade, D'Albuquerque (1988) considera indistintamente reflexivos todos os clíticos que mantêm uma correlação semântica com o sujeito da oração e não figuram em sentenças que expressam uma ação mútua, como acontece nos exemplos em (72).

(72)a. *Ele se matou.*

b. *Eu me arrependi.*

c. *O jarro se despedaçou.*

De acordo com D'Albuquerque (1988), os clíticos reflexivos relacionados a verbos acidentalmente reflexivos teriam uma forte tendência à não-realização nesse dialeto, conforme se observa nos exemplos em (73), muito embora também ocorra a não-realização dos clíticos relacionados a verbos essencialmente reflexivos com uma frequência considerável. Merece destaque, porém, o fato de que os falantes do dialeto estudado costumam utilizar algumas estratégias para evitar o uso do clítico reflexivo, como se comprova nos exemplos em (74).

(73)a. *Ela Ø aborreceu quando perdeu os óculos*

b. *Eu saí e Ø diverti muito*

(74)a. *Eu me perfumei → Eu passei perfume*

b. *Eu me perdi no caminho → Eu perdi o caminho*

c. *Ele se jogou no rio → Ele suicidou no rio*

Por fim, D’Albuquerque (1988) explica que, em virtude de nas construções consideradas reflexivas os verbos *levantar*, *sentar* e *deitar* indicarem naturalmente que o agente também é o objeto da ação, a realização do clítico reflexivo não seria necessária, como se observa nos exemplos em (75). Por outro lado, determinados verbos parecem estar fixados na memória do falante com a presença do clítico reflexivo, como se observa nos exemplos em (76).

- (75)a. *Eu Ø levantei cedo*
 b. *Ela Ø sentou ao meu lado*
 c. *Todos Ø deitaram no chão*

- (76)a. *Eu **me** viro em qualquer situação*
 b. *Heitor **se** deu bem no jogo*

Diante dessa realidade, os resultados encontrados por D’Albuquerque (1988) mostraram que, na região de Manhaçu/MG, a frequência de realização do clítico dito reflexivo é de apenas 16%, ao passo que a não-realização chega a 84%.

2.3.5 O comportamento do clítico “se” no português falado em São Paulo/SP

Por meio de um estudo sincrônico e diacrônico, Nunes (1995) investiga o comportamento do clítico “se” no dialeto paulistano, chegando à conclusão de que a não-realização do referido clítico seria condicionada pelo tipo de clítico anafórico, pelo tipo de verbo a ele associado e pela grade temática desse verbo. No que tange especificamente às construções ditas reflexivas, o pesquisador aponta a existência de seis tipos de clíticos: os reflexivos, os ergativos, os ex-ergativos, os inerentes, os quase-inerentes e os enfáticos.

Nunes (1995) considera como reflexivo o clítico que funcione como argumento interno e estabeleça com o argumento externo, ao mesmo tempo agente e paciente da ação verbal, uma relação de correferência semântica, não fazendo distinção entre os contextos de reflexividade e de reciprocidade, conforme se observa nos exemplos em (77).

- (77)a. *Ele **se** matou.*
 b. *Eles **se** abraçaram.*

O clítico que Nunes (1995) considera como ergativo é aquele que detematiza a posição do sujeito de verbos transitivos, conforme se observa nos exemplos em (78).

(78)a. *Ela se irritou com o choro do bebê.*

b. *O galho da árvore se partiu*

Por outro lado, Nunes (1995) considera como ex-ergativo o clítico que é reinterpretado como marcador de fusão entre o argumento externo e o argumento interno, conforme se observa nos exemplos em (79).

(79)a. *Ele se esforçou para cumprir a tarefa.*

b. *Eu me ocupei demais com coisas desnecessárias.*

Outro clítico mencionado por Nunes (1995) é o inerente, definido como aquele que a gramática tradicional considera “fossilizado” junto a um verbo essencialmente pronominal, conforme se observa nos exemplos em (80).

(80)a. *O rapaz se suicidou.*

b. *Eles se arrependeram de ter comprado o carro.*

Nunes (1995) também faz menção ao clítico quase-inerente, definindo-o como aquele que figura junto a verbos que, embora possam apresentar também uma forma não-pronominal com outros significados, resistem ao preenchimento do argumento interno quando empregados com o sentido de agir, conforme se observa nos exemplos em (81).

(81)a. *Ela se portou muito bem na solenidade.*

b. *Durante a inspeção, todos se conduziram de maneira satisfatória.*

Por fim, Nunes (1995) chama de enfático o clítico que é utilizado tão somente como um operador lexical que reflete geralmente a fusão lexical de dois papéis temáticos, conforme se observa nos exemplos em (82).

(82)a. *Ele se foi para nunca mais voltar.*

b. *Todos riram-se do episódio rememorado.*

No que diz respeito aos resultados encontrados por Nunes (1995), constatou-se que, levando-se em conta apenas os dados da fala espontânea, a frequência de realização do clítico dito reflexivo no dialeto paulistano é de 48%, contra 52% de não-realização.

2.3.6 A reflexividade na fala popular de Ouro Preto/MG

Analisando as construções reflexivas do dialeto mineiro falado na região de Ouro Preto/MG, Rocha (1999) afirma que a não-realização do clítico em tais construções seria condicionada pela presença ou ausência lexical do sujeito na oração, pelo tipo de verbo e pelo tipo de clítico, concluindo que, devido às poucas ocorrências de sua realização, o uso do clítico dito reflexivo não faz parte do repertório linguístico desse dialeto e estaria restrito a situações mais formais de comunicação. No que se refere à classificação dos clíticos ditos reflexivos, a pesquisadora faz apenas a distinção entre os verdadeiros reflexivos e os falsos reflexivos. Dessa forma, para serem considerados verdadeiros reflexivos, os clíticos devem obedecer, segundo a pesquisadora, alguns critérios.

De acordo com Rocha (1999), o clítico pode ser classificado como verdadeiro reflexivo quando é possível substituí-lo por um SN objeto, como ocorre em (83). Caso esse critério não seja obedecido, o clítico será classificado como falso reflexivo, como ocorre em (84).

(83) *a. Muitos se vestem de pobres e humildes*

b. Muitos vestem os filhos de pobres e humildes

(84) *a. Não há motivos para ela se arrepender*

*b. * Não há motivos para ela arrepender alguém*

O clítico também pode ser classificado como verdadeiro reflexivo, segundo Rocha (1999), quando é possível a inversão entre sujeito e verbo da sentença, como ocorre em (85). Caso esse critério não seja obedecido, o clítico será classificado como falso reflexivo, como ocorre em (86).

(85) *a. Muitos se vestem de pobres e humildes*

b. Vestem-se muitos de pobres e humildes

- (86)a. *Não há motivos para ela se arrepender*
 b. **Não há motivos para se arrepender ela*

Rocha (1999) afirma ainda que o clítico pode ser classificado igualmente como verdadeiro reflexivo quando é possível o acréscimo do advérbio *intencionalmente* no final da sentença, como ocorre em (87). Caso esse critério não seja obedecido, o clítico será classificado como falso reflexivo, como ocorre em (88). Ressalta-se que, para Rocha (1999), a sentença em (88b), embora não seja agramatical, é semanticamente incoerente, uma vez que não seria possível que alguém fosse causador, de forma intencional, do seu próprio sentimento de arrependimento.

- (87)a. *Muitos se vestem de pobres e humildes*
 b. *Muitos se vestem de pobres e humildes intencionalmente*

- (88)a. *Não há motivos para ela se arrepender*
 b. (?) *Não há motivos para ela se arrepender intencionalmente*

Segundo Rocha (1999), o clítico também pode ser classificado como verdadeiro reflexivo quando é possível o acréscimo da expressão *a si mesmo*, como ocorre em (89). Caso esse critério não seja obedecido, o clítico será classificado como falso reflexivo, como ocorre em (90). Mais uma vez, Rocha (1999) ressalta o fato de que, embora não seja agramatical, a sentença em (90b) é semanticamente incoerente, uma vez que a expressão *a si mesma* – usada geralmente para expressar agentividade e passividade concomitantes do sujeito da oração – permite a compreensão equivocada de que o sujeito seria o próprio causador do seu sentimento de arrependimento.

- (89)a. *Muitos se vestem de pobres e humildes*
 b. *Muitos se vestem de pobres e humildes a si mesmos*
- (90)a. *Não há motivos para ela se arrepender*
 b. (?) *Não há motivos para ela se arrepender a si mesma*

É importante salientar também que, apesar de considerar os clíticos usados em contextos de reciprocidade como verdadeiros reflexivos, Rocha (1999) faz a ressalva de que

eles não obedecem apenas ao critério do acréscimo da expressão *a si mesmo*, em lugar da qual se poderia acrescentar o advérbio *mutuamente*, como ocorre em (91).

- (91) *a. Eles se agrediram*
b. (?) Eles se agrediram a si mesmos
c. Eles se agrediram mutuamente.

Por fim, Rocha (1999) afirma que o clítico pode ser classificado como verdadeiro reflexivo quando o sujeito da oração é o agente da ação verbal, como ocorre em (92a). Caso o sujeito da oração seja apenas paciente ou experienciador da ação verbal, o clítico será classificado como falso reflexivo, como ocorre em (92b) e (92c).

- (92) *a. Muitos se vestem de pobres e humildes*
b. O porta se abriu instantaneamente
c. Não há motivos para ela se arrepender

No que tange aos resultados, Rocha (1999) constatou uma frequência de 25% para a realização e 75% para a não-realização do clítico dito reflexivo. Quanto à *não-realização* do clítico reflexivo de acordo com o tipo de pronome, o falso reflexivo apresenta frequência de 46% e peso relativo de 0.53; e o verdadeiro reflexivo apresenta frequência de 31% e peso relativo de 0.33. Em virtude desses dados, a pesquisadora conclui que, ainda que a não-realização do clítico tenha uma boa frequência em todos os contextos que envolvem construções reflexivas, os falsos reflexivos são bem mais suscetíveis à supressão do que os verdadeiros reflexivos.

2.3.7 Apagamento do clítico “se” no português falado em Porto Alegre/RS

Com o intuito de comprovar a suposição de que o sistema de clíticos pronominais do dialeto gaúcho atual reflete um estágio anterior ao processo de mudança que se apresenta mais avançado no resto do país, Castro (2002) procura investigar a supressão do clítico na fala dos moradores de Porto Alegre/RS, utilizando o banco de dados do VARSUL. No que se refere especificamente às construções ditas reflexivas, a pesquisadora classifica os clíticos que figuram nesse contexto como reflexivos e inerentes.

De acordo com Castro (2002), um clítico é considerado reflexivo quando, relacionando-se a verbos não-pronominais, possibilita a compreensão de que o sujeito da oração é, ao mesmo tempo, agente e paciente da ação verbal, como se observa nos exemplos em (93). A autora, porém, não distingue os contextos de reflexividade dos de reciprocidade, classificando igualmente como reflexivo o clítico que aparece nos exemplos em (94).

(93)a. *Paulo usou a faca para se cortar.*

b. *O bandido se matou durante o cerco da polícia.*

(94)a. *Elas se esbofetearam na frente de todos.*

b. *Ana e Paulo se abraçaram afetuosamente.*

Por outro lado, Castro (2002) considera como inerente o clítico que, relacionando-se a verbos pronominais, possibilita a compreensão de que o sujeito da oração é paciente ou experienciador da ação verbal, como se observa nos exemplos em (95).

(95)a. *Ele se mudou para outra casa.*

b. *Eu me arrependi daquela brincadeira inconveniente.*

Ao final de sua pesquisa, Castro (2002) conclui que, ao contrário do que se imaginava, a não-realização do clítico em construções reflexivas alcançou uma frequência relativamente alta, principalmente quando envolve os clíticos inerentes e quando se trata de falantes mais jovens. Com isso, foi possível perceber que o dialeto gaúcho apresenta basicamente o mesmo estágio de mudança já atestado no resto do país.

2.3.8 Reflexividade versus Medialidade na língua portuguesa

Procurando argumentar em defesa da existência da voz média na língua portuguesa, Camacho (2003) analisa as construções consideradas reflexivas pela tradição gramatical, classificando os clíticos que nelas figuram como reflexivos verdadeiros, reflexivos recíprocos e marcadores mediais.

De acordo com Camacho (2003), os reflexivos verdadeiros são clíticos que funcionam como argumento interno e estabelecem com o argumento externo, agente e paciente da ação verbal, uma relação de correferência semântica, conforme se observa nos exemplos em (96).

(96)a. *Maria se viu no espelho.*

b. *Ele se defendeu do bandido.*

Por outro lado, Camacho (2003) afirma que, embora desempenhem as mesmas funções atribuídas aos reflexivos verdadeiros, os clíticos chamados de reflexivos recíprocos figuram somente em construções cujo argumento externo representa duas ou mais entidades que agem uma(s) sobre a(s) outra(s), conforme se observa nos exemplos em (97). O autor explica ainda que, em algumas situações, pode acontecer de os contextos de reflexividade e de reciprocidade serem confundidos, fazendo-se necessário o acréscimo de expressões reforçativas que desfaçam a ambiguidade, como se observa nos exemplos em (98).

(97)a. *Elas se complementam.*

b. *Os dois irmãos se veem sempre na escola.*

(98)a. *Eles se viam no espelho.* (ambíguo)

b. *Eles se viam **a si mesmos** no espelho.* (reflexividade)

c. *Eles se viam **um ao outro** no espelho.* (reciprocidade)

Por fim, Camacho (2003) considera que quaisquer clíticos que não estejam num contexto de reflexividade ou de reciprocidade devem ser classificados como marcadores mediais, uma vez que o clítico representaria a pessoa do sujeito envolto em um estado de coisas que parte dele e que não sai de seu âmbito, como se pode observar nos exemplos em (99).

(99)a. *Eu **me** levantei rapidamente.*

b. *Paulo se lembrava de tudo.*

c. *Ela não se consolava com a perda marido*

Acerca da não-realização do clítico nas construções que a tradição gramatical considera reflexivas, Camacho (2003) sustenta a hipótese de que os marcadores mediais estariam mais propensos à supressão, já que o contexto de medialidade, ao contrário do que

ocorre nos contextos de reflexividade e de reciprocidade, proporciona o entendimento de que a ação verbal gira inevitavelmente em torno do sujeito, esvaziando a função desempenhada pelo clítico e fazendo com que ele se torne dispensável, como ocorre nos exemplos em (100).

(100) *a. Ele Ø sentou no formigueiro.*

b. Eu vou Ø diverti na festa.

2.3.9 O comportamento dos clíticos reflexivos na fala popular de São Paulo/SP

Ao analisar o comportamento dos clíticos considerados reflexivos no português popular falado na cidade de São Paulo à luz da Sociolinguística Variacionista, da Linguística Funcional e da Linguística Cognitiva, Pereira (2007), após longa discussão teórica acerca da taxionomia empregada em outros trabalhos, adota uma classificação que agrupa tais clíticos em cinco categorias: reflexivos verdadeiros, reflexivos recíprocos, reflexivos lexicais, reflexivos passivos e médios passivos.

Os clíticos reflexivos verdadeiros, de acordo com Pereira (2007), seriam aqueles que figuram em estruturas que abrangem a variação entre o clítico, a expressão *a si mesmo/ele mesmo* e a variante zero, conforme se observa nos exemplos em (101). Cabe destacar, porém, que a autora chama a atenção para o fato de que, embora haja variação nesse tipo de estrutura, há uma prevalência do uso explícito do clítico sobre as outras variantes.

(101) *a. Ana se lavou.*

b. Ela vestiu a si mesma.

c. Pedro Ø machucou.

Por sua vez, os clíticos reflexivos recíprocos, segundo Pereira (2007), seriam aqueles que figuram em estruturas que abrangem a variação entre o clítico, a expressão *um ao outro* e a variante zero, conforme se observa nos exemplos em (102). A autora ressalta, no entanto, que, mesmo havendo variação, também há uma prevalência do uso explícito do clítico sobre as outras variantes nesse tipo de estrutura, mas não faz menção alguma a contextos estruturais em que os clíticos reflexivos e recíprocos se confundem.

(102) *a. Elas se encontraram por acaso.*

b. Os noivos finalmente se beijaram.

Já os clíticos reflexivos lexicais, de acordo com Pereira (2007), seriam aqueles que assinalam reflexividade, mas se referem a uma ação voltada para o próprio agente ou a um processo que não são do âmbito do sujeito, conforme se observa nos exemplos em (103). A autora aponta que, apesar de haver variação nesse tipo de estrutura, há uma prevalência da variante zero sobre as outras variantes.

- (103) *a. Ela **se** sentou no banco da praça.*
*b. O professor de matemática **se** chama Gustavo.*
*c. Eu **me** esqueci de todos os problemas.*

Os clíticos reflexivos passivos seriam, segundo Pereira (2007), aqueles que, mesmo expressando reflexividade, figuram em estruturas em que sujeito é paciente e há – explícito ou não – um agente/fonte para a ação verbal, conforme se observa nos exemplos em (104).

- (104) *a. Eu **me** preocupei com aquela situação.*
*b. Daniel **se** operou ontem.*

Por fim, os clíticos médios passivos, de acordo com Pereira (2007), seriam aqueles que figuram em estruturas em que o processo não implica, semanticamente, um agente/fonte, conforme se observa nos exemplos em (105).

- (105) *a. Ana **se** dá bem com os vizinhos.*
*b. Eu não tive muita possibilidade de **me** desenvolver.*

Os resultados encontrados por Pereira (2007) constataram uma frequência de 42% de realização do clítico dito reflexivo no dialeto paulistano, contra 58% de não-realização. Quanto à realização do clítico reflexivo de acordo com o tipo de pronome, o reflexivo verdadeiro apresenta frequência de 76% e peso relativo de 0.75; o reflexivo recíproco apresenta frequência de 50% e peso relativo de 0.72; o médio passivo apresenta frequência de 50% e peso relativo de 0.61; o reflexivo passivo apresenta frequência de 28% e peso relativo de 0.47; e o reflexivo lexical apresenta frequência de 19% e peso relativo de 0.25.

2.3.10 O clítico “se” na fala popular de alguns municípios paranaenses

Com o objetivo de analisar, à luz da Sociolinguística Variacionista, o comportamento do clítico reflexivo “se” a partir de amostras de fala referentes ao Estado do Paraná retiradas do VARSUL, Bandeira (2007), tomando por base a taxionomia utilizada por Nunes (1995), classifica os clíticos que figuram nas estruturas consideradas reflexivas como reflexivos, recíprocos, inerentes, ergativos e enfáticos.

Os clíticos reflexivos, de acordo com Bandeira (2007), são aqueles que indicam agentividade e passividade concomitantes dos elementos que compõem um sujeito gramatical plural, associados a verbos transitivos diretos ou a verbos transitivos indiretos que sofreram perda da preposição, como se observa nos exemplos em (106).

- (106) a. *Getúlio não se matou.*
 b. *Meu pai se cuida como pode.*

Já os clíticos recíprocos, segundo Bandeira (2007), são aqueles que indicam agentividade e passividade concomitantes dos elementos que compõem o sujeito gramatical plural, associados a verbos transitivos diretos ou a verbos transitivos indiretos que sofreram perda da preposição, como se observa nos exemplos em (107).

- (107) a. *Todos se cumprimentaram secamente.*
 b. *Ana e Pedro se gostam.*

A autora destaca que alguns contextos podem gerar uma certa dificuldade de dissociar reflexividade de reciprocidade, sendo necessária a presença de expressões reforçativas para eliminar possíveis ambiguidades, como podemos perceber contrastando os exemplos em (108).

- (108) a. *Os meninos se machucaram.* (ambiguidade)
 b. *Os meninos se machucaram a si mesmos.* (reflexividade)
 c. *Os meninos se machucaram uns aos outros.* (reciprocidade)

Segundo Bandeira (2007), os clíticos inerentes seriam, por sua vez, aqueles que se associam a um verbo que já possui semântica reflexiva ou que modificam a semântica de um verbo não-pronominalizado, como se observa nos exemplos em (109).

(109) *a. Meu filho se apaixonou perdidamente.*

b. Ela se tornou minha amiga. (tornar = voltar; tornar-se = vir a ser)

Os clíticos ergativos, de acordo com Bandeira (2007), são aqueles que se associam a verbos que indicam mudança de estado e aparecem nas construções em que o argumento interno é alçado à função sintática de sujeito com o papel temático de paciente, como se pode observar nos exemplos em (110).

(110) *a. A menina se assustou.*

b. O copo se despedaçou com a queda.

Por fim, os clíticos enfáticos, segundo Bandeira (2007), são aqueles que indicam uma participação mais intensa do sujeito sintático no processo verbal ou uma espécie de transitivação verbal com efeito meramente expressivo, como se observa nos exemplos em (111).

(111) *a. Depois disso, ele partiu-se imediatamente.*

b. Lembrando do ocorrido, Marta riu-se.

No que diz respeito aos resultados encontrados por Bandeira (2007), constatou-se que a frequência de realização do clítico dito reflexivo no dialeto paranaense é de 55%, contra 45% de não-realização. Quanto à *não-realização* do clítico reflexivo de acordo com a classe do clítico, o enfático apresenta frequência de 82% e peso relativo de 0.76; o recíproco apresenta frequência de 10% e peso relativo de 0.67; o ergativo apresenta frequência de 46% e peso relativo de 0.58; o inerente apresenta frequência de 35% e peso relativo de 0.38; e o reflexivo apresenta frequência de 9% e peso relativo de 0.13.

2.3.11 Os clíticos reflexivos na escrita de negros africanos da Salvador do século XIX

Analisando o comportamento dos clíticos considerados reflexivos na escrita de negros africanos da Salvador do século XIX através das atas da Sociedade Protetoras dos Desvalidos, Bittencourt (2008), amparando-se nos pressupostos da Linguística Funcional, classifica tais clíticos como reflexivos, recíprocos, inerentes, pseudo-reflexivos e médios.

Os clíticos reflexivos, de acordo com Bittencourt (2008), são aqueles que possuem referência dupla, referindo-se tanto ao sujeito – através dos traços categoriais de pessoa e número – quanto ao objeto – através da absorção do papel temático exercido por ele –, como se observa nos exemplos em (112).

- (112) *a. O bandido se enforcou.*
b. Ela se arrumou rapidamente.

Os clíticos recíprocos, segundo Bittencourt (2008), são aqueles que possuem referência dupla, referindo-se tanto aos elementos de um sujeito plural – através dos traços categoriais de pessoa e número – quanto ao objeto – através da absorção do papel temático exercido por ele –, como se observa nos exemplos em (113).

- (113) *a. Elas se encontraram casualmente.*
b. Os alunos se agrediram.

Ressaltando a existência de contextos em que reflexividade e reciprocidade podem ser confundidas, a autora explica que o uso de expressões reforçativas elimina possíveis ambiguidades, como podemos perceber contrastando os exemplos em (114).

- (114) *a. As meninas se cortaram.* (ambiguidade)
b. As meninas se cortaram a si mesmas. (reflexividade)
c. As meninas se cortaram umas às outras. (reciprocidade)

Já os clíticos inerentes, segundo Bittencourt (2008), são aqueles que se referem apenas ao sujeito – através dos traços categoriais de pessoa e número –, não absorvendo nenhum papel temático, como se observa nos exemplos em (115).

- (115) *a. O cofre se encontra no banco.*
b. Ela não se arrepende de nada.

Os clíticos pseudo-reflexivos, de acordo com Bittencourt (2008), são aqueles que se referem apenas ao sujeito – através dos traços categoriais de pessoa e número –, o qual é [+ animado] e não tem controle nem intencionalidade sobre o estado de coisas, sendo, por isso mesmo, acompanhado de causador externo, como se observa nos exemplos em (116).

(116) *a. João se feriu nos espinhos.*

b. As crianças se irritaram com o barulho.

Por fim, os clíticos médios, segundo Bittencourt (2008), são aqueles que se referem apenas ao sujeito – através dos traços categoriais de pessoa e número –, o qual é [– animado] e não tem controle nem intencionalidade sobre o estado de coisas, podendo ser ou não acompanhado de causador externo, como se observa nos exemplos em (117).

(117) *a. O vidro da janela partiu-se.*

b. O vidro da janela partiu-se com o vento.

No que tange aos resultados encontrados por Bittencourt (2008), constatou-se que, a frequência de realização do clítico dito reflexivo nas atas escritas por negros africanos da Salvador do século XIX é de 82,3%, contra 17,7% de não-realização. Embora esse estudo não utilize um programa estatístico para analisar o processo de variação, os dados quantitativos mencionados pela pesquisadora mostram que, quanto à realização do clítico reflexivo de acordo com o tipo de pronome, o médio apresenta frequência de 100% e o inerente apresenta frequência de 91%, ao passo que o reflexivo, o recíproco e o pseudo-reflexivo não apresentam nenhuma ocorrência.

2.3.12 O clítico reflexivo “se” no português falado em João Pessoa/PB

Analisando o comportamento do clítico “se” na fala de João Pessoa com base na Sociolinguística Variacionista e na Teoria da Gramaticalização, Mello (2009) classifica os clíticos presentes em estruturas consideradas reflexivas como reflexivos, recíprocos, inerentes, ergativos e enfáticos.

Os clíticos reflexivos, segundo Mello (2009), são aqueles que possuem a característica de recambiar a ação verbal para o mesmo sujeito que a pratica, sendo correferencial ao sujeito e, simultaneamente, exercendo a função de objeto, como se observa nos exemplos em (118).

(118) *a. Ele se machucou.*

b. Ela se viu no espelho.

Já os clíticos recíprocos, de acordo com Mello (2009), são aqueles que permitem a compreensão de que um elemento do sujeito pratica a ação verbal sobre o outro, sendo correferencial ao sujeito e, simultaneamente, exercendo a função de objeto, como se observa nos exemplos em (119).

- (119) a. *João e Maria se amam.*
 b. *Eles se conheceram durante a festa.*

A autora destaca, porém, que há contextos em que reflexividade e reciprocidade podem ser confundidas, demonstrando que certas expressões reforçativas podem ajudar na distinção mais clara dessas situações ambíguas, como podemos perceber contrastando os exemplos em (120).

- (120) a. *Os jogadores se machucaram.* (ambiguidade)
 b. *Os jogadores se machucaram a si mesmos.* (reflexividade)
 c. *Os jogadores se machucaram mutuamente.* (reciprocidade)

Os clíticos inerentes, por sua vez, são aqueles que, segundo Mello (2009), associam-se a um verbo que já possui semântica reflexiva ou modificam a semântica de verbos não-pronominalizados com os quais se relacionam, gerando uma compreensão semântica que só é possível àquele verbo quando ele se pronominaliza, como se observa nos exemplos em (121).

- (121) a. *Ana se queixou de dores.*
 b. *Ele se amparou na parede.* (amparar = dar suporte; amparar-se = buscar suporte)

Os clíticos ergativos, de acordo com Mello (2009), são aqueles que aparecem nas construções em que o sujeito sintático tem papel temático de paciente e o agente da ação verbal não está explícito, como se observa nos exemplos em (122).

- (122) a. *A casa de meu avô se queimou.*
 b. *Ela se operou ontem.*

Os clíticos enfáticos, segundo Mello (2009), são aqueles que, apesar de não fazerem parte da valência do verbo, indicam uma participação mais intensa do sujeito sintático no processo verbal, como se observa nos exemplos em (123).

(123) *a. O tempo passou-se ligeiro.*

b. A gente se subia na casa.

Acerca dos resultados encontrados por Mello (2009), pode-se afirmar que, contrariando a tendência geral do português popular brasileiro, a frequência de realização do clítico dito reflexivo no português falado em João Pessoa é de 85%, contra apenas 15% de não-realização. Quanto à realização do clítico reflexivo de acordo com o tipo de pronome, o ergativo apresenta frequência de 95% e peso relativo de 0.88; o recíproco apresenta frequência de 98% e peso relativo de 0.51; o enfático apresenta frequência de 93% e peso relativo de 0.41; o reflexivo apresenta frequência de 74% e peso relativo de 0.38; e o inerente apresenta frequência de 79% e peso relativo de 0.36.

2.3.13 Os clíticos reflexivos em comunidades rurais afro-brasileiras do interior da Bahia

Ao analisar o comportamento dos clíticos ditos reflexivos presentes na fala de informantes com pouca ou nenhuma escolarização de quatro comunidades rurais afro-brasileiras do interior da Bahia, Souza (2011) apresentou uma proposta de classificação que abrangesse os diversos matizes assumidos pela reflexividade na língua portuguesa, a fim de que fosse possível uma melhor compreensão acerca de quais contextos seriam mais suscetíveis à realização do clítico e de quais contextos seriam mais suscetíveis à sua não-realização. Com base nessa taxionomia, o autor elenca, então, nove tipos de clíticos que figurariam em estruturas consideradas reflexivas pela tradição gramatical: reflexivos, recíprocos, ergativos, passivos, médios, inacusativos, oblíquos, inerentes e expletivos.

Os clíticos reflexivos, segundo Souza (2011), são aqueles que funcionam como argumento interno e, ao mesmo tempo, estabelecem com o argumento externo uma relação de correferência semântica, atribuindo a este agentividade e passividade concomitantemente, como se observa nos exemplos em (124).

(124) *a. O culpado se matou.*

b. Eu me torturei.

c. Sandra não se castigou pelo erro que cometeu.

Os clíticos recíprocos, por sua vez, são aqueles que funcionam como argumento interno e, ao mesmo tempo, estabelecem com o argumento externo uma relação de correferência semântica, atribuindo a este agentividade e passividade concomitantemente, sendo que o argumento externo representa duas ou mais entidades que agem uma(s) sobre a(s) outra(s), como se pode observar nos exemplos em (125).

- (125) *a. Os meninos se agrediram.*
b. Ana e Paulo se encontraram.
*c. Nós **nos** beijamos.*

Souza (2011) destaca, porém, que existe, em algumas situações, a possibilidade de confundir os clíticos reflexivos com os clíticos recíprocos, sendo necessário diferenciá-los com expressões reforçativas, como ocorre nos exemplos em (126). O autor explica que a frase em (126a) pode ter três interpretações distintas: reflexividade, reciprocidade ou passividade. Contudo, a inserção da expressão reforçativa *a si mesmos*, como em (126b), torna nítido o contexto de reflexividade. Por outro lado, a inserção da expressão reforçativa *uns aos outros*, como em (126c), torna nítido o contexto de reciprocidade. Já a inserção de um agente/fonte para ação verbal, como em (126d), torna nítido o contexto de passividade.

- (126) *a. Eles se feriram.* (ambiguidade)
*b. Eles se feriram **a si mesmos**.* (reflexividade)
*c. Eles se feriram **uns aos outros**.* (reciprocidade)
*d. Eles se feriram **na explosão**.* (passividade)

Os clíticos ergativos, de acordo com Souza (2011), são aqueles que podem ser utilizados nas estruturas em que o argumento externo não esteja presente e o argumento interno seja alçado à posição de sujeito sintático no papel de paciente/experienciador, sem que haja um agente/fonte explícito, como se observa nos exemplos em (127).

- (127) *a. A porta se abriu*
b. O menino se assustou

Por outro lado, Souza (2011) chama de clíticos passivos aqueles que podem ser utilizados nas estruturas em que o argumento externo não esteja presente e o argumento

interno seja alçado à posição de sujeito sintático no papel de paciente/experienciador, desde que haja um agente/fonte explícito, como se observa nos exemplos em (128).

(128) *a. O vidro se despedaçou com a chuva de granizo.*

b. A professora se indignou com o protesto dos alunos.

O autor ressalta, no entanto, que não se trata, nesse caso, da voz passiva em si, mas de uma estrutura dita reflexiva que parece utilizar o clítico para atribuir à frase um sentido passivo. Além disso, Souza (2011) chama a atenção para o fato de que os contextos de ergatividade e de passividade são diferenciados, nessa classificação por ele adotada, pela ausência ou presença de um agente/fonte explícito, conforme se pode notar contrastando os exemplos em (127) e (128).

Os clíticos médios, segundo Souza (2011), são aqueles que podem ser utilizados nas estruturas em que o argumento externo não esteja presente e o argumento interno seja alçado à posição de sujeito sintático no papel de paciente/experienciador, transmitindo uma ideia mais associada à descrição de estados (ainda que não haja nenhum verbo estativo) do que a uma ação verbal, como se pode observar nos paradigmas em (129) e (130). Nesse tipo de estrutura, é obrigatória a presença de advérbios ou expressões de valor adverbial para que a sentença seja compreendida mais claramente.

(129) *a. Esse tipo de tecido se lava facilmente.*

b. Esse tipo de tecido é lavável.

(130) *a. Uma letra como essa se lê com muita dificuldade.*

b. Uma letra como essa é quase ilegível.

Já os clíticos inacusativos são classificados por Souza (2011) como aqueles que podem ser utilizados em estruturas originalmente acusativas que costumam conter verbos de movimento indicando mudança de posição, impossibilitando, assim, a seleção de um argumento interno pela grade temática do verbo, como se pode observar nos paradigmas em (131) e (132). Esse tipo de clítico só ocorre em frases cujo sujeito sintático seja [+ animado].

(131) *a. Minha mãe levantou a cadeira.*

b. Minha mãe se levantou cedo.

(132) a. *Alan sentou o filho no sofá.*

b. *Alan se sentou no sofá.*

Souza (2011) chama de clíticos oblíquos aqueles que podem alterar a regência de um verbo de transitivo direto para transitivo oblíquo, ainda que cause modificações semânticas na compreensão da sentença, como se observa nos paradigmas em (133) e (134).

(133) a. *Ana lembrava **tudo**.*

b. *Ana se lembrava **de tudo**.*

(134) a. *Luísa apoiou **o candidato da oposição**.*

b. *Luísa se apoiou **no candidato da oposição**.*

Os clíticos inerentes, de acordo com Souza (2011), são aqueles que não exercem função sintática alguma, não alteram a estrutura argumental do verbo e não têm valor referencial algum, sendo exigidos, de acordo com a norma padrão, apenas pelos chamados verbos essencialmente pronominais, como se observa nos exemplos em (135).

(135) a. *Pedro se queixou da falta de sono.*

b. *As filhas do vizinho se arrependeram amargamente da bagunça que fizeram.*

Por fim, Souza (2011) classifica como clíticos expletivos aqueles que não exercem função sintática alguma, não alteram a estrutura argumental do verbo, não têm valor referencial algum e não são exigidos, segundo a norma padrão, por nenhum verbo, podendo ser utilizados por uma questão meramente estilística associado a verbos intransitivos, não ocasionando, portanto, alteração semântico-sintática ao ser retirado, conforme se observa nos paradigmas em (136) e (137).

(136) a. *Minha filha foi-se embora para sempre.*

b. *Minha filha foi \emptyset embora para sempre.*

(137) a. *Vão-se os anéis, ficam os dedos.*

b. *Vão \emptyset os anéis, ficam os dedos.*

No que diz respeito aos resultados encontrados por Souza (2011), constatou-se que a frequência de realização do clítico dito reflexivo no chamado *português afro-brasileiro* é de apenas 15%, contra 85% de não-realização, o que, segundo o autor, constitui uma evidência empírica em favor da influência do contato entre línguas no desenvolvimento desse processo de variação, já que, nos contextos em que houve processos pretéritos de transmissão linguística irregular, há uma tendência maior ao uso da variante não-padrão. Por outro lado, o autor também demonstra que há um processo de mudança em curso em direção à forma padrão, liderado por falantes mais jovens, do sexo masculino, que se ausentaram da comunidade por pelo menos seis meses e que são oriundos de comunidades que tiveram mais acesso a padrões culturais e linguísticos externos.

Quanto à realização do clítico reflexivo de acordo com a tipologia do clítico, o reflexivo e o recíproco (amalgamados em função de possuírem maior carga informacional e de o segundo apresentar pouquíssimas ocorrências) apresentam frequência de 52% e peso relativo de 0.91; o inerente apresenta frequência de 52% e peso relativo de 0.83; o expletivo apresenta frequência de 16% e peso relativo de 0.64; o ergativo, o passivo e o médio (amalgamados em função de possuírem estruturas bem semelhantes e, separadamente, apresentarem poucas ocorrências) apresentam frequência de 10% e peso relativo de 0.49; o inacusativo apresenta frequência de 11% e peso relativo de 0.44; e o oblíquo apresenta frequência de 17% e peso relativo de 0.37.

2.3.14 Síntese dos estudos linguísticos analisados

Não há um consenso, como se observa no Quadro 2, acerca da classificação dos clíticos ditos reflexivos utilizada nesses estudos linguísticos que tratam das construções que a tradição gramatical costuma chamar de reflexivas, sendo possível encontrar classificações demasiadamente limitadas, outras com um pouco mais de detalhamento e algumas até bem detalhadas.

Quadro 2: Classificação dos Clíticos ditos Reflexivos nos Estudos Linguísticos

AUTOR(A)	CLASSIFICAÇÃO UTILIZADA
Veado (1982)	Reflexivo
Lemle (1985)	Reflexivo
Galves (1986)	Reflexivo [+ temático] e Reflexivo [- temático]
D’Albuquerque (1988)	Reflexivo e Recíproco
Nunes (1995)	Reflexivo, Ergativo, Ex-ergativo, Inerente, Quase-inerente e Enfático
Rocha (1999)	Verdadeiro Reflexivo e Falso Reflexivo
Castro (2002)	Reflexivo e Inerente
Camacho (2003)	Reflexivo Verdadeiro, Reflexivo Recíproco e Marcador Medial
Pereira (2007)	Reflexivo, Recíproco e Médio
Bandeira (2007)	Reflexivo, Recíproco, Inerente, Ergativo e Enfático
Bittencourt (2008)	Reflexivo, Recíproco, Inerente, Pseudo-reflexivo e Médio
Mello (2009)	Reflexivo, Recíproco, Inerente, Ergativo e Enfático
Souza (2011)	Reflexivo, Recíproco, Ergativo, Passivo, Médio, Inacusativo, Oblíquo, Inerente e Expletivo

No que diz respeito aos resultados, embora nem todos os estudos linguísticos aqui mencionados tenham trabalho com análise quantitativa, foi possível agrupar alguns deles em ordem crescente de frequência de realização do clítico dito reflexivo e destacando os locais pesquisados. Os dados contidos na Tabela 2 fortalecem a hipótese de que os processos de variação na realização do clítico dito reflexivo teriam se originado através do contato entre línguas ocorrido nos primeiros séculos de colonização, cujos efeitos foram sendo minimizados à medida que eram difundidos das comunidades rurais afro-brasileiras para outros lugares geograficamente mais próximas dos grandes centros urbanos, evidenciando, de acordo com Lucchesi (2015), o cada vez mais abrangente nivelamento linguístico.

Tabela 2: Frequência de Realização do Clítico dito Reflexivo nos Estudos linguísticos

LOCAL/AUTOR(A)	REALIZAÇÃO	NÃO-REALIZAÇÃO
Comunidades Rurais Afro-Brasileiras da Bahia – Souza (2011)	15,0%	85,0%
Manhaçu/MG – D’Albuquerque (1988)	16,0%	84,0%
Ouro Preto/MG – Rocha (1999)	25,0%	75,0%
São Paulo/SP – Pereira (2007)	42,0%	58,0%
São Paulo/SP – Nunes (1995)	48,0%	52,0%
Algumas cidades do Estado do Paraná – Bandeira (2007)	55,0%	45,0%
Escrita de Negros Africanos no Século XIX em Salvador – Bittencourt (2008)	82,3%	17,7%
João Pessoa/PB – Mello (2009)	85,0%	15,0%

Merecem destaque, porém, os dados relativos ao comportamento dos clíticos reflexivos na escrita de negros africanos da Salvador do século XIX através das atas da Sociedade Protetoras dos Desvalidos, realizado por Bittencourt (2008), visto que, embora se refiram a uma amostra de língua escrita, apresentam uma frequência considerável da variante não-padrão (17,7%), evidenciando que a não-realização era, desde sempre, a variante mais utilizada na fala popular, a ponto de estar presente até mesmo na escrita formal, como era o caso de uma ata.

2.4 UMA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO PARA OS CLÍTICOS DITOS REFLEXIVOS

A partir das reflexões feitas nas seções anteriores acerca do processo de reflexivização no português brasileiro, foi elaborado um sistema de classificação dos diversos matizes que a reflexividade tem assumido na língua portuguesa, permitindo definir os seguintes tipos de clíticos (ou anáforas) utilizados no processo de reflexivização:

- (i) Clítico reflexivo;
- (ii) Clítico recíproco;
- (iii) Clítico ergativo;
- (iv) Clítico passivo;
- (v) Clítico inacusativo;
- (vi) Clítico oblíquo;
- (vii) Clítico inerente;
- (viii) Clítico expletivo.

Tal taxionomia, apresentada detalhadamente a seguir, foi utilizada na análise dos dados que compõem este trabalho acerca das estruturas ditas reflexivas no português popular do interior do Estado da Bahia.

2.4.1 Clítico reflexivo

A taxionomia aqui adotada chamará de *reflexivo* somente o clítico que possa funcionar como argumento interno e, ao mesmo tempo, possa estabelecer com o argumento externo uma relação de correferência semântica, atribuindo a este agentividade e passividade concomitantemente, como se pode observar nos exemplos em (138).

- (138) a. *O culpado_i se_i matou*
 b. *Eu_i me_i torturei*
 c. *Sandra_i não se_i castigou pelo erro que [cometeu]*

Essa mesma classificação também é adotada nos trabalhos de Galves (1986), Nunes (1995), Rocha (1999), Castro (2002), Camacho (2003), Pereira (2007), Bandeira (2007), Bittencourt (2008) e Mello (2009), contudo diverge da que Veado (1982), Lemle (1985) e D'Albuquerque (1988) adotam, uma vez que estes últimos afirmam que, para que o clítico seja considerado reflexivo, é necessário apenas que ele estabeleça com o sujeito sintático uma relação de correferência semântica – como ocorre nos exemplos em (139), (140) e (141) –, posição com a qual a pesquisa que aqui se expõe não compartilha.

(139) *Beatriz_i se_i irritou*

(140) *O vidro_i se_i quebrou*

(141) *Luciano_i se_i lembrou de tudo*

Cabe ressaltar, porém, que o clítico reflexivo pode, em algumas situações, ser confundido com o clítico recíproco, sendo necessário diferenciá-los⁷. Nesse caso específico, entende-se que o clítico reflexivo, diferentemente do que ocorre com o recíproco (que será explicitado na próxima seção), deve ser interpretado com o sentido da expressão *a si mesmo* ou *de si mesmo*, como pode ser percebido nas paráfrases apresentadas em (142) e (143).

(142) a. *Fábio_i se_i enforcou*

b. *Fábio_i enforcou a si mesmo_i*

(143) a. *Camila_i se_i ama*

b. *Camila_i ama a si mesma_i*

2.4.2 Clítico recíproco

Aparentemente semelhante ao reflexivo, o clítico *recíproco* também funciona como argumento interno e, ao mesmo tempo, estabelece com o argumento externo uma relação de correferência semântica, atribuindo a este agentividade e passividade concomitantemente. Nesse caso, porém, o argumento externo representa duas ou mais entidades que agem uma(s) sobre a(s) outra(s). Tal classificação também é adotada nos trabalhos de D'Albuquerque (1988), Rocha (1999), Camacho (2003), Pereira (2007), Bandeira (2007), Bittencourt (2008) e Mello (2009).

Para que não se confunda, então, com o clítico reflexivo, é preciso levar em conta que o clítico recíproco deve ser interpretado com o sentido da expressão *um ao outro*, *um com o outro* ou *um do outro*, como pode ser percebido nas paráfrases apresentadas em (144), (145) e (146).

⁷ Galves (1986), Nunes (1995) e Castro (2002) não dissociam os clíticos reflexivos dos recíprocos, apresentando a reciprocidade somente como uma característica possível ao clítico classificado, nesse caso, como reflexivo.

- (144) a. *Os meninos_i se_i agrediram*
 b. *Os meninos_i agrediram **um ao outro**_i*

- (145) a. *Ana e Paulo_i se_i encontraram*
 b. *Ana e Paulo_i encontraram **uma com o outro**_i*

- (146) a. *Pedro e Carla_i se_i amam*
 b. *Pedro e Carla_i amam **um ao outro**_i*

É importante ressaltar, no entanto, que há situações em que a distinção entre os contextos de reflexividade e de reciprocidade não é nítida. No exemplo em (147) é possível encontrar três interpretações distintas: o contexto pode ser de reflexividade, de reciprocidade ou ainda atribuir um sentido passivo à frase (já que há a possibilidade interpretativa de atribuir ao argumento externo apenas a característica semântica de passividade).

- (147) *Eles_i se_i feriram*

Segundo Rocha (1999), Camacho (2003), Bandeira (2007), Bittencourt (2008) e Mello (2009), em casos como esse, a inserção de uma expressão contextual reforçativa pode servir para evitar a ambiguidade interpretativa, como se observa nas paráfrases apresentadas em (148).

- (148) a. *Eles_i se_i feriram na explosão*
 b. *Eles_i se_i feriram **a si mesmos**_i*
 c. *Eles_i se_i feriram **uns ao outros**_i*

O acréscimo da expressão *a si mesmos* em (148b) enfatiza que o contexto é de reflexividade. A expressão *uns aos outros* acrescentada em (148c), por sua vez, assegura que o contexto é de reciprocidade. Já a inserção de um constituinte de valor adverbial em (148a) determina a interpretação da passividade do argumento externo.

2.4.3 Clítico ergativo

De acordo com a taxionomia adotada neste trabalho, será chamado de *ergativo* o clítico que possa ser utilizado nas estruturas em que o argumento externo não esteja presente e o argumento interno com traço seja alçado à posição de sujeito sintático no papel de paciente/experienciador, sem que haja um agente/fonte explícito ou recuperável pelo contexto, como se observa nos exemplos em (149) e (150).

(149) *A porta_i se_i abriu*

(150) *Valéria_i se_i irritou*

(151) *Esse tipo de tecido_i se_i lava facilmente*

Essa classificação também é assumida por Nunes (1995), Bandeira (2007) e Mello (2009), embora apenas o trabalho de Mello (2009) leve em consideração o fato de haver ou não um agente/fonte explícito e, por conta disso, os demais chamem indistintamente de ergativos tanto os clíticos que estão presentes em (149), (150) e (151) quanto os que estão presentes em (152) e (153). Como o objetivo deste trabalho é observar de que maneira as estruturas ditas reflexivas são realizadas, a posição assumida aqui não considerará – a princípio – os clíticos em (152) e (153) como ergativos, uma vez que serão investigadas as possíveis diferenças no comportamento do falante com relação ao clítico quando há um agente/fonte explícito na frase.

(152) *A porta_i se_i abriu com a ventania*

(153) *Valéria_i se_i irritou com a gritaria*

Vale ressaltar que o clítico presente em (151) será classificado como ergativo e não como médio, visto que o conceito de medialidade no português brasileiro é ainda muito controverso. Nunes (1995) e Bandeira (2007), por exemplo, afirmam existir um clítico médio no português brasileiro, mas não abordam tal categoria em seus respectivos trabalhos. Camacho (2003) e Pereira (2007), por sua vez, defendem que, numa estrutura dita reflexiva, qualquer clítico que não esteja num contexto de reflexividade ou de reciprocidade seja considerado um clítico médio. Já para Bittencourt (2008), o clítico médio seria aquele que

figura numa construção em que um sujeito [- animado] não tem controle nem intencionalidade sobre o estado das coisas, podendo ou não ser acompanhado de um causador externo. Aqui, porém, clíticos como os que figuram nos exemplos em (154) serão todos considerados ergativos.

- (154) a. *Trabalho bom_i se_i faz com prazer*
 b. *Uma letra como essa_i se_i lê com muita dificuldade*
 c. *Papel_i se_i desintegra com facilidade*

Merece destaque ainda o fato de que o clítico chamado aqui de ergativo não dependerá do traço de animacidade do sujeito sintático para ser classificado como tal. Partindo dessa premissa, será considerado ergativo tanto o clítico em (155), que tem sujeito sintático [- animado], quanto o clítico em (156), que tem sujeito sintático [+ animado].

- (155) *O copo_i se_i quebrou*
 (156) *Minha mãe_i se_i operou*

2.4.4 Clítico passivo

Será chamado de *passivo* o clítico que possa ser utilizado nas estruturas em que o argumento externo não esteja presente e o argumento interno seja alçado à posição de sujeito sintático no papel de paciente/experienciador, desde que haja um agente/fonte explícito ou recuperável pelo contexto, como se observa nos exemplos em (157) e (158).

- (157) *O vidro_i se_i despedaçou com a chuva de granizo*
 (158) *Quando viu a bagunça na sala, a professora_i se_i indignou [com a bagunça]*

Cabe ressaltar, no entanto, que não se trata, nesse caso, da voz passiva em si, mas de uma estrutura dita reflexiva que parece utilizar o clítico para atribuir à frase um sentido passivo, como se pode observar nas paráfrases apresentadas em (159). É possível, então, perceber que a sentença em (159a) exemplifica uma estrutura prototípica de voz passiva, na qual o sujeito sintático é o paciente da ação verbal e há um agente explícito que realiza tal ação. O exemplo em (159b), por sua vez, não tem a mesma estrutura do exemplo em (159a),

mas também apresenta um sujeito sintático com papel de paciente e um desencadeador da ação verbal por ele sofrida.

- (159) a. *O vidro foi despedaçado pela chuva de granizo*
 b. *O vidro_i se_i despedaçou com a chuva de granizo*

Além disso, é preciso observar que, apesar de esse tipo de clítico se assemelhar bastante ao ergativo – tratado na seção anterior –, será diferenciado dele pelo fato de apresentar necessariamente o elemento desencadeador da ação (seja explícito ou recuperável pelo contexto), como se pode observar nos exemplos em (160).

- (160) a. *Otacílio_i se_i assustou com a gritaria*
 b. *Ouvindo a gritaria, Otacílio_i se_i assustou [com a gritaria]*

Cabe destacar ainda que Bandeira (2007), embora não utilize tal designação em sua classificação, faz menção a um *clítico passivo*, mas de forma bem diferente da que é utilizada aqui. Naquele trabalho, somente foi interpretado como passivo o clítico presente em frases que utilizavam os verbos *criar-se*, *crismar-se*, *batizar-se*, *operar-se*, *consultar-se*, *vacinar-se* e *eleger-se*, por constituírem situações em que o falante alternava indistintamente entre o uso da estrutura prototípica de voz passiva, como nos exemplos em (161a) e (162a), e o uso de uma estrutura dita reflexiva com sentido passivo, como acontece em (161b) e (162b). Nesta tese, porém, classificaremos o clítico que figura em (161b) de ergativo, e o que figura em (162b) de passivo.

- (161) a. *Maria foi operada de hérnia*
 b. *Maria_i se_i operou de hérnia*
- (162) a. *Bruno foi consultado pelo médico*
 b. *Bruno_i se_i consultou com o médico*

2.4.5 Clítico inacusativo

A taxionomia adotada neste trabalho classificará como *inacusativo* – a exemplo do que propõem Mira Mateus et alii (1989, p. 520) – o clítico que possa ser utilizado em estruturas originalmente acusativas que utilizam verbos de movimento indicando mudança de

posição, impossibilitando, assim, a seleção de um argumento interno pela grade temática do verbo, como se pode observar nos paradigmas em (163), (164) e (165).

(163) a. *Minha mãe levantou a cadeira*

b. *Minha mãe_i se_i levantou cedo*

(164) a. *Alan sentou o filho no sofá*

b. *Alan_i se_i sentou no sofá*

(165) a. *Vinícius deitou a filha na cama*

b. *Vinícius_i se_i deitou na cama*

Cabe ressaltar, no entanto, que o contexto de inacusatividade – e, portanto, o uso do clítico inacusativo – dependerá do traço de animacidade do argumento externo presente na sentença. Somente poderá ser classificado como inacusativo o clítico que ocorrer em frases cujo sujeito sintático seja [+ animado], como se pode perceber nos paradigmas em (166) e (167). Em virtude dessa propriedade típica de contextos de inacusatividade, os exemplos em (166b) e (167b) são considerados agramaticais.

(166) a. *As meninas_i se_i levantaram*

b. **O brinquedos_i se_i levantaram*

(167) a. *O cachorro_i se_i deitou no chão*

b. **A escova de dente_i se_i deitou no chão*

Merece destaque também o fato de que uma sentença que se enquadre no contexto de inacusatividade não pode, em hipótese alguma, ser considerada uma estrutura verdadeiramente reflexiva, uma vez que não é possível a inclusão de expressões reforçativas características daquele tipo de construção, como se pode verificar no paradigma em (168).

(168) a. *João_i se_i matou a si mesmo*

b. **João_i se_i levantou a si mesmo⁸*

⁸ Essa frase é possível no sentido de o indivíduo se erguer do chão por suas próprias forças (o que é fisicamente impossível), não no sentido que se atribui aqui ao clítico inacusativo. No primeiro caso, o clítico seria propriamente reflexivo, dentro desta taxionomia.

2.4.6 Clítico oblíquo

Será chamado de *oblíquo*, segundo a taxionomia adotada aqui, o clítico que possa alterar a regência de um verbo de transitivo direto para transitivo oblíquo, ainda que cause modificações semânticas na compreensão da sentença, como se observa nos paradigmas em (169) e (170).

- (169) a. *a. Ana lembrava **tudo***
 b. *Ana_i se_i lembrava **de tudo***

- (170) a. *Luísa apoiou **o candidato da oposição***
 b. *Luísa_i se_i apoiou **no candidato da oposição***

Pode-se perceber, dessa forma, que a presença do clítico em (169b) e (170b) gerou uma alteração na regência verbal das sentenças em questão – se comparadas com os exemplos em (169a) e (170a), respectivamente –, permitindo que o argumento interno solicitado pelo verbo deixasse de ser um objeto direto e passasse a ser um objeto oblíquo. Cabe ressaltar ainda que o clítico oblíquo presente em (170b) também mudou a interpretação semântica da sentença, em contraste com a sentença que aparece em (170a).

2.4.7 Clítico inerente

De acordo com a taxionomia assumida aqui, será chamado de *inerente* o clítico que não exerce função sintática alguma, não altera a estrutura argumental do verbo e não tem valor referencial algum, sendo exigido, de acordo com a norma padrão, apenas pelos chamados verbos essencialmente pronominais, como se observa nos exemplos em (171).

- (171) a. *Pedro **se** queixou da falta de sono*
 b. *As filhas do vizinho **se** arrependeram amargamente da bagunça que fizeram*

Classificação semelhante também é adotada por Nunes (1995), Castro (2002), Bandeira (2007), Bittencourt (2008) e Mello (2009), mas é refutada por Lemle (1985), que acredita que qualquer verbo – inclusive os considerados “essencialmente pronominais” – pode prescindir do clítico dito reflexivo, já que, devido à opacidade desse tipo de clítico no

português brasileiro, os marcadores de reflexividade seriam os próprios verbos (com ou sem a presença do clítico). Cabe ressaltar que não serão classificados como inerentes os clíticos associados a verbos que tenham uma forma pronominal e uma forma não-pronominal, como ocorre nos exemplos (172) e (173), uma vez que, em geral, os clíticos utilizados nesses casos alteram a estrutura argumental do verbo e são considerados oblíquos.

(172) a. *Ela esqueceu a chave*

b. *Ela se esqueceu da chave*

(173) a. *O professor encostou a porta*

b. *O professor encostou-se na porta*

2.4.8 Clítico expletivo

A taxionomia adotada neste trabalho chamará de *expletivo* o clítico que não exerce função sintática alguma, não altera a estrutura argumental do verbo, não tem valor referencial algum e não é exigido, segundo a norma padrão, por nenhum verbo, podendo ser utilizado por uma questão meramente estilística associado a verbos intransitivos, não ocasionando, portanto, alteração semântico-sintática ao ser retirado, conforme se observa nos paradigmas em (174) e (175).

(174) a. *Minha filha foi-se embora para sempre*

b. *Minha filha foi \emptyset embora para sempre*

(175) a. *Vão-se os anéis, ficam os dedos*

b. *Vão \emptyset os anéis, ficam os dedos*

Classificação semelhante também é adotada por Nunes (1995), Bandeira (2007) e Mello (2009) – que utilizam a designação de clítico enfático.

2.4.9 Síntese da proposta de classificação

Embora a classificação dos clíticos ditos reflexivos aqui proposta já tenha sido apresentada detalhadamente nas subseções anteriores, é importante que possamos ter uma

visão panorâmica acerca da taxionomia que será adotada neste trabalho, utilizando, para isso, um formato que permita conhecer cada tipo de clítico de maneira mais clara e mais objetiva, como ilustra, a seguir, o Quadro 3.

Quadro 3: Proposta de Classificação dos Clíticos ditos Reflexivos

CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÃO	EXEMPOS
Clítico Reflexivo	Realiza a função sintática de objeto e é correferente do sujeito sintático, o que implica a concomitância da agentividade e da passividade deste, podendo assim ser interpretado como <i>a si mesmo</i> .	O culpado <i>se</i> matou.
Clítico Recíproco	Realiza a função sintática de objeto e é correferente do sujeito sintático, podendo assim ser interpretado como <i>um ao outro</i> ou <i>um do outro</i> .	Os meninos <i>se</i> agrediram. João e Maria <i>se</i> gostam.
Clítico Passivo	Atribui ao sujeito sintático o papel de paciente/experienciador, transmitindo a ideia de uma ação que tenha um agente explícito (ou recuperável pelo contexto) diferente dele.	João <i>se</i> assustou com a gritaria. Ouvindo a gritaria, ele <i>se</i> assustou.
Clítico Ergativo	Atribui ao sujeito sintático o papel de paciente/experienciador, transmitindo a ideia de uma ação que ocorre sem a necessidade de um agente.	De repente, a porta <i>se</i> abriu. Esse material <i>se</i> desintegra fácil.
Clítico Inacusativo	Impede o verbo de selecionar um argumento interno que ele poderia selecionar, ocorrendo mais comumente em frases que contenham verbo de movimento.	Ele <i>se</i> levantou cedo. Pedro deitou- <i>se</i> .
Clítico Oblíquo	Altera a regência de um verbo de transitivo direto para transitivo oblíquo, sem causar modificações semânticas.	Maria <i>se</i> lembrou de algo. Ana <i>se</i> encontrou com Paulo.
Clítico Inerente	Não exerce função sintática alguma e não altera a estrutura argumental do verbo, sendo exigido, de acordo com a norma padrão, apenas pelos chamados verbos essencialmente pronominais.	Ele <i>se</i> arrependeu daquele erro.
Clítico Expletivo	Não exerce função sintática alguma, não altera a estrutura argumental do verbo e não é exigido por verbo algum, podendo ser utilizado por uma questão meramente estilística associado a verbos intransitivos, não ocasionando, portanto, alteração semântico-sintática ao ser retirado.	Ana foi- <i>se</i> embora. A minha fé <i>se</i> acabou.

3 TEORIA E MÉTODOS

A presente pesquisa está fundamentada na Teoria da Variação, para a qual a língua é um sistema heterogêneo sujeito a processos de variação que podem ser sistematizados, e no conceito de Transmissão Linguística Irregular, através do qual se busca teorizar sobre as mudanças induzidas na estrutura da língua em situações de contato maciço. Assim, o que se pretende aqui é apresentar, de maneira clara e sucinta, os pressupostos teóricos que norteiam esta análise e descrever os métodos utilizados para fundamentá-la empiricamente.

3.1 SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

3.1.1 Origens, conceitos e pressupostos

Ao estabelecer as bases teóricas da Linguística Moderna no início do século XX, Saussure (1916), apesar de reconhecer a inegável relação existente entre língua e sociedade, procurou excluir dos estudos acerca do fenômeno linguístico qualquer consideração de natureza social, histórica e cultural, por meio de uma abordagem imanente que privilegiava o caráter estrutural da língua. Assim, na perspectiva saussuriana, a língua seria o sistema invariante abstraído das múltiplas variações observáveis na fala e, por isso mesmo, o real objeto de estudo da ciência linguística, enquanto a fala, em oposição à língua, seria apenas sua materialização social.

Essa é a primeira bifurcação que se encontra quando se procura estabelecer a teoria da linguagem. Cumpre escolher entre dois caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo; devem ser seguidos separadamente. Pode-se, a rigor, conservar o nome de Linguística para cada uma dessas duas disciplinas e falar duma Linguística da fala. Será, porém, necessário não confundi-la com a Linguística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 28)

Essa visão saussuriana de língua como um sistema estrutural autônomo e analisável independente de fatores externos, no qual cada um dos elementos só pode ser definido pelas relações de equivalência ou de oposição que mantém com os demais, deu origem ao *estruturalismo*. Contudo, não se pode ignorar que linguistas como Antoine Meillet, Mikhail Bakhtin, Roman Jakobson, Marcel Cohen e Émile Benveniste, embora filiados à corrente

estruturalista, passaram a defender que os estudos linguísticos deveriam considerar também a interação entre língua, cultura e sociedade.

Meillet (1918), divergindo das principais concepções saussurianas, defendia que a linguagem, ao contrário de ser uma capacidade inata ao ser humano, era uma espécie de posse concreta adquirida e manifesta no meio social, não dissociando a língua da fala, uma vez que, para ele, o mecanismo abstrato da linguagem existente no cérebro dos indivíduos só poderia ser conhecido e, conseqüentemente, estudado ao se tornar manifestação concreta da linguagem através da fala.

Se o meio no qual a linguagem evolui é um ambiente social, se o objetivo da linguagem é o de permitir as relações sociais, se a linguagem é mantida e preservada por essas relações, se, enfim, os limites das línguas tendem a coincidir com os dos grupos sociais, é evidente que as causas de que dependem os fatos linguísticos devem ser de natureza social. (MEILLET, 1948 [1918], p. 223)

Sua abordagem social da linguagem, embora não ignorasse a possibilidade de uma ou outra mudança linguística ocorrer a partir de fatores puramente linguísticos, procurava aliar os estudos acerca da mudança linguística aos estudos acerca da estrutura social na qual tal mudança estaria ocorrendo, visto que, ao conceber a linguagem como um fato social, a mudança linguística estaria quase sempre atrelada à mudança social.

Divergindo também das principais concepções saussurianas, Bakhtin (1929) compreendia a linguagem como interação social e, por isso mesmo, defendia que, ao invés de analisar um suposto sistema abstrato de regras dissociado de quaisquer fatores externos ou mesmo a constituição psíquica dos indivíduos falantes, era necessário privilegiar o estudo da enunciação enquanto realidade concreta da linguagem, a fim de se conhecerem as relações intrínsecas entre o linguístico e o social.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 1999 [1929], p. 123)

Por essa ótica, portanto, a substância da língua seria constituída pelo fenômeno social da interação verbal realizada através das enunciações, fundando-se nas necessidades comunicativas e, conseqüentemente, apresentando uma natureza essencialmente dialógica. A partir desse pensamento, a língua não seria uma entidade abstrata, mas o lugar concreto da manifestação ideológica que se constitui de significado justamente na interação com o outro.

Jakobson (1960), embora a partir de uma perspectiva um pouco diferente da apresentada por Bakhtin, também compreendia a existência de uma inegável relação entre linguagem e sociedade, devendo os estudos acerca da linguagem tratar do processo comunicativo de maneira mais ampla, não se restringindo apenas às questões estruturais, mas abrangendo – ou até privilegiando – aspectos funcionais da linguagem.

A linguagem deve ser estudada em toda a variedade de suas funções. Antes de discutir a função poética, devemos definir-lhe o lugar entre as outras funções da linguagem. Para se ter uma idéia geral dessas funções, é mister uma perspectiva sumária dos fatores constitutivos de todo processo lingüístico, de todo ato de comunicação verbal. (JAKOBSON, 2010 [1960], p. 122-123)

Essa visão da linguagem enquanto elemento do processo comunicativo questiona o princípio saussuriano da homogeneidade do código linguístico, visto que os agentes da interação verbal participam de diferentes comunidades linguísticas, utilizando, por isso mesmo, um código linguístico multiforme, escolhido em função dos seis fatores constitutivos de toda e qualquer situação comunicativa: o remetente, a mensagem, o destinatário, o contexto, o canal e o código.

Por outro lado, Cohen (1956), mesmo se alinhando à concepção saussureana de que os estudos linguísticos deveriam dissociar os aspectos internos dos aspectos externos à língua, defendia a tese da necessidade de um diálogo maior entre as ciências humanas, o que acabou conduzindo seus interesses para um estudo sociológico da linguagem, no qual a relação entre linguagem e sociedade seria analisada partindo do pressuposto de que “os fenômenos linguísticos se realizam no contexto variável dos acontecimentos sociais” (COHEN, 1956 apud ALKIMIM, 2008, p. 26). Na perspectiva de análise defendia por ele, já era possível explorar um pouco mais a fundo temáticas que tratavam, por exemplo, da relação entre as divisões sociais e as variedades da linguagem, nas quais se inseriam tópicos como distinção das variedades rurais, urbanas e de classes sociais, distinção dos estilos formais e informais da linguagem, e descrição da linguagem de grupos sociais específicos.

Por fim, podemos citar as ideias de Benveniste (1963), o qual, embora tivesse uma grande influência saussureana, considerava língua e sociedade como elementos indissociáveis da análise linguística, uma vez que compreendia a língua como a manifestação concreta da faculdade humana da linguagem, defendendo, por isso mesmo, que a relação do ser humano com a natureza e com outros seres humanos só poderia ser estabelecida por intermédio da utilização da língua.

De fato, é dentro da, e pela, língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente. [...] A linguagem se realiza sempre dentro de uma *língua*, dentro de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular. Língua e sociedade não se concebem uma sem a outra. (BENVENISTE, 2005 [1963], p. 27,31)

Apesar de reconhecer a inegável relação entre linguagem e sociedade, a compreensão era a de que elas possuíam organizações estruturais diversas e, em virtude disso, características hierárquicas também diversas, sendo a língua o instrumento de análise da sociedade, já que o referido linguista considerava que, como ferramenta de comunicação entre os indivíduos que compõem uma sociedade, a língua exercia o papel de interpretar tal sociedade e de situar socialmente o indivíduo que dela faz uso.

Consideremos, portanto, que a língua interpreta a sociedade. A sociedade torna-se significante na e pela língua. A sociedade é o interpretado por excelência da língua. [...] É que a língua é – como é sabido – o instrumento de comunicação que é e deve ser comum a todos os membros da sociedade. (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 98-99)

Apesar das inegáveis contribuições que esses linguistas trouxeram, os estudos sobre a relação entre linguagem e sociedade certamente ganharam muito mais força com o surgimento da Sociolinguística, quando o linguista William Labov, em suas célebres pesquisas sobre a fala dos moradores da ilha de Martha's Vineyard (1963) e sobre a fala dos moradores de Nova Iorque (1966), levantou importantes questionamentos acerca da ausência do componente social na análise linguística proposta pelo modelo estrutural-funcionalista. Embora ninguém pudesse negar que estruturalismo elevou a linguística à posição de campo científico pleno e que o gerativismo contribuiu para se reconhecer a faculdade da linguagem como componente universal e inato da espécie humana, era necessário superar concepções teóricas que desconsideravam o fato de haver mais de uma forma linguística para expressar o mesmo significado, o valor social atribuído a essas formas linguísticas e o estudo empírico das mudanças na língua a partir dessa variabilidade.

Uma simples revisão da literatura me convenceria de que tais princípios empíricos não tinham lugar na linguística: existiam diversas barreiras ideológicas para o estudo da língua na vida diária. Primeiramente, Saussure tinha enunciado o princípio de que os sistemas estruturais do presente e as mudanças históricas do passado tinham de ser estudados separadamente. [...] A segunda barreira ideológica afirmava explicitamente que a mudança sonora não podia, em princípio, ser observada diretamente. [...] Uma terceira restrição era, talvez, a mais importante: a variação livre não podia, em princípio, ser condicionada. [...] Também se sustentava que os sentimentos acerca da língua eram inacessíveis e estavam fora do escopo do linguista. A avaliação social das variantes linguísticas estava, portanto, fora de consideração. (LABOV, 2008 [1972], p. 13-14)

Como se pode notar nas palavras do próprio Labov, uma análise linguística que também levasse em conta aspectos sociais precisava, dentre outras coisas, demonstrar que as mudanças linguísticas do passado e do presente poderiam ser estudadas concomitantemente; que o processo de variação não seria aleatório, faria parte do próprio sistema linguístico e, por isso mesmo, poderia ser analisado de forma sistemática; e que a avaliação social das variantes linguísticas poderia contribuir, de forma significativa, para explicar a mudança linguística.

De acordo Alkimim (2008), embora tenha sido William Labov, ainda em 1963, o primeiro linguista a utilizar esse novo modelo teórico-metodológico, o termo *Sociolinguística* só passou a designar uma área específica dos estudos linguísticos, a partir de um congresso organizado, em 1964, pelo linguista William Bright, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, do qual participaram, além de Labov e Bright, pesquisadores como John Gumperz, Einar Haugen, Dell Hymes, John Fisher, José Pedro Roma. Foi nesse congresso que se definiu que o objeto de estudo dessa nova área da linguística seria, na verdade, a diversidade linguística existente em uma determinada comunidade de fala, com a qual estariam relacionados fatores sociais como a identidade social do falante, a identidade social do ouvinte, o contexto social e o julgamento social. Partindo, assim, do pressuposto de que língua e sociedade são indissociáveis, a Sociolinguística explica os fenômenos linguísticos de forma a relacionar a heterogeneidade linguística com a heterogeneidade social, compreendendo que esse caráter heterogêneo e variável da língua não a torna aleatória e desordenada, mas permite visualizá-la como um sistema estruturado, organizado e, portanto, passível de ser analisado.

É por conta, então, dessa *heterogeneidade ordenada* da língua que os indivíduos de uma mesma comunidade de fala, apesar de expostos a diversas variações linguísticas, entendem-se e comunicam-se naturalmente, evidenciando, segundo Labov (2008 [1972]), que a variabilidade da língua não se configura, em hipótese alguma, num suposto caos linguístico que possa inviabilizar uma análise sistemática, mas, ao contrário, aponta para a existência de um sistema linguístico heterogêneo que, para além de regras categóricas, também comporta regras variáveis. Dessa forma, ignorar a heterogeneidade ordenada de uma língua seria, de acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), considerar disfuncional o uso dessa língua por uma comunidade de fala real, visto que toda língua humana apresenta variação linguística em seus usos ou, em outras palavras, apresenta a possibilidade de seus falantes expressarem a mesma informação de diferentes maneiras.

Estudar a diversidade linguística de uma comunidade de fala significa, em outras palavras, estudar o seu *vernáculo*, que é o registro da língua falada espontaneamente em situação natural de comunicação, com o mínimo de monitoramento possível, obtido por meio de uma conversa informal que possibilite a utilização espontânea das formas linguísticas características daquela comunidade de fala. Como não há, porém, a possibilidade de se analisar o vernáculo de todos os falantes daquela comunidade de fala, a análise é feita com base numa amostragem, cujo tamanho varia em função da natureza do fenômeno estudado. Diante dessa realidade, um dos grandes dilemas da pesquisa sociolinguística consiste, segundo Labov (2008 [1972]), no *paradoxo do observador*, por meio do qual o pesquisador deverá coletar dados naturais de fala, mesmo estando presente na coleta e interferindo inevitavelmente na naturalidade da situação comunicativa. Tarallo (2007 [1982]), com o intuito de auxiliar na solução desse dilema, orienta que o pesquisador faça um roteiro de pergunta que favoreça a produção de narrativas pessoais, assimile – na medida do possível – as marcas do dialeto local para facilitar a interação, entre na comunidade através de um membro ou líder local, não revele aos informantes que sua fala está sendo pesquisada e faça, ele próprio, uma narrativa de alguma experiência pessoal para estimular o informante a fazer o mesmo.

Por outro lado, a análise de uma pesquisa sociolinguística precisa, antes de mais nada, levar em consideração conceitos como variável e variante. Labov (2008 [1972]) chamou de *variantes* as diferentes formas de se dizer a mesma coisa com o mesmo valor de verdade e no mesmo contexto, ao passo que chamou de *variável* qualquer conjunto de variantes, como se observa em (176), que apresenta quatro variantes da variável *estratégias de reflexivização*.

- (176) a. *Eu me casei* (realização)
 b. *Eu Ø casei* (não-realização)
 c. *Eu se casei* (realização sem marca de pessoa)
 d. *Eu me casei-me* (dupla realização)

Como as variantes de uma variável estão sempre em relação de concorrência, é possível que uma *variante padrão* (forma correspondente à prescrição normativa) concorra com uma ou mais *variantes não-padrão* (formas que se afastam da prescrição normativa), que uma *variante conservadora* (forma mais característica da comunidade de fala) concorra com

uma ou mais *variantes inovadoras* (formas não-características da comunidade de fala), e que uma *variante de prestígio* (forma mais valorizada socialmente na comunidade de fala) concorra com uma ou mais *variantes estigmatizadas* (formas desvalorizadas socialmente na comunidade de fala). Contudo, ao se analisar a concorrência das variantes de uma variável em determinada comunidade de fala, geralmente a variante considerada padrão também costuma, de acordo com Tarallo (2007 [1982]), ser considerada conservadora e de prestígio, assim como as variantes consideradas não-padrão também costumam ser consideradas inovadoras e estigmatizadas.

No que tange à análise da variável, cabe ressaltar que Labov (2008 [1972]) chamou de *variável dependente* aquela que é utilizada como o objeto de estudo de determinada pesquisa sociolinguística, ao passo que chamou de *variáveis explanatórias* ou *independentes* aquelas que podem condicionar o comportamento da variável dependente, influenciando na predominância de uma variante sobre outra. Chamou-se, então, de *encaixamento* o processo de condicionamento da variável dependente por variáveis explanatórias, em que se tem o *encaixamento linguístico*, composto pelo conjunto de fatores linguísticos que condicionam a variável dependente, e o *encaixamento social*, composto pelo conjunto de fatores extralinguísticos ou sociais que condicionam a variável dependente. Diante disso, pode-se fazer uma análise em *tempo aparente* – que possibilita perceber, através do controle da faixa etária, se o processo de variação observado na variável dependente aponta para a estabilidade ou para uma possível mudança em curso – e uma análise em *tempo real* – que possibilita perceber, através do controle dos fatores linguísticos e extralinguísticos, o que tem contribuído para condicionar a mudança em curso ou a variação estável da variável dependente.

3.1.2 O olhar da Sociolinguística Variacionista acerca da mudança linguística

A ruptura epistemológica da proposta sociolinguística em relação ao modelo estrutural-funcionalista tem como cerne a concepção de língua como sistema heterogêneo, variável e observável no uso real da língua, na qual o fenômeno linguístico passa a ser compreendido a partir de uma articulação entre sua dimensão estrutural e sua dimensão histórica. De acordo com Lucchesi (2004b, p. 198-199), como a concepção estruturalista defendia a ideia de que as funções sociais da língua só poderiam ser desempenhadas a partir

de uma organização sistêmica unitária, homogênea e invariável, era necessário, então, dar uma explicação satisfatória para o fato, até então desconsiderado, de que língua funcionava perfeitamente mesmo estando em permanente processo de mudança. Diante desse paradoxo apresentado pelo modelo estrutural-funcionalista, a Sociolinguística propõe que a mudança e a variabilidade sejam integradas como objetos da análise linguística sistemática, pois não se pode analisar o funcionamento da língua numa comunidade heterogênea e plural ou até mesmo compreender o processo de organização estrutural da língua sem levar em consideração esses aspectos. Todavia, para se chegar a uma teoria da mudança linguística coerente com essa concepção de língua, era preciso, segundo Labov (2008 [1972], 192), definir se “existe uma direção geral para a evolução linguística, quais são os condicionantes universais da mudança linguística, quais as causas do surgimento contínuo de novas mudanças linguísticas, por meio de quais mecanismos as mudanças ocorrem e [se] existe uma função adaptativa na evolução linguística”. Na busca por equacionar essas questões, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 121-125) sistematizam e apresentam possíveis soluções para os chamados *cinco problemas da mudança linguística*, através dos quais é possível, segundo Lucchesi (2004b, p. 173), “não apenas reconhecer os pontos em que a explicação sociolinguística da mudança supera a explicação estrutural-funcionalista, como também as características destas que se perpetuam naquela”.

De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 121), o primeiro problema que envolve os estudos empíricos acerca da mudança linguística é o *problema das restrições* ou *problema dos fatores condicionantes*, visto que uma teoria da mudança linguística deve, necessariamente, determinar as mudanças possíveis e as condições das mudanças possíveis. Isso significa dizer, usando as palavras de Tarallo (2007[1982], p. 73), que é imprescindível saber “quais são os fatores gerais efetivos para a mudança – se é que existem – que determinam e distinguem possíveis mudanças de mudanças impossíveis do sistema e que, ao mesmo tempo, apontam direções de mudança”. Todavia, embora haja, de fato, a necessidade de definir quais as condições que favorecem ou restringem as mudanças linguísticas a fim de estabelecer uma tipologia das mudanças relacionada a tendências gerais observadas nos processos de mudança, é preciso estar atento à maneira como a questão é conduzida, já que, segundo afirma Lucchesi (2004b, p. 173), a ideia de que as mudanças linguísticas obedecem a princípios gerais ou universais “pode conduzir a perigosos equívocos e desvios, incompatíveis com a orientação histórica da abordagem da mudança”. Não é à toa,

portanto, que Labov (2008 [1972], 192), reconhecendo tais equívocos explícitos em Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), tenha optado por fundir esse problema com o do encaixamento.

O segundo problema que envolve os estudos empíricos acerca da mudança linguística é o *problema da transição*, por meio do qual, de acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 122), é possível observar o percurso da mudança em progresso, a partir da identificação dos estágios intervenientes do processo de mudança da estrutura A para a estrutura B, apontando, nas palavras de Tarallo (2007 [1982], p. 73), a necessidade de se saber “como e por quais caminhos a língua muda”. O que se pretende, então, é “encontrar o caminho pelo qual um estágio de uma mudança linguística evolui a partir de um estágio anterior, traçando o maior número de estágios intermediários, de modo a conservar somente uma das principais alternativas” (LABOV, 2008 [1972], p. 193). Contudo, mesmo sendo necessário definir e analisar o percurso através do qual cada mudança se realiza, a questão fundamental aqui, de acordo com Lucchesi (2004b, p. 174), é não perder de vista que, ao contrário da superada concepção estruturalista, a mudança linguística não se processa, na ótica da Sociolinguística, por estágios discretos, mas através de um *continuum* ininterrupto de variação e mudança, apontando, assim, para uma igualmente necessária análise do percurso da mudança linguística na estrutura social, o qual pode ser melhor compreendido, segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 122), a partir de um sistêmico das sucessivas gerações que compõem uma comunidade de fala, já que “a transferência parece ocorrer entre grupos de pares de faixas etárias levemente diferentes”.

O terceiro problema que envolve os estudos empíricos acerca da mudança linguística é o *problema do encaixamento*, por meio do qual se observa, de acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 122-123), como uma mudança pode ser encaixada na estrutura linguística e na estrutura social ou, em outras palavras, “como uma determinada mudança se encaixa no sistema circundante de relações sociais e linguísticas” (TARALLO, 2007 [1982], p. 73). Contudo, apesar de tal pensamento estar amparado, em boa medida, na máxima estruturalista de que só se pode compreender uma mudança linguística levando em conta seu encaixamento no sistema linguístico como um todo, é necessário ainda, de acordo com Lucchesi (2004b, p. 175), resolver questões relativas à natureza do encaixamento, ou seja, “ao modo de conceber a mudança linguística e, conseqüentemente, ao modo de conceber a própria estrutura linguística”, bem como questões relativas à extensão do encaixamento, ou seja, o

encaixamento “deve ser confinado ao plano das relações internas ao sistema linguístico, ou o encaixamento de ser estendido ao plano da interação desse sistema com a estrutura social da comunidade de fala”. Pela ótica da Sociolinguística, segundo Labov (2008 [1972], p. 193), “o principal caminho para a solução está na descoberta das correlações entre elementos do sistema linguístico e entre esses elementos e o sistema não-linguístico de comportamento social”, visto que, conforme já defendiam “a estrutura linguística mutante está ela mesma encaixada no contexto mais amplo da comunidade de fala, de tal modo que variações sociais e geográficas são elementos intrínsecos da estrutura”.

O quarto problema que envolve os estudos empíricos acerca da mudança linguística é o *problema da avaliação*, o qual conduz a uma necessária reflexão sobre o papel do indivíduo frente à mudança linguística e frente à própria língua, procurando correlacionar, segundo Labov (2008 [1972], p. 193), “as atitudes e aspirações gerais dos informantes com seu comportamento linguístico”. Pode-se dizer, então, usando as palavras de Tarallo (2007 [1982], p. 73), que é necessário saber “como os membros de uma determinada comunidade linguística avaliam a mudança e, em especial, quais são os efeitos dessa avaliação sobre o processo da mudança em si”. A respeito dessa questão, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 124) afirmam que, ao contrário do princípio saussuriano que preconiza a passividade do indivíduo frente ao processo de estruturação da língua, a Sociolinguística considera que “o nível de consciência social é uma importante propriedade da mudança linguística, e [...] a investigação destes correlatos [subjativos da mudança] aprofunda nosso entendimento dos modos como a categorização discreta é imposta ao processo contínuo de mudança”. Assim é possível concluir, conforme atesta Lucchesi (2004b, p. 177-178), que “o processo histórico de estruturação das línguas passa de forma decisiva pelo plano das reações individuais conscientes em relação à mudança linguística, e tal reação subjetiva dos falantes pode alterar o curso de uma mudança ou mesmo fazer retroagir tal processo”.

Por fim, o quinto problema que envolve os estudos empíricos acerca da mudança linguística é o *problema da implementação*, através do qual se procura investigar os motivos pelos quais uma determinada mudança se instaurou em um determinado momento e em determinado lugar, ou, nas palavras de Tarallo (2007 [1982], p. 74), “por que, como e onde determinada mudança ocorreu”. Embora exista, em virtude dos muitos fatores que a influenciam, uma inegável dificuldade para se ter maior nitidez quanto ao processo de implementação da mudança linguística, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 124)

afirmam que é preciso “[...] examinar tantos casos quanto pudermos em todo pormenor para responder os problemas levantados acima e reunir tais respostas numa visão abrangente do processo de mudança”. Segundo Labov (2008 [1972], p. 152), a implementação do processo de mudança linguística passaria, necessariamente, por três estágios: *origem* (quando uma forma alternativa é aprendida e passa a ser empregada por um pequeno grupo de pessoas); *propagação* (quando a forma antiga e a forma inovadora passam a contrastar na interação social); e *término* (quando uma das formas em contraste, por motivações estruturais e sociais, é suplantada pela outra). Cabe ressaltar, porém, que essa questão, no que tange à discussão teórica, parece gerar um conflito acerca do próprio objeto de estudo da linguística, visto que, de acordo com Lucchesi (2004b, p. 179), a Sociolinguística “concebe o objeto da linguística como uma organização complexa de mecanismos de causa e efeito, que envolve fatores sociais e linguísticos, [...] identificando a explicação da mudança linguística à descrição dos mecanismos de implementação”, o que evidentemente não se ajusta à concepção estruturalista, apontando a necessidade de compreender o objeto de estudo da linguística como um construto que associa o processo de estruturação da língua à realidade sócio-histórica em que esse processo se integra.

Depois de trazer à tona esses problemas e de refletir sobre as possíveis soluções a serem propostas por uma teoria da mudança linguística que possibilite a superação da, por vezes incoerente, explicação estrutural-funcionalista, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 125-126) apresentaram sete princípios gerais para o estudo da mudança linguística, os quais, na verdade, sintetizam os principais postulados teóricos da mudança linguística à luz da Sociolinguística. O *primeiro princípio* parte da ideia de que a mudança linguística se inicia quando a generalização de uma dada alternância em um certo subgrupo da comunidade de fala assume o caráter de diferenciação ordenada e não de deriva aleatória. O *segundo princípio* atesta que, ao contrário da ilusória homogeneidade defendida no modelo estrutural-funcionalista, a estrutura linguística, por ser constituída de uma diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos que governam a variação na comunidade de fala, é inegavelmente heterogênea, sendo, então, o domínio de uma língua materna diretamente relacionado ao controle dessas estruturas heterogêneas. O *terceiro princípio*, por sua vez, traz a ressalva de que, embora toda mudança linguística implique necessariamente variabilidade e heterogeneidade, isso não significa que toda variabilidade e heterogeneidade implica mudança linguística, sendo perfeitamente possível a existência de processos de variação no uso da

língua que não conduzam obrigatoriamente a uma mudança. O *quarto princípio* afirma que a generalização da mudança linguística através da estrutura linguística não é nem uniforme nem instantânea, correlacionando-se a outras mudanças ocorridas ao longo do tempo e tendo seus reflexos difundidos em diferentes áreas do espaço geográfico. Já o *quinto princípio* atesta que, como as estruturas variáveis contidas na língua são determinadas por funções sociais, a mudança linguística ocorre, de fato, na gramática da comunidade de fala e não na gramática individual do falante, visto que os idioletos não oferecem a base para gramáticas autônomas ou internamente consistentes. A partir dessa perspectiva, o *sexto princípio* defende que a mudança linguística é transmitida dentro da comunidade como um todo, não estando confinada a etapas discretas dentro da família, pois toda e qualquer descontinuidade encontrada na mudança, muito mais do que um mero produto das diferenças geracionais observadas no ambiente familiar, resulta de descontinuidades específicas observadas dentro da comunidade de fala. Por último, o *sétimo princípio*, amparando-se nos demais, afirma que fatores linguísticos e sociais encontram-se intimamente relacionados no desenvolvimento da mudança linguística, não sendo descrever as regularidades que podem ser observadas nos estudos empíricos do comportamento linguístico possível a partir de explicações que considerem apenas fatores linguístico ou apenas fatores sociais.

Com esses princípios, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) demonstraram que, ao considerar variação e mudança como partes integrantes de um sistema linguístico caracterizado pela heterogeneidade, estava resolvida a oposição paradoxal entre estrutura e mudança que o modelo estrutural-funcionalista não dava conta de resolver, uma vez que se comprovava empiricamente que a língua funciona perfeitamente mesmo estando em permanente processo de mudança. Partindo, então, dessa fundamentação empírica, passou-se a compreender que o desenvolvimento histórico de uma língua se dá a partir do processo contínuo de variação e mudança que ocorre no interior de um sistema linguístico heterogêneo inserido no contexto social, histórico e cultural da comunidade de fala, a qual, ao contrário do que afirmavam os pressupostos estruturais-funcionalistas, é atingida de maneira gradual e diversificada pela mudança linguística, em virtude da complexa trajetória que esse processo pode percorrer dentro da estrutura social. Não é à toa, portanto, que a Sociolinguística defende que, para além da influência de elementos intrínsecos ao sistema linguístico, a mudança linguística é determinada, em grande medida, pelas relações sociais, políticas e ideológicas que se estabelecem no interior da comunidade de fala, conforme sentenciou Labov (2008

[1972], p. 21) ao afirmar que “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre” ou, nas palavras de Lucchesi (2004b, p. 185), “qualquer estudo que pretenda explicar um processo de mudança deverá considerar tanto o encaixamento da mudança na estrutura linguística, quanto na estrutura social”.

3.2 TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR

3.2.1 Uma visão panorâmica do conceito de transmissão linguística irregular

O conceito da Transmissão Linguística Irregular (BAXTER; LUCCHESI, 1997; LUCCHESI, 1999, 2003 e 2006; e LUCCHESI; BAXTER, 2006 e 2009), já bem explorado na seção 1.1.1, abrange os processos históricos de contato maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente distintas, entre os séculos XVI e XIX, tendo em comum o fato de os falantes das línguas do grupo dominado – em sua maioria adultos – serem forçados a adquirir a língua do grupo dominante em condições bastante adversas de aprendizado, formando variedades de segunda língua que servem de modelo para aquisição da língua materna das novas gerações de falantes, já que o grupo dominado acaba, via de regra, abandonando sua língua nativa. É importante ressaltar, porém, que tais processos podem resultar na formação de uma língua crioula, quando a transmissão linguística irregular é mais intensa, ou propiciar, quando a transmissão linguística irregular é menos intensa ou de tipo leve, o surgimento apenas de uma nova variedade da língua do grupo dominante, apresentando, é claro, marcas de variação e mudança linguística induzidas pelo contato entre línguas.

De acordo com Lucchesi e Baxter (2009), nas situações em que a transmissão linguística irregular é mais intensa, a necessidade de aquisição por falantes adultos de uma segunda língua, usada como um código de emergência em virtude de relações comerciais ou de sujeição, ocasiona uma considerável redução em sua estrutura gramatical, devido à dificuldade de acesso aos modelos da língua alvo, à impossibilidade de utilização dos dispositivos inatos comuns num processo de aquisição de língua materna ou à ausência de uma norma ideal que oriente e restrinja o processo de aquisição da língua alvo. Com isso, a intensa erosão ou simplificação gramatical da língua alvo acaba eliminando boa parte do seu aparato gramatical (senão todo ele) ainda no início do contato linguístico, comprometendo

marcações morfológicas das categorias gramaticais de caso, número, gênero, pessoa, tempo, modo e aspecto e das relações sintáticas de regência, concordância, coordenação e subordinação, bem como dos processos de ligação anafórica e de movimento no âmbito da sentença. Mais tarde, porém, há uma reestruturação gramatical da língua crioula que se formou, através das crianças que passarão a adquiri-la como língua materna, apresentando, segundo Lucchesi e Baxter (2009, p 112), as seguintes características estruturais:

- a) focalização do constituinte através do seu deslocamento para o início da oração;
- b) sistema de artigos baseado na distinção entre os níveis de referencialidade ‘específico/não-específico’, marcados, respectivamente pela presença/ausência do artigo;
- c) sistema analítico, em que partículas independentes marcam as categorias verbais de tempo, modo e aspecto;
- d) orações relativas com cópia pronominal;
- e) estruturas de negação dupla;
- f) uso de um mesmo verbo para indicar ‘posse’ e ‘existência’;
- g) ausência de cópula em predicados que envolvem adjetivos;
- h) uso de adjetivos que funcionam como verbos;
- i) ordem invariável para as orações afirmativas, imperativas e interrogativas;
- j) forma bimorfêmica analítica assumida pelas palavras interrogativas; e
- k) escassez de construções passivas.

Por outro lado, nas situações em que a transmissão linguística irregular é menos intensa ou de tipo leve – como ocorreu em território brasileiro –, Lucchesi e Baxter (2009) ressaltam que, embora o processo de aquisição de uma segunda língua por adultos em condições sociais adversas também ocasione uma considerável redução na estrutura gramatical da língua alvo, os falantes envolvidos na formação da nova variedade linguística têm acesso, em maior ou menor grau, aos modelos gramaticais da língua alvo, o que acaba estabelecendo um ideal normativo à medida que as formas da língua alvo passam a ter um maior prestígio social. Isso favorece a suplantação dos processos de transferências de substrato ou mesmo de reestruturação original da gramática pelos modelos da língua do grupo dominante, o que acaba gerando apenas uma nova variedade da língua alvo. O que acontece, então, é uma menor intensidade da erosão gramatical que se dá no início do contato

linguístico e, conseqüentemente, uma menor necessidade de recomposição das estruturas gramaticais no momento da socialização/nativização da nova variedade linguística que se formou. Ressalta-se, porém, que, apesar da pouca intensidade, a erosão gramatical ocorrida no processo de transmissão linguística irregular de tipo leve acarreta, se não a eliminação total, um amplo processo de variação no uso dos elementos que costumam ser afetados nas situações de contato maciço entre línguas, tais como a morfologia verbal de pessoa e número, a concordância nominal de gênero e número e a flexão de caso dos pronomes pessoais. Essa nova variedade da língua alvo apresenta, segundo Lucchesi e Baxter (2006, p 195), as seguintes características estruturais:

- a) eliminação de certos dispositivos gramaticais mais abstratos e de uso restrito da língua alvo;
- b) recomposição da estrutura gramatical da língua alvo, eliminando a variação ou reduzindo-a a uma pequena escala;
- c) manutenção da variação no esquema presença/ausência do dispositivo gramatical da língua alvo;
- d) alteração nas frequências de uso relativamente à marcação de determinados parâmetros sintáticos;
- e) manutenção da variação no uso do dispositivo gramatical dentro de um esquema de variável ternária – com a variante da língua alvo, uma variante oriunda de um processo original de reestruturação da gramática e a variante zero.

Contudo, de acordo com Roberts (1999), assim como ocorre em qualquer processo de aquisição de segunda língua, a variedade linguística formada pelo processo de transmissão linguística irregular de tipo leve sofre, durante a socialização/nativização, a eliminação dos elementos gramaticais sem valor referencial, com menor funcionalidade comunicativa e com carga semântica mais tênue ou menos transparente, preferencialmente aqueles que sejam distintos dos que aparecem na língua nativa dos falantes ou aqueles que estejam ausentes nela. Por essa ótica, os morfemas gramaticais livres, como é o caso dos clíticos, passaram a ser alvo de profundas variações na nova variedade da língua portuguesa gerada pelo processo de transmissão linguística irregular de tipo leve ocorrido no Brasil durante os primeiros séculos de colonização.

3.2.2 A difusão dos efeitos da transmissão linguística irregular de tipo leve no Brasil

Como já fora dito anteriormente (cf. seção 1.2.1), o Brasil vivenciou, durante os primeiros séculos de sua colonização, uma diglossia, com a oposição entre a língua dos colonizadores, o português, e as centenas de línguas indígenas e africanas dos povos subjugados, às quais se agregaram as línguas gerais indígenas, línguas francas africanas, eventuais variedades pidginizadas e crioulizadas de português, além das variedades de português faladas por africanos escravizados e índios aculturados, que iam se convertendo em língua materna de seus descendentes, em um processo de transmissão linguística irregular. Com o passar dos séculos, foi ocorrendo um violento processo de homogeneização linguística, com a imposição do português aos segmentos dominados. Porém, o fosso linguístico sempre se manteve, porque, segundo Lucchesi (2002), enquanto os pouquíssimos representantes da elite colonial, concentrada nas poucas cidades litorâneas, decalcavam o padrão linguístico lusitano, a maioria da população brasileira (índios, negros e mestiços), que estava espalhada pelo interior do país, não tinha qualquer contato com a variedade padrão da língua portuguesa e era obrigada a adquirir, em condições sociais precárias, o português como segunda língua.

Um cenário como esse acabou por gerar as condições propícias à ocorrência de transmissão linguística irregular de tipo leve, já que essa aquisição precária de uma segunda língua por uma coletividade de falantes adultos, sem instrutores ou escolas, e sua posterior socialização e nativização nessa coletividade, se não ocasionaram o surgimento de uma língua crioula, deram vazão a uma nova variedade da língua portuguesa, da qual se manteve quase todo o arcabouço estrutural, modificado somente pela profunda variação no uso dos elementos gramaticais sem valor referencial. De acordo com Mattos e Silva (2004), foi esse português precariamente adquirido que teria se generalizado em todo o território brasileiro através dos africanos e seus descendentes, uma vez que, mapeando o percurso geográfico desse grupo populacional entre os séculos XVI e XIX, constatou-se que eles sempre foram a maioria da população brasileira e transitaram pelas mais diversas regiões do país como mão-de-obra em vários ciclos econômicos durante todo esse período, caracterizando-se como os principais difusores do que hoje chamamos português popular brasileiro.

Contudo, Lucchesi (2003), refletindo sobre a difusão das características típicas do nosso português, defende a ideia de que os efeitos do processo de transmissão linguística

irregular de tipo leve que originou o português brasileiro não atingem com a mesma intensidade todas as variedades populares da nossa língua. Segundo ele, quanto mais a comunidade de fala estiver geograficamente distante de algum centro urbano, mais afetada pelos efeitos da transmissão linguística irregular de tipo leve ocorrida nos primeiros séculos de colonização, ao passo que, quanto mais a comunidade de fala estiver geograficamente próxima de algum centro urbano, menos afetada por tais efeitos, visto que um maior acesso a padrões linguísticos urbanos significaria também uma maior reconstrução dos elementos gramaticais perdidos durante a formação daquela variedade linguística. Dessa forma, é possível sintetizar, em ordem decrescente de intensidade, esse processo de propagação através do seguinte *continuum* de variedades populares do português brasileiro: português rural afro-brasileiro > português popular rural > português popular dos pequenos centros urbanos > português popular dos centros urbanos maiores. Isso quer dizer, em outras palavras, que os efeitos da transmissão linguística irregular de tipo leve atingiriam com mais intensidade comunidades rurais afro-brasileiras, com um pouco menos de intensidade comunidades rurais não-marcadas etnicamente, com menos intensidade ainda pequenas cidades interioranas e, finalmente, com uma intensidade muitíssimo menor as grandes cidades.

3.3 A METODOLOGIA UTILIZADA

3.3.1 Sobre o *corpus* da pesquisa

3.3.1.1 Um breve relato histórico acerca dos municípios pesquisados

O município de Poções, localizado na região sudoeste da Bahia, tem sua origem relacionada a incursões dos bandeirantes em busca de ouro e outros metais preciosos por volta de 1732. Mais tarde, com a necessidade de fixação no local e aproveitamento do solo, foram surgindo na região diversas fazendas, onde eram praticados a agricultura de subsistência, a pecuária e o plantio do algodão. Em virtude das constantes incursões na região, as povoações surgidas ao longo do caminho percorrido pelos bandeirantes foram adquirindo, aos poucos, ares de urbanização, dando origem a algumas vilas e cidades. Historiadores, no entanto, afirmam que, antes mesmo da chegada dos europeus, os primeiros habitantes da região foram os índios mongóis (uma ramificação dos camacãs, do grupo Gê),

havendo também registros esparsos da presença de escravos vindos de Angola e Moçambique, além de negros nascidos no Brasil.

O município de Santo Antônio de Jesus, localizado no recôncavo baiano, tem sua origem relacionada ao desbravamento empreendido pelos colonizadores Pero Carneiro e D. Álvaro da Costa entre os séculos XVII e XVIII. A região, que era habitada inicialmente por índios descendentes de Pedra Branca, tinha terras férteis, matas ricas em madeira de lei e abundância de recursos pluviais, propícios à plantação de cana-de-açúcar e à formação de pequenos engenhos. O primeiro povoado do município surgiu a partir da construção de oratório consagrado a Santo Antônio de Jesus nas terras do padre Mateus Vieira de Azevedo. Em 1777, o oratório foi transformado em capela e, em 1852, foi elevada à categoria de Igreja Matriz, em torno da qual surgiram os primeiros arruamentos que deram origem ao município. Segundo registros históricos, Santo Antônio de Jesus já contava, em 1875, com 9.654 habitantes, sendo que 4.000 deles eram escravos e 3.000 eram estrangeiros.

Maior município do interior da Bahia, Feira de Santana está localizada no semi-árido baiano e tem sua origem relacionada à fazenda Santana dos Olhos D'água. Pertencente ao casal português Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa, a fazenda ponto de parada para tropeiros e viajantes que, durante século XVIII, passavam pela “estrada das boiadas” a caminho de Cachoeira, Santo Amaro e Salvador, e saciavam sua sede na conhecida fonte dos olhos d'água. Alguns anos mais tarde, seus donos, como eram católicos fervorosos, construíram uma capela em louvor a Nossa Senhora de Santana e São Domingos, tornando o lugar ainda mais movimentado, propiciando o surgimento de uma feirinha e, conseqüentemente, atraindo gente para fixar moradia. Em 09 de maio de 1833, o povoado de Santana dos Olhos D'Água foi desmembrado do território de Cachoeira e tornou-se oficialmente a Vila do Arraial de Feira de Sant'Anna, sendo elevada à categoria de cidade em 16 de junho de 1873 com o nome de Comercial Cidade de Feira de Sant'Anna. Até meados do século XX, a cidade vivia do comércio, da agricultura e da pecuária, mas o aumento significativo da população, o desenvolvimento dos transportes e a dificuldade de importação de vários tipos de produtos em virtude da Segunda Guerra Mundial fomentaram, a partir da década de 1970, o desenvolvimento industrial da cidade com a criação do Centro das Indústrias de Feira de Santana e do Centro Industrial Subaé. Essa nova realidade socioeconômica da cidade atraiu, no final do século XX, ainda mais migrantes de várias

regiões e gerou um grande êxodo rural que acabou concentrando mais de 80% da população feirense na zona urbana.

3.3.1.2 A constituição do *corpus* pesquisado

O *corpus* do Português Popular do Interior do Estado da Bahia, utilizado na presente pesquisa, é composto por 84 entrevistas sociolinguísticas com informantes pouco escolarizados ou sem escolarização, localizados na zona rural ou na sede dos municípios de Poções, Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 3: *Corpus* do Português Popular do Interior do Estado da Bahia

MUNICÍPIO	ZONA RURAL	SEDE DO MUNICÍPIO	TOTAL
Poções	12	12	24
Santo Antônio de Jesus	12	12	24
Feira de Santana	12	24	36
TOTAL	36	48	84

Em virtude de o *corpus* ser oriundo do banco de dados do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia⁹, não foi necessário realizar a pesquisa de campo para a gravação das entrevistas nem a posterior transcrição das mesmas, uma vez que tais etapas já haviam sido realizadas anteriormente por outros pesquisadores vinculados ao referido Projeto. Ainda assim, cabe ressaltar que todas as entrevistas que compõem o *corpus* foram ouvidas novamente e as transcrições foram revisadas cuidadosamente, a fim de conferir uma maior credibilidade à pesquisa aqui apresentada.

É importante mencionar, ainda, que as entrevistas sociolinguísticas utilizadas para coletar as amostras de fala das comunidades que compõem o *corpus* são de,

⁹ O Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, coordenado pelo Prof. Dr. Dante Lucchesi, na Universidade Federal da Bahia, vem realizando, desde 1992, uma ampla pesquisa de campo para recolher amostras de fala junto a comunidades rurais afro-brasileiras isoladas e outras comunidades rurais não marcadas etnicamente, com o objetivo de construir uma sólida base empírica para análises linguísticas que possam revelar o efeito das mudanças linguísticas induzidas pelo contato entre línguas na formação do português brasileiro. É possível encontrar mais informações sobre o projeto em sua página na internet: <www.vertentes.ufba.br>.

aproximadamente, 50 minutos e têm um caráter informal, sendo conduzidas pelo documentador, de modo a assemelhar-se a uma conversa espontânea, sem perguntas e respostas pré-definidas, procurando, com isso, minimizar ao máximo o chamado *paradoxo do observador* (LABOV, 2008 [1972]), segundo o qual a simples presença do documentador, que é estranho àquele ambiente, acaba por inibir ou interferir naturalmente na fala do informante. Por conta disso, as entrevistas buscam versar sobre temas do completo domínio do informante, como as histórias de sua juventude e de sua família, suas experiências de trabalho, os costumes da comunidade, dentre outros, com o intuito de deixá-lo o mais à vontade possível para utilizar as formas linguísticas características de sua fala. Todas as entrevistas que compõem o *corpus* foram transcritas e revisadas, utilizando, para tanto, a *chave de transcrição*¹⁰ do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, e serviram de base – juntamente com o áudio das entrevistas (também constantes do acervo do referido projeto) – para a realização desta pesquisa.

Os 84 informantes que compõem o *corpus* foram agrupados por sexo e por faixa etária (cf. *Caracterização do corpus* apresentada no Anexo B), possibilitando, assim, uma análise de mudança em curso por meio do *tempo aparente*. Como a pesquisa que aqui se apresenta credita a informantes com pouco ou nenhum acesso à norma padrão da língua (veiculada por meio do processo de escolarização) a manutenção das marcas mais evidentes da influência pretérita do contato entre línguas na formação da realidade linguística das comunidades de fala analisadas, optou-se por selecionar para compor o *corpus* apenas informantes sem escolarização ou com pouca escolarização (os que tiveram acesso à educação formal por, no máximo, quatro anos). Cabe ressaltar, ainda, que se observou o tempo de estada dos informantes fora da comunidade, a fim de se perceber a influência dos padrões linguísticos urbanos na fala de alguns deles, principalmente daqueles que se ausentaram da comunidade por mais de seis meses.

¹⁰ Elaborada pelo Prof. Dr. Dante Lucchesi para definir com maior clareza o que deveria ou não ser marcado durante a transcrição, a chave de transcrição utilizada nesta pesquisa é a mesma utilizada por outros pesquisadores do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, para que possa haver uniformidade entre as transcrições no tocante aos aspectos linguísticos que são interessantes aos objetivos do projeto.

3.3.2 Sobre a variável dependente

Para esta pesquisa, haviam sido inicialmente escolhidas duas variáveis dependentes: realização do clítico dito reflexivo e marca de pessoa no clítico dito reflexivo. Contudo, a segunda variável dependente foi retirada análise quantitativa aqui apresentada, por não se mostrar um fenômeno de variação estruturada que justificasse uma análise.

No que tange à variável **realização do clítico dito reflexivo**, analisou-se a ocorrência de três variantes: *não-realização*, como no exemplo em (177); *realização*, como no exemplo em (178); e *dupla realização*, como no exemplo em (179).

(177) *Maria \emptyset levantou do sofá*

(178) *Ela **se** cortou com a tesoura*

(179) *Eu **me** incomodei-**me** com os gritos*

Retirada desta pesquisa, a variável **marca de pessoa no clítico dito reflexivo**, pretendia analisar a ocorrência de duas variantes: [+ *pessoa*], como no exemplo em (180a) e (180c); e [- *pessoa*], como no exemplo em (180b) e (180d), desconsiderando as ocorrências com *ele(a)(s)*, *você(s)* e *a gente*, bem como ocorrências em que não houve realização do clítico, como nos exemplos em (181), uma vez que não seria possível perceber, de fato, se há ou não marca de pessoa no clítico dito reflexivo em circunstâncias como essas.

(180) a. *Eu **me** senti mal*

b. *Eu **se** senti mal*

c. *Nós **nos** abraçamos*

d. *Nós **se** abraçamos*

(181) a. *Ele **se** sentiu mal*

b. *Você **se** sentiu mal*

c. *A gente **se** sentiu mal*

d. *Ana \emptyset sentiu mal*

Cabe ressaltar, porém, que uma possível análise quantitativa acerca dessa variável dependente foi inviabilizada, por um lado, pelo fato de uma de suas variantes se configurar

uma regra semicategórica – com frequência superior a 95% – e, por outro lado, pela falta de equilíbrio entre a concentração da variação e a quantidade de ocorrências no que se refere às duas principais pessoas do discurso em que pode ocorrer esse tipo de variação (cf. seção 4.1).

3.3.3 Sobre as variáveis explanatórias

Para uma compreensão mais ampla acerca do fenômeno de variação estruturada estudado nesta pesquisa, foram elencadas diversas variáveis explanatórias (linguísticas e sociais) que poderiam se encaixar como condicionantes da variável dependente em questão, já que poderiam influenciar na predominância de uma variante sobre outra. No que tange ao condicionamento linguístico¹¹, foram observados fatores como *tipologia do clítico*, *papel temático do sujeito*, *animacidade do sujeito*, *tipo do sujeito*, *pessoa do discurso*, *tempo e modo do verbo a que se liga o clítico*, *marca de pessoa e número no verbo*, *concordância verbo-sujeito* e *efeito de gatilho*. Por sua vez, no que tange ao condicionamento social, foram observados fatores como *escolaridade*, *faixa etária*, *sexo*, *município de origem*, *localidade do informante* e *estada fora da localidade*.

3.3.3.1 Variáveis Linguísticas

Na perspectiva assumida por este trabalho, o condicionamento linguístico da variável dependente em questão está diretamente relacionado ao tipo de clítico que figura – ou deixa de figurar – nas estruturas consideradas reflexivas, conduzindo à adoção, conforme se observa na seção 2.4, de uma detalhada taxionomia dos clíticos ditos reflexivos, da qual foram retiradas as nove variantes que compõem a variável explanatória *tipologia do clítico*: clítico reflexivo – como em (182a) –, clítico recíproco – como em (182b) –, clítico passivo – como em (182c) –, clítico ergativo – como em (182d) –, clítico inacusativo – como em (182e) –, clítico oblíquo – como em (182f) –, clítico inerente – como em (182g) –, clítico expletivo – como em (182h).

¹¹ A variável explanatória *posição do pronome em relação ao verbo*, que consta da Chave de Codificação (cf. Apêndice A), foi desconsiderada por não ter qualquer relação com a variável dependente *realização do clítico dito reflexivo*, havendo sido elencada, na verdade, como um possível fator condicionante da variável dependente *marca de pessoa no clítico dito reflexivo*, retirada da análise aqui apresentada.

- (182) a. *Judas se enforcou*
 b. *Os noivos se beijaram*
 c. *Eu me feri com a tesoura*
 d. *A vidraça se partiu*
 e. *Eu me sentei ali*
 f. *Você não se esqueceu de mim*
 g. *Beatriz simplesmente se apaixonou*
 h. *Eu vou-me embora amanhã*

A hipótese defendida em relação à variável explanatória *tipologia do clítico* foi a de que a realização do clítico dito reflexivo estaria associada a aspectos semânticos ou, em alguns casos, léxico-formais, sendo favorecida pelos clíticos que possuísem mais valor informacional ou que fizessem parte da especificação lexical do verbo e desfavorecida pelos clíticos que possuísem menos valor informacional ou que não fizessem parte da especificação lexical do verbo. Assim, com base na taxionomia adotada e conjugando os dois aspectos envolvidos na realização do clítico dito reflexivo, estabeleceu-se um *continuum* que, em ordem decrescente, apresentava a propensão dos clíticos à realização: clítico reflexivo > clítico recíproco > clítico inerente > clítico oblíquo > clítico ergativo > clítico inacusativo > clítico passivo > clítico expletivo.

Também importante para o condicionamento linguístico da variável dependente, a variável explanatória *papel temático do sujeito*, composta pelas variantes agente – como em (183) –, paciente – como em (184) – e experienciador – como em (185) –, associa a realização do clítico dito reflexivo a uma determinada compreensão semântica da estrutura frasal, sendo defendida a hipótese defendida de que a presença de um sujeito com papel temático de paciente favoreceria a realização do clítico dito reflexivo, já que, em contextos como esse, a supressão do clítico modificaria a compreensão semântica da estrutura frasal, fazendo com que o sujeito fosse entendido como o agente da ação verbal, a exemplo de (186a), e não como o paciente, a exemplo de (186b).

- (183) ***Eu me casei** com dezessete anos*
 (184) ***Ana se machucou** com o martelo*
 (185) ***Eu me irritei** muito*

- (186) a. *Pedro feriu [alguém] na briga*
 b. *Pedro se feriu na briga*

Por sua vez, a variável explanatória *animacidade do sujeito*, composta pelas variantes [- animado], como em (187a); [+ animado / – humano], como em (187b); e [+ humano], como em (187c), associa a realização do clítico dito reflexivo a aspectos semânticos, sendo defendida a hipótese de que a presença de um sujeito sintático com traço de animacidade [+ humano] ou [+ animado / – humano] favoreceria a realização do clítico dito reflexivo, já que há uma compreensão semântica de que, em estruturas consideradas reflexivas, apenas animais ou seres humanos poderiam praticar ações sobre si mesmos, como ocorre em (187b) e (187c).

- (187) a. *A cadeira se partiu ao meio*
 b. *O gato se lambeu todo*
 c. *Ela se maquiou demoradamente*

Já a variável explanatória *tipo de sujeito*, composta pelas variantes sujeito nominal – como em (188a) –, sujeito pronominal explícito – como em (188b) – e sujeito pronominal implícito – como em (188c) –, associa a realização do clítico dito reflexivo a aspectos sintáticos, sendo defendida a hipótese de que a presença de um sujeito nominal ou pronominal explícito, como se observa nos exemplos em (188a) e (188b), favoreceria a realização do clítico dito reflexivo, já que, de acordo com o princípio da coesão estrutural (LUCCHESI, 2000; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009), construções que utilizem sujeito preenchido, seja por um nome ou por um pronome explícito, tenderiam a não ocultar o clítico nas estruturas consideradas reflexivas, por se tratar de regras da mesma gramática. Cabe ressaltar que o princípio da coesão estrutural se baseia no pressuposto de que, quando há um contexto de concorrência de gramáticas, o falante tende a utilizar simultaneamente regras de uma mesma gramática numa determinada porção da sentença.

- (188) a. *Os jogadores se ajoelharam*
 b. *Eu me lembrava de tudo*
 c. *Aposentei-me cedo*

Por outro lado, a variável explanatória *pessoa do discurso* – composta pelas variantes <P1>, como em (189a); <P2>, como em (189b); <P3>, como em (189c); <P4>, como em (189d); <P5>, como em (189e); e <P6>, como em (189f) – associa a realização do clítico dito reflexivo a aspectos formais e discursivos, sendo defendida a hipótese de que a realização do clítico dito reflexivo seria favorecida pela presença de qualquer pessoa do discurso diferente de <P3> e <P6>, visto que são consideradas por Benveniste (2005 [1963], p. 283) como “não-pessoas”, em virtude de não possuírem uma referência clara de pessoa e, por isso mesmo, poderem se combinar com qualquer referência de objeto.

(189) a. *Eu me cortei com a faca*

b. *Tu/Você te/se esqueceu do que pedi?*

c. *O professor se aproximou de mim*

d. *Nós nos lembramos daquele dia*

e. *Vocês se arrependerão disso!*

f. *As meninas se irritaram com meu atraso*

A variável explanatória *tempo e modo do verbo a que se liga o clítico* é composta pelas variantes presente do indicativo, como em (190a); pretérito perfeito do indicativo, como em (190b); pretérito imperfeito do indicativo, como em (190c); futuro do presente do indicativo, como em (190d); futuro do pretérito do indicativo, como em (190e); presente do subjuntivo, como em (191a); pretérito do subjuntivo, como em (191b); futuro do subjuntivo, como em (191c); imperativo, como em (192); gerúndio, como em (193a); infinitivo, como em (193b); e particípio, como em (193c). A hipótese defendida em relação à variável explanatória *tempo e modo do verbo a que se liga o clítico* é a de que verbos no subjuntivo e no imperativo, como se observa nos exemplos em (191) e (192), favoreceriam a realização do clítico dito reflexivo, uma vez que, de acordo como princípio da coesão estrutural (LUCCHESI, 2000; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009), as regras que regem o uso de tais tempos e modos verbais pertenceriam à mesma gramática das regras de uso do clítico em estruturas consideradas reflexivas.

- (190) a. *Aquele professor se **atrasa** todos os dias*
 b. *Eu me **cortei** gravemente*
 c. *Elas não se **lembravam** de mim*
 d. *João se **esquecerá** de tudo no dia seguinte*
 e. *Caso ninguém avisasse, Ana se **atrasaria** para a aula*
- (191) a. *Espero que ele não se **corra** demais*
 b. *Se eu me **levantasse** cedo, não estaria tão atrasado*
 c. *Quando meus filhos se **mudarem** de casa, sofri muito*
- (192) a. ***Levantem-se** imediatamente!*
 b. *Não se **esqueça de mim**, seu ingrato!*
- (193) a. *As meninas acabaram se **esquecendo** do recado*
 b. *Os trabalhadores começaram a se **aglomerar** na praça*
 c. *A mulher tinha se **sentido** mal durante a manifestação*

Outra variável explanatória elencada é a *marca de pessoa e número no verbo*, que é composta pelas variantes marca de 1ª pessoa do singular, como em (194a); marca de 1ª pessoa do plural, como em (194b); marca de 3ª pessoa do plural, como em (194c); e sem marca de pessoa e número, como em (195). Defende-se aqui a hipótese de que formas verbais com marcas de pessoa e número, especialmente as de 1ª pessoa do plural e de 3ª pessoa do plural, como se observa nos exemplos em (194b) e (194c), favoreceriam a realização do clítico dito reflexivo, ao passo que as formas verbais sem marca de pessoa e número, como se observa nos exemplos em (195), desfavoreceriam tal realização, pois é possível compreender que, segundo o princípio da coesão estrutural (LUCCHESI, 2000; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009), as regras de flexão número-pessoal do verbo pertenceriam à mesma gramática das regras de uso do clítico em estruturas consideradas reflexivas.

- (194) a. *Eu me **lembro/lembrei/lembrarei** do que você falou*
 b. *Nós nos **encontramos** ontem*
 c. *Elas se **animaram** com a ideia de viajar*

- (195) a. *Eu nunca me **levantava** cedo*
 b. *O professor se **lembra** de tudo*
 c. *A gente não se **via** há muito tempo*
 d. *Tu não se **machucou** não?*
 e. *Ele não se **cansa** de falar*
 f. *Vocês se **encontra** muito?*

A variável explanatória *concordância verbo-sujeito* é, por sua vez, composta pelas variantes [+ concordância], como se observa nos exemplos em (196), e [- concordância], como se observa nos exemplos em (197). Defende-se aqui a hipótese de que construções em que há concordância entre o verbo e o sujeito sintático favoreceriam a realização do clítico dito reflexivo, como ocorre em (196), uma vez que, de acordo com o princípio da coesão estrutural (LUCCHESI, 2000; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009), as regras de concordância verbal pertenceriam à mesma gramática das regras de uso do clítico em estruturas consideradas reflexivas.

- (196) a. *Durante o filme, nós nos **beijamos***
 b. *Os amigos se **abraçaram** felizes*

- (197) a. *Elas se **encontrou** na escola*
 b. *Nós se **alembra** de tudo*

Já a variável explanatória *efeito de gatilho*, composta pelas variantes resposta com estímulo positivo – como em (198) –, resposta com estímulo negativo – como em (199) – e resposta sem estímulo – como em (200), associa a realização do clítico dito reflexivo a aspectos discursivos. Para compreender melhor essa variável, é importante saber que resposta com estímulo positivo é quando o documentador faz uso um verbo com um clítico dito reflexivo na pergunta e, em seguida, o informante também se utiliza na resposta do mesmo verbo com o clítico. Resposta com estímulo negativo, por sua vez, é quando o documentador faz uso um verbo sem um clítico dito reflexivo na pergunta e, em seguida, o informante também se utiliza na resposta do mesmo verbo sem o clítico. Por outro lado, resposta sem estímulo é quando o documentador faz uso, na pergunta, de um verbo totalmente diferente do que o informante se utiliza na resposta. A hipótese defendida aqui é a de que a realização do

clítico dito reflexivo seria favorecida por contextos discursivos em que haja resposta com estímulo positivo e desfavorecida por contextos discursivos em que haja resposta com estímulo negativo.

(198) *DOC: Você se machucou?*

INF: Eu me machuquei.

(199) *DOC: Você Ø machucou?*

INF: Eu Ø machuquei.

(200) *DOC: O que aconteceu?*

INF: Eu Ø machuquei.

3.3.3.2 Variáveis Sociais

A variável explanatória *escolaridade*, composta pelas variantes “pouco escolarizado” e “sem escolarização”, permite observar as possíveis influências que o acesso à educação formal exerce na mitigação dos efeitos dos processos pretéritos de transmissão linguística irregular que teriam, de acordo com Souza (2011), dado origem, ainda nos primeiros séculos da colonização brasileira, a essa variação presente no português popular brasileiro acerca das estratégias de reflexivização. Defende-se aqui a hipótese de que os informantes pouco escolarizados, por terem um pouco mais de acesso a outros padrões linguísticos através da educação formal, tenderiam à realização do clítico dito reflexivo, ao passo que os informantes sem nenhuma escolarização, por não usufruírem desse acesso a outros padrões linguísticos proporcionados pela educação formal, tenderiam à não-realização do clítico dito reflexivo, evidenciando mais claramente os padrões linguísticos típicos de sua comunidade de fala.

Por sua vez, a variável explanatória *faixa etária*, composta pelas variantes Faixa I (25 a 35 anos), Faixa II (45 a 55 anos) e Faixa III (acima de 65 anos), permite observar se há um processo de mudança em curso (quando a variante inovadora predomina entre os informantes mais jovens) ou se há um processo de variação estável (quando a variante inovadora não predomina em nenhuma das faixas etárias), informações cruciais, segundo Labov (2008

[1972]), para um estudo em tempo aparente como este. Partindo do pressuposto de que a variação presente no português popular brasileiro acerca das estratégias de reflexivização teria, de acordo com Souza (2011), sido originada pela transmissão linguística irregular ocorrida nos primeiros séculos de colonização, a hipótese defendida aqui é a de que os informantes mais jovens, por terem mais acesso a outros padrões linguísticos – especialmente através dos meios de comunicação – e serem menos resistentes a influências linguísticas externas, tenderiam à realização do clítico dito reflexivo, ao passo que os informantes mais velhos, por não terem muito acesso a outros padrões linguísticos e serem mais resistentes a influências linguísticas externas, tenderiam à não-realização do clítico dito reflexivo.

Já a variável explanatória *sexo*, composta pelas variantes “masculino” e “feminino”, permite observar qual o comportamento linguístico de homens e mulheres em face à variação nas estratégias de reflexivização e como cada um deles contribui para os rumos de uma possível mudança em curso, a partir do acesso a outros padrões linguísticos que a estrutura social na qual estão inseridos lhes possibilita ou lhes nega. Defende-se aqui a hipótese de que, em virtude da organização social das comunidades de fala estudadas nesse trabalho, os homens tenderiam à realização do clítico dito reflexivo, já que costumam sair mais de sua comunidade de origem em busca de trabalho e, mesmo em suas comunidades de origem, transitam mais por outros espaços sociais para além do ambiente doméstico, tendo, assim, mais acesso a padrões linguísticos diferentes dos seus. As mulheres, por outro lado, tenderiam à não-realização do clítico dito reflexivo, visto que costumam sair menos de sua comunidade de origem em busca de trabalho e, em suas comunidades de origem, ficam mais restritas ao ambiente doméstico e/ou religioso, apresentando, em geral, uma maior resistência a influências linguísticas externas e preservando usos linguísticos mais primitivos.

No que diz respeito à variável explanatória *município de origem do informante*, composta pelas variantes “Poções”, “Santo Antônio de Jesus” e “Feira de Santana”, é possível observar, a depender de quantidade de habitantes e da proximidade geográfica com um grande centro urbano, o nível de acesso que os informantes oriundos desses municípios têm aos padrões linguísticos urbanos e, conseqüentemente, a usos linguísticos mais inovadores. Defende-se aqui a hipótese de que os informantes oriundos de municípios mais populosos e mais próximos dos grandes centros urbanos, em virtude do maior acesso aos padrões linguísticos urbanos, tenderiam à realização do clítico dito reflexivo, ao passo que os informantes oriundos de municípios menores e mais afastados dos grandes centros urbanos,

por conta do menor acesso aos padrões linguísticos urbanos, tenderiam à não-realização do clítico dito reflexivo, evidenciando que os efeitos da transmissão linguística irregular ocorrida no passado teriam atingido com mais intensidade as comunidades urbanas menores e mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Da mesma forma, a variável explanatória *localidade do informante*, composta pelas variantes “sede do município” e “zona rural”, permite observar que, independente do município de origem do informante, o nível de acesso aos padrões linguísticos urbanos e, conseqüentemente, a usos linguísticos mais inovadores pode ser diferente, a depender da sua localização num ambiente urbano ou num ambiente rural. A hipótese aqui defendida é a de que os informantes localizados na sede do município (ainda que em centros urbanos menores), por terem mais acesso aos padrões linguísticos urbanos, tenderiam à realização do clítico dito reflexivo, ao passo que os informantes localizados na zona rural, em virtude de um menor acesso aos padrões linguísticos urbanos, tenderiam à não-realização do clítico dito reflexivo, evidenciando um comportamento linguístico mais afetado pelos efeitos da transmissão linguística irregular pretérita que, de acordo com Souza (2011), teria ocasionando o surgimento desse processo de variação no português popular brasileiro.

Nessa perspectiva, a variável explanatória *estada fora da localidade*, composta pelas variantes “saiu por mais de seis meses” e “não se ausentou da localidade”, permite observar se o acesso a outros padrões linguísticos através do contato mais intenso com falantes de centros urbanos maiores contribui para a incorporação de usos linguísticos mais inovadores. A hipótese aqui defendida é a de que os informantes que estiveram fora da localidade por mais de seis meses, em virtude do contato mais intenso com outros padrões linguísticos, tenderiam à realização do clítico dito reflexivo, ao passo que os informantes que não se ausentaram da localidade, por conta de não terem esse mesmo contato com padrões linguísticos diferentes dos de sua comunidade de fala, tenderiam à não-realização do clítico dito reflexivo, demonstrando que os efeitos da transmissão linguística irregular pretérita, responsável, de acordo com Souza (2011), pela origem desse processo de variação no português popular brasileiro, ainda norteiam seu comportamento linguístico.

3.3.4 Sobre o tratamento dos dados

A partir das entrevistas já transcritas, foi realizado um exaustivo trabalho de levantamento das ocorrências dos clíticos ditos reflexivos (realizados ou não) em todos os 84 inquiridos que compõem o *corpus*, os quais foram ouvidos novamente, de maneira cuidadosa, com o intuito de assegurar o caráter fidedigno dos dados que formam a base empírica da análise apresentada neste trabalho. Realizou-se, posteriormente, a codificação desses dados, analisando-os a partir das variáveis explanatórias – linguísticas e sociais – elencadas como possíveis fatores condicionantes da variável dependente em questão (cf. seção 3.3.3), sendo atribuído para cada variante de cada variável explanatória um valor em forma de código em cada ocorrência, a partir de uma chave de codificação elaborado previamente (cf. *Chave de Codificação* apresentada no Apêndice A).

Depois de codificar todos as ocorrências, realizou-se a quantificação dos dados, a fim de encontrar os resultados numéricos que representassem, com a maior precisão possível, a realidade linguística das comunidades de fala analisadas. Para isso, buscou-se amparo no rigor estatístico do pacote de programas GOLDVARB X (SANKOF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), ferramenta que, no âmbito da pesquisa sociolinguística, tem sido considerada uma das mais adequadas para equacionar a principal dificuldade da Teoria da Variação: a “impossibilidade de medir diretamente, nos dados de uso real, a influência de uma dada categoria, sem medir simultaneamente o efeito de outras categorias, também obrigatoriamente presentes” (SCHERRE; NARO, 2003, p. 147).

O pacote de programas GOLDVARB X fornece, inicialmente, ao pesquisador as frequências percentuais de cada variante da variável em estudo, associada a cada um dos fatores em análise. Depois disso, um processo denominado *step* realiza a análise quantitativa em níveis sucessivos – os quais são definidos pela escolha de uma variável independente –, combinando os resultados obtidos com os resultados das demais variáveis, até que se chegue ao ponto de não restar nenhuma variável que tenha relevância estatística. Para isso, deve-se levar em conta, através de um parâmetro estatístico denominado *log likelihood*, o nível de significância ou, em outros termos, o índice de adequação dos resultados estatísticos

projetados aos resultados efetivamente observados. Por fim, é fornecido o peso relativo¹² (numa escala de 0 a 1) de cada variante das variáveis independentes consideradas estatisticamente relevantes, o que permite ao pesquisador observar o nível de atuação de cada um dos fatores sobre a variável em estudo. É importante ressaltar ainda que os resultados apresentados pelo pesquisador devem ter nível de significância igual ou inferior a 0.050, para que haja, de fato, confiabilidade estatística.

Apesar dessa significativa contribuição do pacote de programas GOLDVARB X para a análise de determinado fenômeno, é preciso que o pesquisador esteja ciente de que os resultados quantitativos podem não ser considerados um retrato absoluto do real, cabendo a ele procurar compreender e caracterizar a realidade linguística estudada, confirmando ou refutando – com base na interpretação crítica de tais resultados – as hipóteses inicialmente levantadas. Dessa forma, a análise que será apresentada no capítulo 4 deste trabalho levará em consideração, para além dos resultados estatísticos, um olhar crítico sobre as estruturas consideradas reflexivas presentes no português popular do interior do Estado da Bahia.

¹² De acordo com as regras estatísticas, pesos relativos acima de 0.500 indicam uma ação favorecedora à realização da variante em questão, à medida que pesos relativos abaixo desse valor indicam uma ação desfavorecedora, e pesos relativos próximos a esse valor indicam uma neutralidade do fator.

4 REFLEXIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS POPULAR DO INTERIOR DA BAHIA

Pautando-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (cf. seção 3.1) e no conceito de Transmissão Linguística Irregular (cf. seção 1.1.1), este estudo investigou, por meio de uma análise quantitativa amparada no rigor estatístico do pacote de programas GOLDVARB X, as estruturas reflexivas presentes no português popular do interior do Estado da Bahia, enfocando o comportamento do clítico dito reflexivo na fala de informantes com pouca ou nenhuma escolaridade dos municípios de Poções, Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana.

4.1 DEFININDO A VARIÁVEL DEPENDENTE

Para a realização da análise dos dados, haviam sido escolhidas, inicialmente, duas variáveis dependentes como objetos de estudo: a realização do clítico dito reflexivo e a marca de pessoa no clítico dito reflexivo. Como, porém, apenas a primeira delas se mostrou um fenômeno de variação estruturada que justificasse uma análise, a segunda variável dependente acabou sendo retirada da análise quantitativa aqui apresentada, conforme se explica a seguir.

A variável marca de pessoa no clítico dito reflexivo, retirada da análise aqui apresentada, levaria em conta a possível ocorrência de duas variantes: *realização com marca de pessoa no clítico*, como nos exemplos em (201), e *realização sem marca de pessoa no clítico*, como nos exemplos em (202).

- (201) a. [...] eu num... num **me** adaptei (POS06)
 b. [...] mas hoje eu não **me** arrependo também não! (SAR01)
 c. [...] eu **me** criei mais aqui den 'do município de Fêra (FFM10)

- (202) a. [...] aí deu certo, nós **se** casô. (POR07)
 b. [...] não fomos pra **se** divestí (SAR02)
 c. [...] não cheguei a **se** stressá tanto não (FFM01)

A primeira constatação importante para compreender por que razão a variável marca de pessoa no clítico dito reflexivo foi retirada da análise quantitativa apresentada neste capítulo é o fato de o clítico com marca de pessoa estar presente, como se observa na Tabela 4, em 95,8% das 861 ocorrências de realização, evidenciando uma reduzida margem de variação que enfraquece a consistência de uma possível análise variacionista, pois Labov (2003, p. 243) considera que, no intervalo entre 95 e 99%, o que se tem é uma regra semicategórica e não uma regra que variável, que ocorreria apenas no intervalo entre 5 e 95%.

Tabela 4: Panorama Geral – Marca de Pessoa no Clítico

MARCA DE PESSOA NO CLÍTICO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.
Com marca de pessoa	825/861	95,8%
Sem marca de pessoa	36/861	4,2%
TOTAL	861/861	100%

Outra constatação importante para compreender o motivo da retirada desta variável dependente da análise quantitativa está relacionada às pessoas do discurso em que tal variação ocorreria, como mostram os dados da Tabela 5.

Tabela 5: Panorama Geral por Pessoa do Discurso – Marca de Pessoa no Clítico

PESSOA DO DISCURSO	COM MARCA DE PESSOA		SEM MARCA DE PESSOA	
	Nº de Oc./Total	Freq.	Nº de Oc./Total	Freq.
<P1>	401/421	95,2%	20/421	4,8%
<P2>	19/20	95,0%	1/20	5,0%
<P3>	341/341	100%	0/341	0%
<P4>	1/16	6,2%	15/16	93,8%
<P5>	2/2	100%	0/2	0%
<P6>	61/61	100%	0/61	0%
TOTAL	825/861	95,8%	36/861	4,2%

Como todas as ocorrências de realização do clítico com <P3>, <P5> e <P6> utilizam o clítico SE e com <P2> houve apenas uma ocorrência de realização do clítico sem marca de pessoa, esse processo de variação estaria restrito às ocorrências com <P1> e <P4>. Além

disso, enquanto <P1> apresenta muitas ocorrências e pouca variação, <P4> apresenta muita variação e poucas ocorrências, evidenciando que a marca de pessoa no clítico dito reflexivo não se mostra, ao menos nos *corpora* utilizados nesta pesquisa, um fenômeno de variação estruturada que justifique ser analisado quantitativamente.

4.2 ANÁLISE DA VARIÁVEL REALIZAÇÃO DO CLÍTICO DITO REFLEXIVO

No que tange à realização do clítico dito reflexivo, variável dependente em questão na pesquisa que aqui se apresenta, levou-se em conta a possível ocorrência de três variantes: *realização*, como nos exemplos em (203); *não-realização*, como nos exemplos em (204); e *dupla realização*, como nos exemplos em (205).

- (203) a. [...] *hoje eu **me** arrependo do que eu num fissi* (POR03)
 b. [...] *antes de minha mãe morrer, eu **me** aposentei* (SAS10)
 c. [...] *eu **me** dô tão bem com meus vizinho* (FZR08)

- (204) a. [...] *Isso eu não \emptyset quêxo de minha mãe não* (POS12)
 b. [...] *fez vinte ano que eu \emptyset mudei pr'aqui* (SAR09)
 c. *Dizeno ela que já \emptyset acostumô lá* (FFF07)

- (205) a. *A moça **se** apaixonô-se perdidamente*
 b. *Eu **me** mandei-**me** pra bem longe*
 c. *Ele **se** chamava-se Luiz Gonzaga*

Os dados, no entanto, revelaram, como se pode observar na Tabela 6, a ausência da dupla realização do clítico e um já esperado predomínio da sua não-realização nas estruturas ditas reflexivas presentes nos *corpora* analisados, visto que, conforme já fora mencionado neste trabalho, tal fenômeno linguístico tem sido apontado por inúmeros pesquisadores como um traço típico do português brasileiro.

Tabela 6: Panorama Geral – Realização do Clítico

REALIZAÇÃO DO CLÍTICO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.
Realização	861/1960	43,9%
Não-realização	1099/1960	56,1%
Dupla realização	0/1960	0%
TOTAL	1960/1960	100%

Todavia, além dessa visão geral acerca da ocorrência das variantes que compõem a variável dependente em questão, é necessário compreender, de forma mais nítida, o cenário para o qual os dados apontam, através da visualização, conforme mostra a Tabela 7, de como tal ocorrência se dá em cada município analisado.

Tabela 7: Panorama Geral por Município – Realização do Clítico

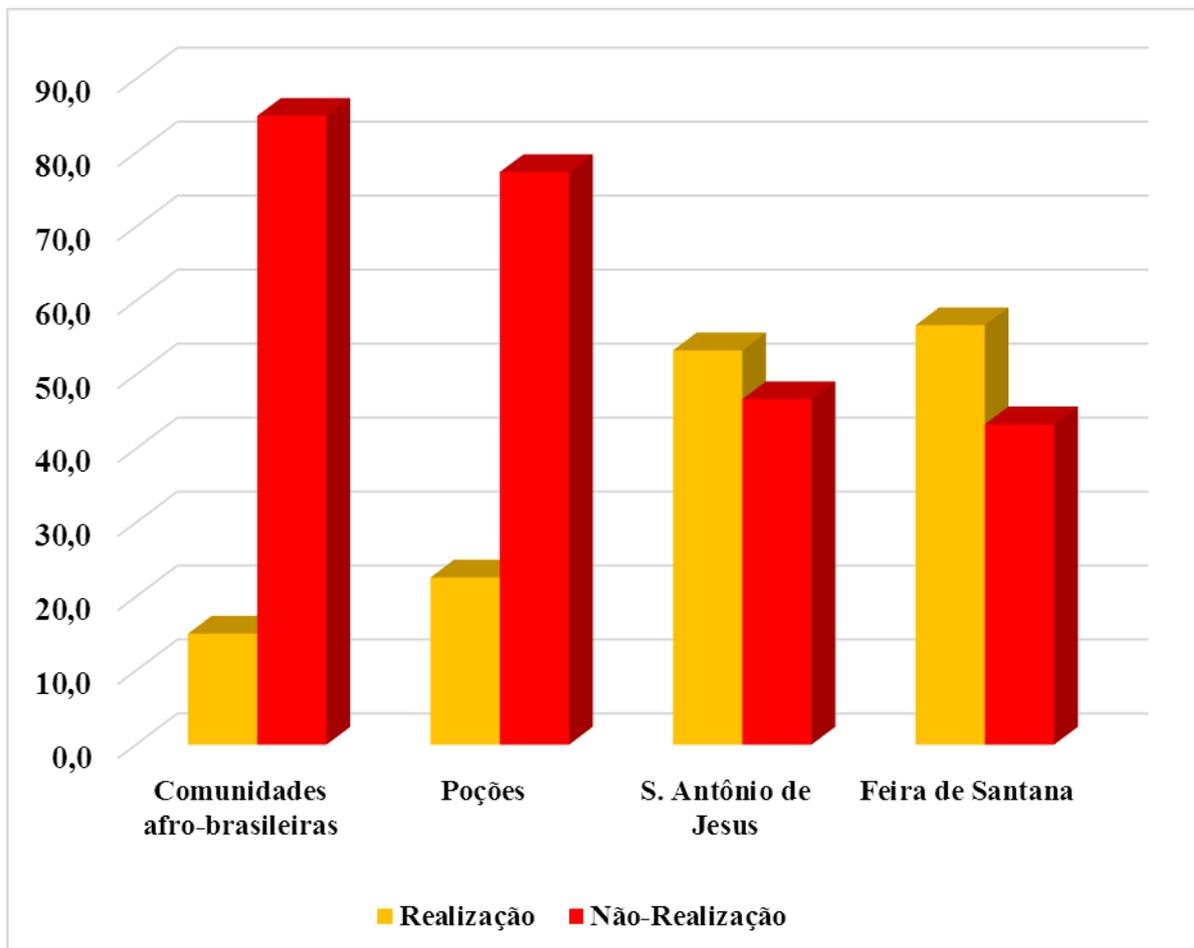
REALIZAÇÃO DO CLÍTICO	POÇÕES		S. ANTÔNIO		FEIRA	
	Nº de Oc.	Freq.	Nº de Oc.	Freq.	Nº de Oc.	Freq.
Realização	153/678	22,6%	300/563	53,3%	408/719	56,7%
Não-realização	525/678	77,4%	263/563	46,7%	311/719	43,3%
TOTAL	678/678	100%	563/563	100%	719/719	100%

Esses dados iniciais por município demonstram uma evidente gradação na frequência da realização do clítico dito reflexivo em virtude da maior proximidade com grandes centros urbanos, sendo a sequência crescente formada por Poções (22,6%), Santo Antônio de Jesus (53,3%) e Feira de Santana (56,7%).

Não obstante tal constatação, pode-se afirmar também que a comparação desses percentuais aqui apresentados com os 15% obtidos por Souza (2011) em comunidades rurais afro-brasileiras – como se observa no Gráfico 1 – certamente fortalece a hipótese de que os processos de variação na realização do clítico dito reflexivo teriam se originado na transmissão linguística irregular de tipo leve que ocorreu nos primeiros séculos de colonização e atingiu mais fortemente as comunidades rurais afro-brasileiras, sendo seus efeitos minimizados à medida que eram difundidos para outras comunidades de fala

geograficamente mais próximas dos grandes centros urbanos e, por isso mesmo, com maior acesso aos padrões linguísticos urbanos.

Gráfico 1: Panorama geral da realização do clítico dito reflexivo no interior da Bahia



É possível, então, visualizar no Gráfico 1 uma nítida gradação na frequência de realização do clítico dito reflexivo, sendo 15%, nas comunidades rurais afro-brasileiras, 22,6%, em Poções, 53,3%, em Santo Antônio de Jesus, e 56,7% em Feira de Santana. Esses percentuais constituem, por um lado, uma evidência empírica em favor da influência do contato entre línguas na gênese desse processo de variação, já que, nos contextos em que houve processos pretéritos de transmissão linguística irregular – como é o caso das comunidades rurais afro-brasileiras –, há uma tendência maior ao uso da variante não-padrão. Por outro lado, porém, esses mesmos percentuais também constituem uma evidência empírica em favor do processo de nivelamento linguístico provocado pela difusão dos padrões linguísticos dos grandes centros urbanos para todo o país, o qual costuma atingir com mais

intensidade as comunidades de fala geograficamente mais próximas de um grande centro urbano (no caso da Bahia, o maior centro urbano é Salvador). Não é à toa, portanto, que a frequência de realização em Poções, embora seja maior do que nas comunidades rurais afro-brasileiras, é mais baixa do que em Santo Antônio de Jesus, sendo, por sua vez, a frequência de realização em Santo Antônio de Jesus mais baixa do que em Feira de Santana.

Cabe lembrar, ainda, que, em decorrência desse panorama geral que os números iniciais oferecem, a análise quantitativa a respeito da variável realização do clítico dito reflexivo deteve-se na busca por fatores (linguísticos e sociais) condicionantes, sendo selecionados pelo pacote de programas GOLDVARB X, em ordem de relevância estatística, a *tipologia do clítico*, o *município de origem*, o *papel temático do sujeito*, a *pessoa do discurso*, a *localidade do informante*, a *animacidade do sujeito* e a *escolaridade do informante*.

4.2.1 Condicionamento Linguístico

Dentre os fatores linguísticos elencados como possíveis condicionadores da realização do clítico dito reflexivo, o pacote de programas GOLDVARB X descartou as variáveis *tipo de sujeito*, *tempo e modo do verbo a que se liga o clítico*, *marca de pessoa e número no verbo*, *concordância verbo-sujeito* e *efeito de gatilho*, selecionando como estatisticamente relevantes apenas as variáveis *tipologia do clítico*, *papel temático do sujeito*, *pessoa do discurso* e *animacidade do sujeito*. Nas seções a seguir, será apresentada a análise dos resultados quantitativos de cada uma das variáveis linguísticas explanatórias selecionadas.

4.2.1.1 Tipologia do Clítico

No que tange à tipologia do clítico dito reflexivo, adotou-se neste trabalho uma detalhada taxionomia (cf. seção 2.4), a fim de que fosse possível uma melhor compreensão acerca das estratégias de reflexivização utilizadas pelo falante e de estabelecer, com base em tal classificação, os critérios para análise da realização ou da não-realização do clítico. A hipótese aqui defendida (cf. seção 3.2.3.1) era, então, a de que a realização do clítico dito reflexivo, por envolver aspectos semânticos e aspectos léxico-formais, seria favorecida pelos clíticos que possuíssem mais valor informacional ou que fizessem parte da especificação lexical do verbo, ao passo que seria desfavorecida pelos clíticos que possuíssem menos valor

informacional ou que não fizessem parte da especificação lexical do verbo. A partir da conjugação desses dois aspectos supracitados, os clíticos utilizados nas estruturas consideradas reflexivas foram escalonados em um *continuum* de realização, conforme se observa no Quadro 4.

Quadro 4: *Continuum* de Realização do Clítico dito Reflexivo

Reflexivo	Recíproco	Inerente	Oblíquo	Ergativo	Inacusativo	Passivo	Expletivo
+ REALIZAÇÃO			± REALIZAÇÃO		- REALIZAÇÃO		

A respeito dos resultados dessa variável explanatória, cabe ressaltar que, em uma primeira rodada, foi possível observar que o clítico ergativo apresentava um comportamento desviante do que propõe o *continuum* acima, em virtude da falta de ortogonalidade dos dados, já que esse tipo de clítico está diretamente relacionado a sujeitos sintáticos com papel temático de paciente ou experienciador. Para superar esse entrave, foi realizada uma segunda rodada sem o grupo referente ao papel temático do sujeito, na qual foram obtidos os resultados apresentados na Tabela 8.

Tabela 8: Realização do clítico segundo a tipologia do clítico

TIPO DE CLÍTICO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Reflexivo	68/71	95,8%	0.960
Recíproco	45/68	66,2%	0.764
Inerente	113/172	65,9%	0.736
Oblíquo	133/241	55,2%	0.585
Ergativo	86/161	53,4%	0.583
Inacusativo	324/948	34,2%	0.391
Passivo	29/79	36,7%	0.353
Expletivo	63/220	28,6%	0.336
TOTAL	861/1960	43,9%	

Input 0.433

Nível de Significância 0.012

Com base nesses dados, confirmou-se a hipótese de que os clíticos reflexivos e recíprocos, por possuírem mais valor informacional, além dos clíticos inerentes, por fazerem parte da especificação lexical do verbo, são mais propensos à realização, como se pode observar nos exemplos em (206), (207) e (208). Assim, pode-se notar que, quando o clítico é reflexivo, a frequência de realização salta de 43,9% (frequência geral) para 95,8%, resultando num peso relativo de 0.960; quando, por sua vez, o clítico é recíproco, a frequência de realização sobe de 43,9% para 66,2%, o que se reflete num peso relativo de 0.764; já quando o clítico é inerente, a frequência de realização passa de 43,9% para 65,9%, contribuindo para um peso relativo de 0.734.

- (206) a. *A gente se arrumava domingo e tal* (POS04)
 b. [...] *muitos já chegô se matá assim* (SAR03)
 c. [...] *eu fui me embrulhá com ela agora nessa friagem* (FFM10)
- (207) a. [...] *todo mundo se une mais é na época de São João* (POR02)
 b. [...] *elas se desligaro* (SAS06)
 c. [...] *a gente não se unia* (FFF10)
- (208) a. *Eu me arrependi da hora que eu vendi...* (POR01)
 b. *Agora, eu aqui vivo me apegano com Jesus Cristo* (SAR08)
 c. [...] *às vezes eu me arrependo que eu não estudei* (FZR01)

Figurando numa zona intermediária no *continuum* de realização adotado nesta tese, os clíticos oblíquos e os clíticos ergativos favorecem, ainda que ligeiramente, a realização, como se pode observar nos exemplos em (209) e (210). Pode-se notar, então, que, quando o clítico é oblíquo, frequência de realização sobe de 43,9% (frequência geral) para 55,2%, resultando num peso relativo de 0.585; já quando o clítico é ergativo, a frequência de realização sobe de 43,9% para 53,4%, o que se reflete num peso relativo de 0.583.

- (209) a. [...] *eu nem me alembrei desse também* (POR12)
 b. *Eu tomém sempre me envolvo com essas coisa* (SAS04)
 c. *Eu me invoquei com essa menina* (FZR09)

- (210) a. [...] as perna \emptyset cansô (POR05)
 b. Operei \emptyset do imbigio também (SAS07)
 c. [...] a luz \emptyset apagô (FFF09)

Além disso, foi confirmada a hipótese de que os clíticos inacusativos, passivos e expletivos, como se pode observar respectivamente nos exemplos em (211), (212) e (213), desfavorecem a realização. É possível perceber, então, que o clítico inacusativo apresenta uma pequena queda na frequência de realização, de 43,9% (frequência geral) para 34,2%, o que se evidencia no peso relativo de 0.391; o clítico passivo também apresenta uma pequena queda na frequência de realização, de 43,9% para 36,7%, o que se evidencia no peso relativo de 0.353; já o clítico expletivo apresenta uma queda maior na frequência de realização, de 43,9% para 28,6%, o que se evidencia no peso relativo de 0.336.

- (211) a. Eu \emptyset casei novinha (POS04)
 b. A gente num \emptyset diverte mais não (SAR11)
 c. [...] aí eu \emptyset mudei pra ôtos lugares (FFM07)

- (212) a. [...] o povo já \emptyset acostumô (POS12)
 b. [...] muita gente aqui \emptyset agonia (POR01)
 c. [...] eu \emptyset assustei de madrugada (FZR08)

- (213) a. [...] aí depois, ela foi \emptyset embora (POR03)
 b. [...] a gente vêi \emptyset embora (SAS10)
 c. [...] daqui eu já vô \emptyset embora pra não perdê o carro (FZR07)

4.2.1.2 Papel Temático do Sujeito

No tocante à variável papel temático do sujeito, a hipótese aventada aqui (cf. seção 3.2.3.1) era a de que a presença de um sujeito com papel temático de paciente favoreceria a realização do clítico dito reflexivo, uma vez que, nesse caso, a ausência do clítico poderia gerar o entendimento de que o sujeito fosse o agente da ação verbal e não o paciente. Analisemos, então, os dados que constam da Tabela 9.

Tabela 9: Realização do clítico segundo o papel temático do sujeito

PAPEL TEMÁTICO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Paciente	130/239	54,4%	0.697
Experienciador	351/672	52,2%	0.569
Agente	380/1049	36,2%	0.409
TOTAL	861/1960	43,9%	

Input 0.430**Nível de Significância 0.011**

Confirmou-se a hipótese de que a presença de sujeitos com papel temático de paciente, como se observa nos exemplos em (214), favorece a realização do clítico dito reflexivo, visto que os dados mostram que, nesse contexto, há um aumento na frequência de realização, de 43,9% (frequência geral) para 54,4%, que se reflete no peso relativo de 0.697.

- (214) a. [...] *eu me batizando, tudo bem* (POS04)
 b. [...] *ele se ordenô no dia quinze* (SAR12)
 c. [...] *nasci e me criei aqui na zona rural* (FZR09)

Foi possível perceber também que a presença de sujeitos com papel temático de experienciador, como se observa nos exemplos em (215), favorece ligeiramente a realização do clítico dito reflexivo, já que, embora haja um aumento na frequência de realização, de 43,9% (frequência geral) para 52,2%, o peso relativo atribuído a esse contexto é de 0.569.

- (215) a. [...] *até hoje a gente não se conforma com isso* (POS03)
 b. [...] *ele se interessô* (SAR06)
 c. *Então já me conformei em sê dona de casa* (FFF04)

Os resultados também demonstraram que a presença de sujeitos com papel temático de agente, como se observa nos exemplos em (216), desfavorece a realização do clítico dito reflexivo, pois há uma pequena redução na frequência de realização, de 43,9% (frequência geral) para 36,2%, resultando num peso relativo de 0.409. Cabe, porém, ressaltar que, embora o decréscimo na frequência tenha sido pouco, é possível notar claramente que esse contexto desfavorece a realização do clítico dito reflexivo quando seu peso relativo é comparado com o contexto que mais favorece a realização (sujeito com papel temático de paciente).

- (216) a. *Ele Ø levanta e fica em pé* (POR06)
 b. *Ele nunca Ø casô* (SAS08)
 c. *A gente Ø sentava assim na estrada* (FZR05)

4.2.1.3 Pessoa do Discurso

No que se refere à variável pessoa do discurso, a hipótese era a de que a presença de qualquer pessoa do discurso diferente de <P3> e <P6>, consideradas não-pessoas por não possuírem referência clara de pessoa e poderem se combinar com qualquer referência de objeto (BENVENISTE, 2005 [1963]), favoreceria a realização do clítico dito reflexivo (cf. seção 3.2.3.1). Com base nesse pressuposto, cabe ressaltar que foram amalgamadas <P1> e <P4> (1ª pessoa do singular e 1ª pessoa do plural), <P2> e <P5> (2ª pessoa do singular e 2ª pessoa do plural) e <P3> e <P6> (3ª pessoa do singular e 3ª pessoa do plural). Analisemos, pois, os dados da Tabela 10.

Tabela 10: Realização do clítico segundo a pessoa do discurso

PESSOA DO DISCURSO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
<P1> e <P4>	436/846	51,5%	0.582
<P2> e <P5>	22/62	35,5%	0.499
<P3> e <P6>	403/1052	38,3%	0.433
TOTAL	861/1960	43,9%	

Input 0.430

Nível de Significância 0.011

Foi confirmada a hipótese de que a presença de <P1> e <P4>, conforme se observa nos exemplos em (217), favorece, ainda que ligeiramente, a realização do clítico dito reflexivo, pois há um pequeno aumento na frequência de realização, de 43,9% (frequência geral) para 51,5%, resultando num peso relativo de 0.582.

- (217) a. *Me lembro de uma vez que tava lá em casa* (POR01)
 b. *Vamo se organizá* (SAR05)
 c. [...] *nunca me interessei pa festa* (FZR11)

Já a presença de <P2> e <P5>, conforme se observa nos exemplos em (218), não favorece nem desfavorece a realização do clítico, apresentando 35,5% de frequência de realização e peso relativo de 0.499, o que aponta para uma variação estável.

- (218) a. *Cê Ø senta nele mesmo* (POR06)
 b. *Tu num se formô* (SAS02)
 c. [...] *você vai Ø embora agora mais eu?* (FFF11)
 d. [...] *você não vai se decepcioná* (FFM01)

Por outro lado, confirmou-se também a hipótese de que a presença de <P3> e <P6>, conforme se observa, respectivamente, nos exemplos em (219) e (220), desfavorece a realização do clítico dito reflexivo, com 38,3% de frequência de realização e peso relativo de 0.433.

- (219) a. *E ele Ø casô logo* (POS11)
 b. *Lena Ø acostumô* (SAR01)
 c. [...] *ela Ø chamava Edinha* (FZR09)

- (220) a. [...] *ôtos já Ø casaro* (POR02)
 b. [...] *uns Ø afastô, ôtros morreu* (SAS09)
 c. [...] *os jove hoje em dia não fala em Ø casá* (FFM09)

No que tange, então, a essa variável explanatória, pode-se dizer que, comparando-se os pesos relativos dos fatores que a compõem, não é, na verdade, a presença de <P1> e <P4> que favorece a realização do clítico dito reflexivo, mas sim a presença de <P3> e <P6> que a desfavorece.

4.2.1.4 Animacidade do Sujeito

No que diz respeito à variável animacidade do sujeito, é importante ressaltar, antes de qualquer coisa, que foram amalgamados os sujeitos com traço de animacidade [+ humano] e [+ animado/- humano], a fim de que as poucas ocorrências deste último não enviesassem a

análise, ficando a variante resultante do amálgama com o rótulo de [+ animado]. A hipótese formulada na seção 3.2.3.1 foi a de que a realização do clítico dito reflexivo seria favorecida pela presença de um sujeito sintático com traço de animacidade [+ animado], visto que, no plano semântico das estruturas consideradas reflexivas, somente sujeitos sintáticos com esse traço de animacidade – humanos ou animais – poderiam praticar ações sobre si mesmos. Analisemos, então, os dados da Tabela 11.

Tabela 11: Realização do clítico segundo a animacidade do sujeito

ANIMACIDADE DO SUJEITO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
[+ animado]	839/1873	44,8%	0.508
[- animado]	22/87	25,3%	0.327
TOTAL	861/1960	43,9%	

Input 0.430

Nível de Significância 0.011

Confirmou-se a hipótese de que a presença de um sujeito sintático com traço de animacidade [+ animado], conforme se observa nos exemplos em (221), favorece ligeiramente a realização do clítico dito reflexivo, já que a frequência de realização do clítico sobe de 43,9% (frequência geral) para 44,8%, quando o sujeito tem o traço semântico da animacidade. É importante ressaltar, porém, que essa ligeira elevação na frequência acaba sendo relevante para análise, como demonstra o peso relativo de 0.508, uma vez que o valor do peso relativo desse fator tem mais significância, como veremos a seguir, em comparação com o valor do peso relativo do outro fator.

(221) a. *A gente foi se aproximando* (POS01)

b. *Eu queria me casá* (SAS06)

c. *Aí tem um padre que se chamava padre Lourenço* (FZR12)

No que tange à presença de um sujeito sintático com traço de animacidade [- animado], os resultados quantitativos revelaram que esse contexto desfavorece significativamente a realização do clítico dito reflexivo, conforme se observa nos exemplos em (222), pois a frequência cai significativamente de 43,9% (frequência geral) para 25,3%, o que se reflete no peso relativo de 0.327.

- (222) a. [...] *as perna Ø cansô* (POR05)
 b. [...] *diabete da minha mãe Ø agravô muito* (POS04)
 c. [...] *a luz Ø apagô* (FFF09)

Portanto, em relação à variável explanatória em questão, pode-se afirmar que, na verdade, não é a presença de um sujeito com o traço semântico [+ *animado*] que favorece a realização do clítico dito reflexivo, mas sim a presença de um sujeito com o traço semântico [– *animado*] que a desfavorece.

4.2.2 Condicionamento Social

Quanto ao condicionamento social da variável dependente em questão, a hipótese aventada neste trabalho (cf. seção 3.2.3.1) foi a de que tenderiam mais à realização do clítico dito reflexivo os informantes mais jovens, do sexo masculino, com alguma escolarização, oriundos do município mais populoso e geograficamente mais próximo da capital, localizados na sede do município e que saíram por mais de seis meses da localidade onde residem, visto que a ideia aqui defendida era a de que os efeitos da transmissão linguística irregular que originou, de acordo com Souza (2011), o processo de variação nas estratégias de reflexivização presentes no português popular brasileiro vão perdendo a intensidade à medida que os falantes têm mais acesso aos padrões linguísticos urbanos, através do processo de escolarização, da influência dos meios de comunicação de massa e do contato mais intenso com falantes de centros urbanos maiores.

Dentre os fatores sociais elencados como possíveis condicionadores da realização do clítico dito reflexivo, o pacote de programas GOLDVARB X descartou as variáveis *faixa etária*, *sexo* e *estada fora da comunidade*, selecionando como estatisticamente relevantes apenas as variáveis *município de origem do informante*, *localidade do informante* e *escolaridade do informante*, sobre as quais será apresentada, nas seções a seguir, uma análise dos resultados quantitativos. Ressalta-se, no entanto, que também farão parte dessa análise os resultados do cruzamento das variáveis *faixa etária* e *município de origem do informante*, realizado com o intuito de possibilitar a observação da existência ou não de um processo de mudança em curso.

4.2.2.1 Município de origem do informante

No que diz respeito a essa variável, a hipótese era a de que os informantes oriundos de municípios mais próximos dos grandes centros urbanos, por terem maior acesso aos padrões linguísticos urbanos, seriam mais propensos à realização do clítico dito reflexivo do que os informantes oriundos de municípios mais afastados deles, evidenciando que, como aponta Lucchesi (2003 e 2015), a difusão dos efeitos da transmissão linguística irregular ocorrida no passado atingiria com mais intensidade as comunidades urbanas menores e mais afastadas dos grandes centros urbanos. Analisemos, pois, os dados da Tabela 12.

Tabela 12: Realização do clítico segundo o município de origem

MUNICÍPIO DE ORIGEM	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Santo Antônio de Jesus	300/563	53,3%	0.644
Feira de Santana	408/719	56,7%	0.603
Poções	153/678	22,6%	0.282
TOTAL	861/1960	43,9%	

Input 0.430

Nível de Significância 0.011

Os resultados confirmam a hipótese de que os informantes oriundos dos municípios de Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana, com frequência de realização de 53,3% e 56,7% e peso relativo de 0.644 e 0.603 respectivamente, tendem mais à realização do clítico dito reflexivo, em virtude da proximidade geográfica com a capital Salvador (maior centro urbano do Estado). Por outro lado, os informantes de Poções, com frequência de realização de 22,6% e peso relativo de 0.282, são mais resistentes à realização do clítico dito reflexivo, demonstrando que, dentre os três municípios analisados, este último foi atingindo com mais intensidade, ao menos no que se refere ao processo de variação aqui estudado, pelos efeitos da transmissão linguística irregular ocorrida nos primeiros séculos da colonização ou tem sido menos afetado pelo processo de nivelamento linguístico, com a difusão dos padrões linguísticos dos grandes centros urbanos para todo o país (LUCCHESI, 2015).

4.2.2.2 Localidade do informante

A hipótese, no que se refere a essa variável, era a de que os informantes localizados na sede do município, por terem mais acesso aos padrões linguísticos urbanos, seriam mais propensos à realização do clítico reflexivo do que os informantes localizados na zona rural, os quais, por sua vez, evidenciariam um comportamento linguístico mais afetado pelos efeitos da transmissão linguística irregular que ocasionou, nos primeiros séculos da colonização, o surgimento desse processo de variação no português brasileiro. Analisemos, então, os dados da Tabela 13.

Tabela 13: Realização do clítico segundo a localidade do informante

LOCALIDADE DO INFORMANTE	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Sede do Município	581/1159	50,1%	0.545
Zona Rural	280/801	35,0%	0.436
TOTAL	861/1960	43,9%	

Input 0.430

Nível de Significância 0.011

Os resultados demonstram que, na sede do município, há um pequeno, mas significativo, aumento na frequência de realização de 43,9% (frequência geral) para 50,1%, resultando num peso relativo de 0.545, ao passo que, na zona rural, há uma nítida queda na frequência de realização de 43,9% (frequência geral) para 35,0%, refletindo-se num peso relativo de 0.436. Esses dados confirmam, portanto, a hipótese de que os informantes localizados na sede do município tendem mais à realização do clítico dito reflexivo do que os informantes localizados na zona rural, o que demonstra que esta última foi atingida com mais intensidade, ao menos no que se refere ao processo de variação aqui estudado, pelos efeitos da transmissão linguística irregular ocorrida nos primeiros séculos da colonização.

4.2.2.3 Escolaridade do informante

No que tange a essa variável, a hipótese era a de que os informantes pouco escolarizados, por terem um pouco mais de acesso a outros padrões linguísticos, seriam mais propensos à realização do clítico reflexivo do que os informantes sem nenhuma escolarização, os quais, por sua vez, evidenciariam mais claramente os padrões linguísticos de sua comunidade de fala. Analisemos, então, os dados da Tabela 14.

Tabela 14: Realização do clítico segundo a escolaridade do informante

ESCOLARIDADE	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Pouco escolarizado	633/1260	50,2%	0.528
Sem escolarização	228/700	32,6%	0.450
TOTAL	861/1960	43,9%	

Input 0.430

Nível de Significância 0.011

Os resultados demonstram que, entre os informantes semi-alfabetizados, há um pequeno, mas significativo, aumento na frequência de realização de 43,9% (frequência geral) para 50,2%, resultando num peso relativo de 0.528, ao passo que, entre os informantes analfabetos, há uma nítida queda na frequência de realização de 43,9% (frequência geral) para 32,6%, refletindo-se num peso relativo de 0.450. Esses dados confirmam, portanto, a hipótese de que os informantes com alguma escolarização tendem mais à realização do clítico dito reflexivo do que os informantes sem nenhuma escolarização, evidenciando que essa variante, na verdade, não faz parte da gramática das comunidades de fala analisadas neste estudo, podendo ser inserida no repertório linguístico do falante, dentre outras formas, por intermédio do processo de escolarização.

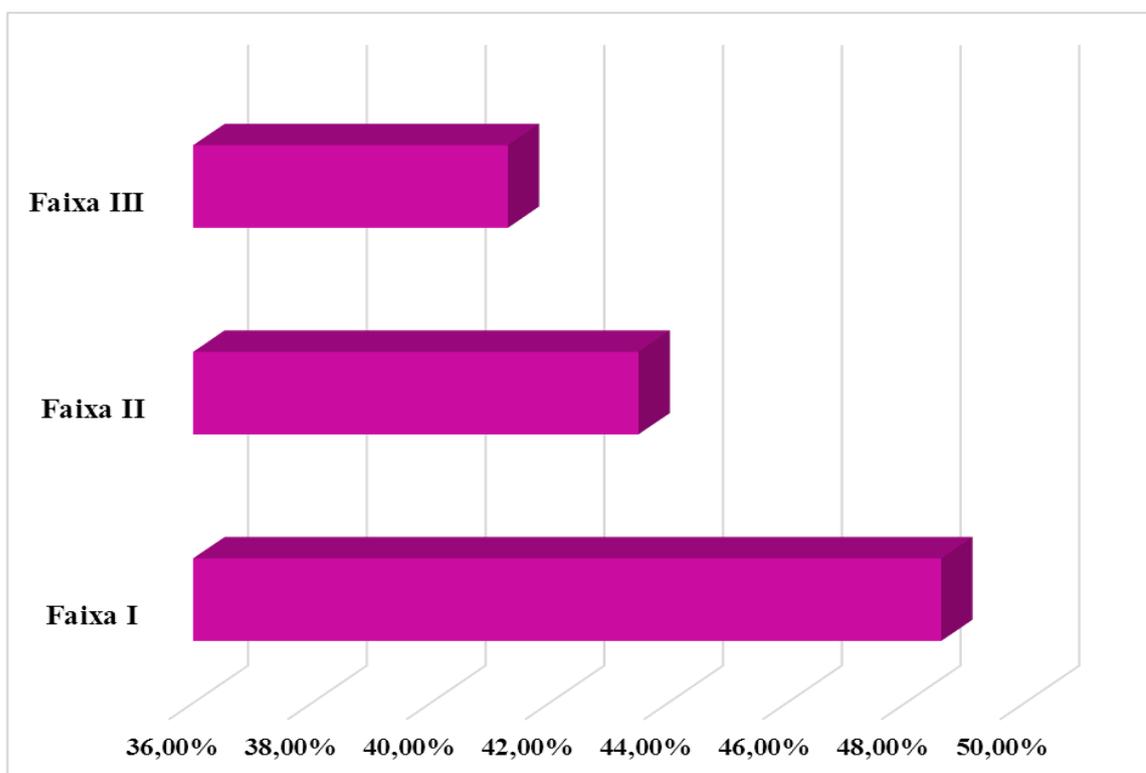
4.2.2.4 Cruzamento das variáveis Faixa Etária/Município de Origem

De acordo com Labov (2008 [1972]), em estudos que adotam a análise em *tempo aparente*, como é o caso deste, os resultados fornecidos pela variável *faixa etária* são cruciais para propiciarem ao pesquisador a observação dos possíveis processos de mudança em curso. No que se refere à realização do clítico dito reflexivo, foi traçado, antes de qualquer análise mais aprofundada, um panorama geral com a frequência de realização de cada variante que compõe a variável faixa etária, conforme se observa na Tabela 15 (também ilustrado pelo Gráfico 2).

Tabela 15: Realização do clítico segundo a faixa etária – Panorama Geral

FAIXA ETÁRIA	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.
Faixa I (de 25 a 35 anos)	252/519	48,6%
Faixa II (de 45 a 55 anos)	276/635	43,5%
Faixa III (acima de 65 anos)	333/806	41,3%
TOTAL	861/1099	43,9%

Gráfico 2: Realização do clítico dito reflexivo por faixa etária – Panorama Geral



A frequência de realização em cada faixa etária permite afirmar que, embora a tendência geral seja de não-realização, os falantes mais jovens são os que mais tendem à realização do clítico dito reflexivo, visto que nessa faixa etária há um pequeno aumento na frequência de realização de 43,9% (frequência geral) para 48,6%. Por sua vez, os falantes da faixa intermediária tendem um pouco menos à realização do clítico dito reflexivo, a ponto de nessa faixa etária praticamente não haver alteração da frequência de realização (43,5%) quando comparada à frequência geral (43,9%). Já os falantes mais velhos são os que menos tendem à realização do clítico dito reflexivo, uma vez que nessa faixa etária há uma pequena queda na frequência de realização de 43,9% para 41,3%. Esses dados iniciais apontam, portanto, para um possível um processo de mudança em curso, pois a tendência ao uso da variante inovadora aumenta à medida que a faixa etária do informante diminui.

Como, porém, o pacote de programas GOLDVARB X não selecionou variável explanatória *faixa etária* como um dos fatores condicionantes da realização do clítico dito reflexivo, foi efetuada uma nova rodada de dados, cruzando as variáveis *faixa etária* e *município de origem*, a fim de observar o comportamento do clítico nas três faixas etárias de cada município, conforme a Tabela 16.

Tabela 16: Cruzamento das variáveis Faixa Etária/Município de Origem

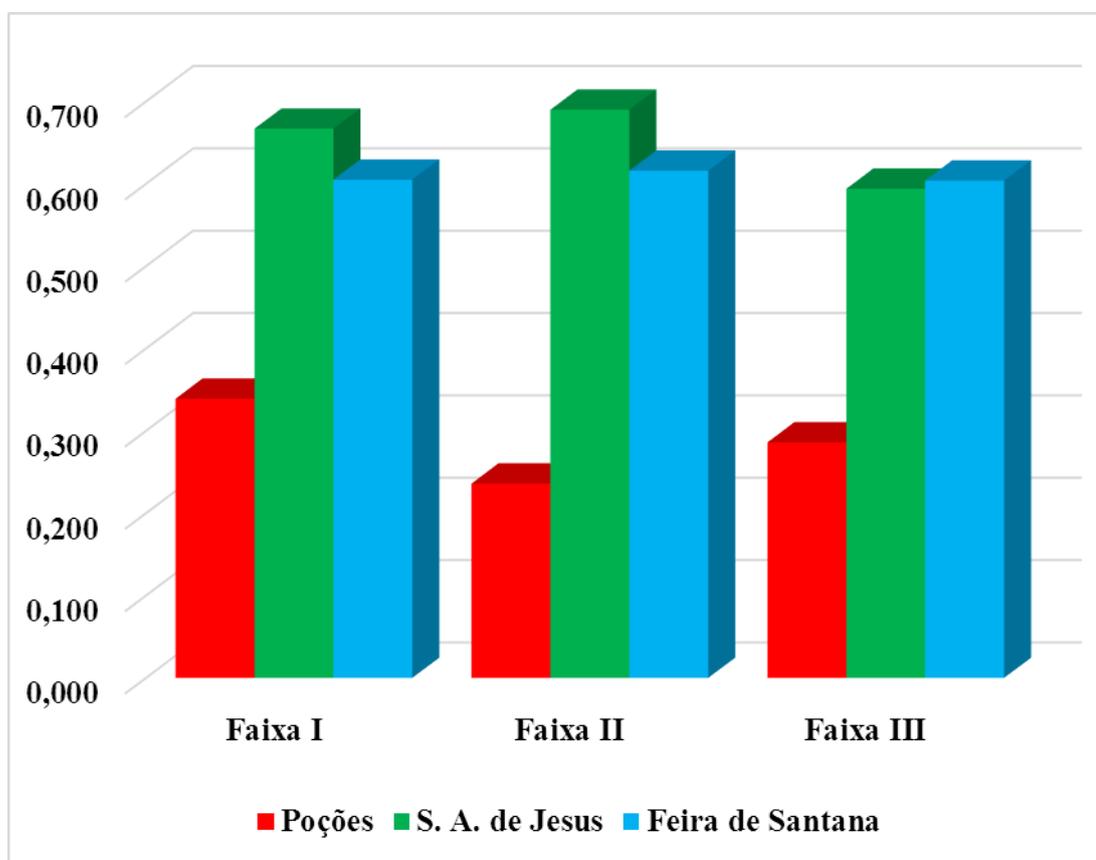
FAIXA ETÁRIA / MUNICÍPIO		FAIXA I (de 25 a 35 anos)	FAIXA II (de 45 a 55 anos)	FAIXA III (acima de 65 anos)
FEIRA DE SANTANA	Nº DE OC.	132/227	114/198	162/294
	FREQ.	58,1%	57,6%	55,1%
	P. R.	0.605	0.616	0.604
SANTO ANTÔNIO DE JESUS	Nº DE OC.	73/136	112/182	115/245
	FREQ.	53,7%	61,5%	46,9%
	P. R.	0.667	0.690	0.594
POÇÕES	Nº DE OC.	47/156	50/255	56/267
	FREQ.	30,1%	19,6%	21,0%
	P. R.	0.339	0.236	0.286
TOTAL		252/519	276/635	333/806

Input 0.429

Nível de Significância 0.019

Além da possibilidade de analisar os dados pormenorizados na Tabela 16, é possível também ter uma noção dos resultados do cruzamento dessas duas variáveis explanatórias através do Gráfico 3, o qual, usando os pesos relativos, ilustra bem como se deu a realização do clítico dito reflexivo em cada faixa etária de cada município. A hipótese aqui era a de que os informantes mais jovens de cada município tenderiam mais à realização do clítico dito reflexivo, e os informantes mais velhos de cada município seriam, por outro lado, mais resistentes a ela.

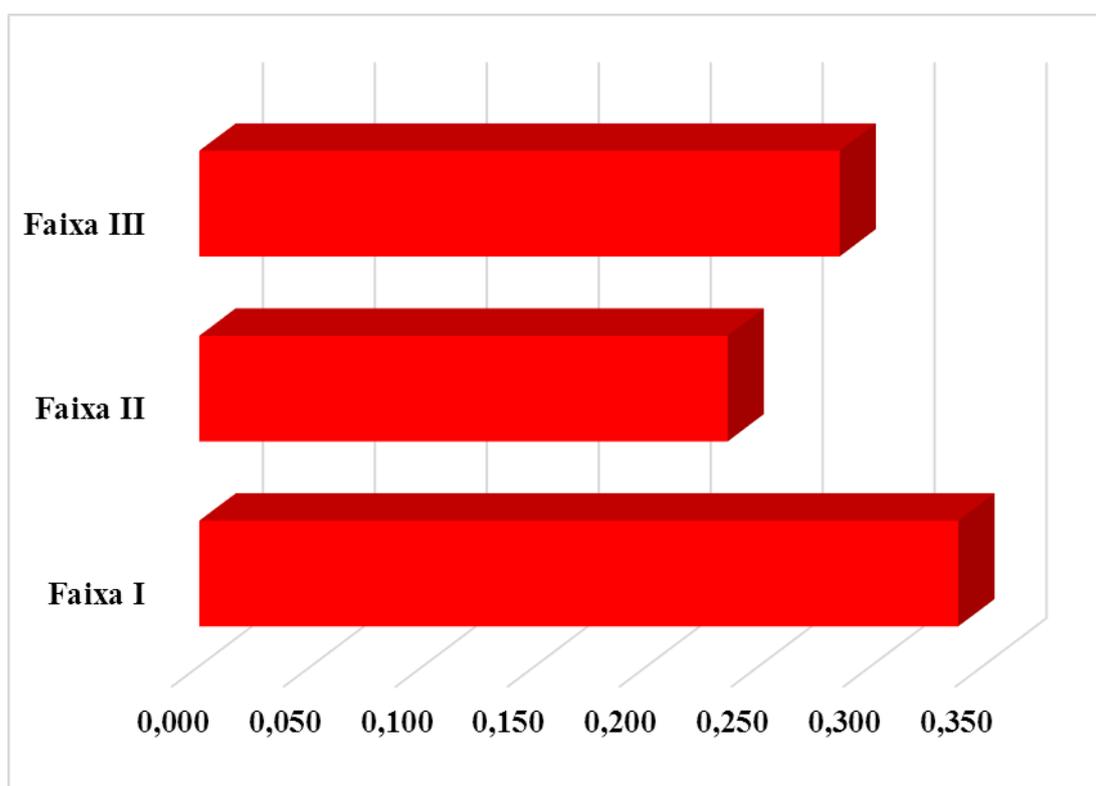
Gráfico 3: Realização do clítico dito reflexivo por faixa etária/município



No caso de Poções, município em que há uma tendência geral à não-realização (cf. subseção 4.2.2.1), os resultados confirmaram a hipótese de que os informantes mais jovens – com frequência de realização (30,1%) e peso relativo (0.339) superiores às outras faixas etárias – tendem mais à realização do clítico dito reflexivo, indicando que estaria em curso um processo de mudança na direção da aquisição das regras de uso de tais clíticos por parte da referida comunidade de fala. Contudo, quando observadas as outras duas faixas etárias, percebeu-se que a tendência à realização do clítico dito reflexivo, embora muito baixa em

ambas, é um pouco maior entre os informantes mais velhos – com frequência de realização (21,0% contra 19,6%) e peso relativo (0.286 contra 0.236) superiores à faixa etária intermediária –, contrariando a hipótese de que seriam eles os mais resistentes à realização. O Gráfico 4, tomando por base os pesos relativos, ilustra bem esses resultados.

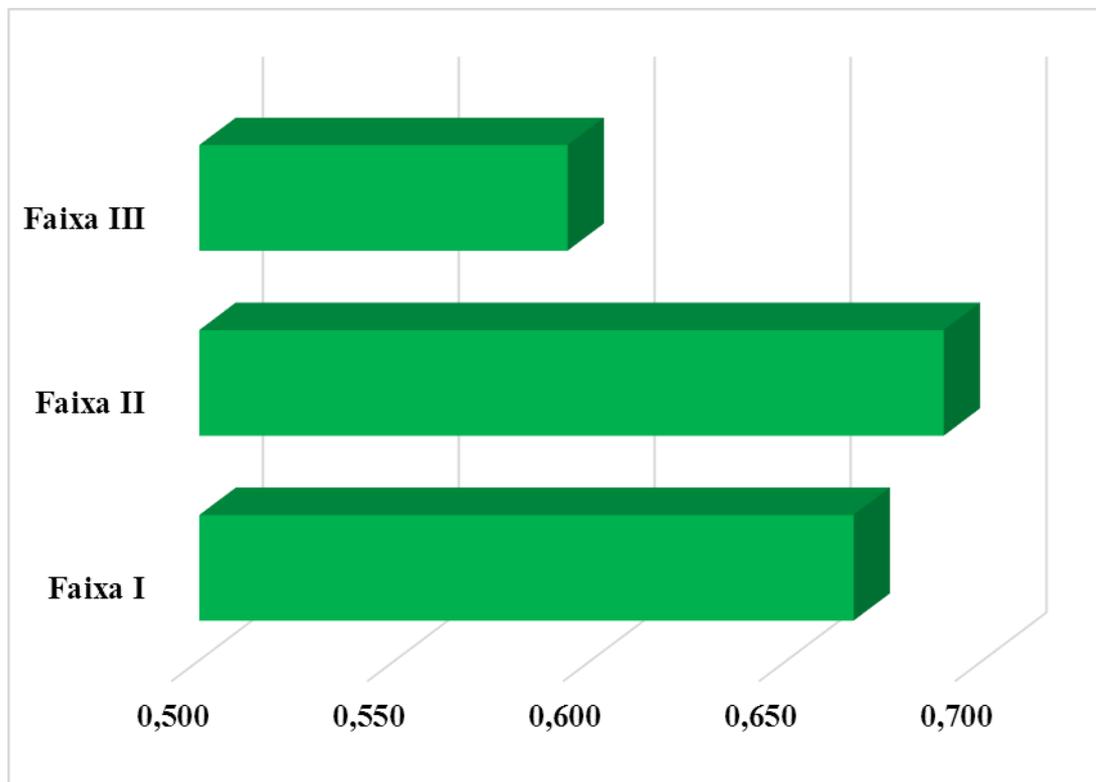
Gráfico 4: Realização do clítico dito reflexivo por faixa etária em Poções



Já em Santo Antônio de Jesus, município em que há uma tendência geral à realização (cf. subseção 4.2.2.1), os resultados mostraram que são os informantes da faixa etária intermediária que tendem mais à realização do clítico dito reflexivo – com frequência de realização (61,5%) e peso relativo (0.690) superiores às outras faixas etárias –, contrariando a hipótese de que tal tendência seria observada entre os informantes mais jovens – com frequência de realização de 53,7% e peso relativo de 0.667. No entanto, foi confirmada a hipótese de que os informantes mais velhos – com frequência de realização de 46,9% e peso relativo de 0.594 – seriam um pouco mais resistentes à realização do clítico dito reflexivo, embora os pesos relativos das três faixas etárias mostrem que o processo de consolidação da realização do clítico como estratégia de reflexivização já estaria mais avançado em Santo

Antônio de Jesus do que em Poções. O Gráfico 5, tomando por base os pesos relativos, ilustra bem esses resultados.

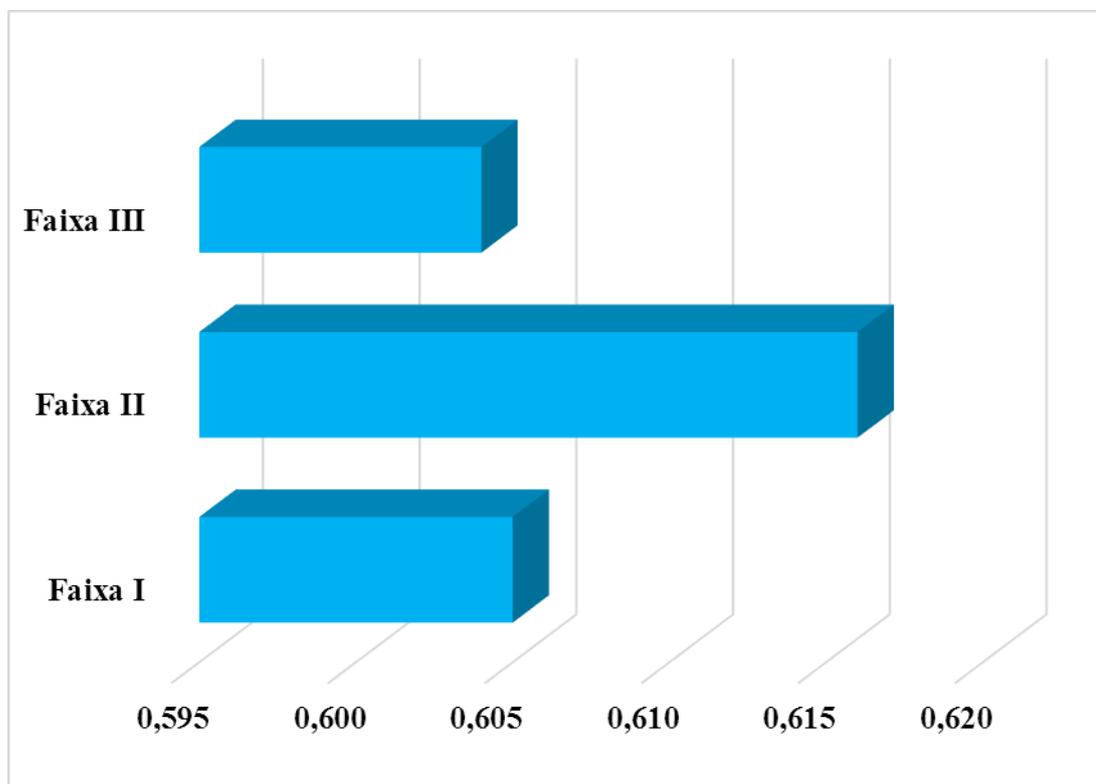
Gráfico 5: Realização do clítico dito reflexivo por faixa etária em S. A. de Jesus



Assim como em Santo Antônio de Jesus, Feira de Santana, município em que também há uma tendência geral à realização (cf. subseção 4.2.2.1), os resultados mostraram que são os informantes da faixa etária intermediária – com frequência de realização de 57,6% e peso relativo de 0.616 – que tendem mais à realização do clítico dito reflexivo, contrariando a hipótese de que tal tendência seria observada entre os informantes mais jovens – com frequência de realização de 58,1% e peso relativo de 0.605. Confirmou-se, porém, a hipótese de que os informantes mais velhos seriam um pouco mais resistentes (bem pouco, diga-se de passagem) à realização do clítico dito reflexivo – com frequência de realização de 55,1% e peso relativo de 0.604 –, apesar de os pesos relativos das três faixas etárias mostrarem que o processo de consolidação da realização do clítico como estratégia de reflexivização já estaria mais avançado em Feira de Santana do que em Poções e um pouco menos avançado do que em Santo Antônio de Jesus, provavelmente, como já fora dito anteriormente, em virtude da maior influência sociocultural e linguística que os santo-antonienses recebem de Salvador, o

maior centro urbano do Estado da Bahia. O Gráfico 6, tomando por base os pesos relativos, ilustra bem esses resultados.

Gráfico 6: Realização do clítico dito reflexivo por faixa etária em Feira de Santana



Considerando, portanto, a frequência de realização em cada faixa etária e o conjunto de resultados da faixa etária nos três municípios, pode-se afirmar que, apesar de não exibirem um quadro claro de mudança em curso, esses dados apontam para indícios de que, a julgar pela forte tendência de realização do clítico dito reflexivo entre os falantes mais jovens, pode sim estar ocorrendo uma mudança em direção à implementação da variante que mais se aproxima do padrão normativo nessas comunidades analisadas.

CONCLUSÃO

Esta tese apresentou uma análise dos resultados quantitativos da variação na realização dos clíticos considerados reflexivos no português popular do interior do Estado da Bahia, sendo descartada a variação na marca de pessoa no clítico dito reflexivo, já que, para esse aspecto, não se encontrou um quadro de variação estruturada que justificasse uma análise. A hipótese norteadora da pesquisa foi a de que a variação na realização do clítico dito reflexivo teria sido originado pela transmissão linguística irregular de tipo leve ocorrida nos primeiros séculos da colonização brasileira, cujos efeitos teriam sido difundidos com maior ou menor intensidade, a depender da proximidade geográfica da comunidade de fala em relação aos grandes centros urbanos e do conseqüente acesso de seus falantes aos outros padrões linguísticos, através do processo de escolarização, da influência dos meios de comunicação e do contato mais intenso com outras comunidades de fala. Nessa perspectiva, seria possível ordenar, em ordem decrescente de intensidade, a implementação do processo de nivelamento linguístico em curso no país, no qual os efeitos de contato linguístico ocorrido no passado, são mitigados, configurando o seguinte *continuum*, a partir das variedades em que os efeitos pretéritos do contato são menos visíveis: português popular dos centros urbanos maiores > português popular dos pequenos centros urbanos > português popular rural > português rural afro-brasileiro.

Embora a variável realização do clítico dito reflexivo – variável dependente a ser analisada – fosse composta, inicialmente, pelas variantes *realização*, *não-realização* e *dupla realização*, foi constatado que a dupla realização não é uma variante representativa na gramática das comunidades de fala estudadas, não sendo encontrada qualquer ocorrência dessa variante na amostra de fala analisada. Por outro lado, a variante *realização* apresentou uma frequência de 43,9%, enquanto a variante *não-realização* chegou a 56,1%, predomínio que já apontava para a confirmação da hipótese norteadora da pesquisa, uma vez que, de acordo com Souza (2011), a frequência da variante *realização* no português rural afro-brasileiro teria ficado em 15%, enquanto a variante *não-realização* teria alcançado 85%. Contudo, ao analisar as frequências das variantes por município e compará-las aos resultados obtidos por Souza (2011) em comunidades rurais afro-brasileiras, observou-se uma nítida gradação que constitui uma evidência empírica em favor da hipótese de mitigação dos efeitos da transmissão linguística irregular de tipo leve que teria originado esse processo de variação:

Comunidades Rurais Afro-Brasileiras (15% de realização e 85% de não-realização), Poções (22,6% de realização e 77,4% de não-realização), Santo Antônio de Jesus (53,3% de realização e 46,7% de não-realização) e Feira de Santana (56,7% de realização e 43,3% de não-realização). Segundo esses resultados, pode-se agrupar, por um lado, as variedades do português afro-brasileiro e do português popular de Poções, como comunidades em que o contato linguístico afetou mais a sua formação e aquelas que atualmente são menos afetadas pela influência dos grandes centros urbanos. Por outro lado, estariam as variedades do português popular de Santo Antônio de Jesus e de Feira de Santana, que, mas próximas ao litoral e à capital do Estado, Salvador, teriam sido mais afetadas pelo nivelamento linguístico em curso atualmente em curso no país, que atenua os efeitos do contato linguístico pretérito. Esse agrupamento, por sua vez, não desfaz o quadro inicialmente percebido do *continuum*, que confirma a hipótese reitora desta pesquisa.

Dentre os fatores linguísticos selecionados como relevantes estatisticamente pelo pacote de programas GOLDVARB X, destaca-se a variável *tipologia do clítico*, confirmando a hipótese inicial de que os clíticos que possuem mais valor informacional (os reflexivos, com peso relativo de 0.960, e os recíprocos, com peso relativo 0.764), ou fazem parte da especificação lexical do verbo (os inerentes, com peso relativo de 0.736), favorecem a realização do clítico dito reflexivo, enquanto os clíticos que possuem menos valor informacional (os expletivos, com peso relativo de 0.336), ou não fazem parte da especificação lexical do verbo (os inacusativos, com peso relativo de 0.391, e os passivos, com peso relativo 0.353), acabam por desfavorecê-la. Por sua vez, a análise da variável *papel temático do sujeito* confirmou a hipótese de que a presença de sujeitos com papel temático de paciente, com peso relativo de 0.697, favorece a realização do clítico dito reflexivo, ao passo que a presença de sujeitos com papel temático de agente, com peso relativo de 0.409, acaba por desfavorecê-la. Já a análise da variável *pessoa do discurso*, confirmou a hipótese de que a presença de <P1> e <P4> (com peso relativo de 0.582) favorece a realização do clítico, ao passo que a presença de <P3> e <P6>, consideradas não-pessoas, acaba por desfavorecê-la, com peso relativo de 0.433. Por fim, a análise da variável *animacidade do sujeito* confirmou a hipótese de que a presença de um sujeito sintático com traço de animacidade [+ animado], com peso relativo de 0.508, favorece a realização do clítico dito reflexivo, enquanto a presença de um sujeito sintático com traço de animacidade [- animado], com peso relativo de 0.327, acaba por desfavorecê-la.

Por outro lado, no que se refere aos fatores sociais selecionados como relevantes estatisticamente pelo pacote de programas GOLDVARB X, é possível destacar a variável *município de origem*, por meio da qual se confirmou a hipótese de que os informantes oriundos de Santo Antônio de Jesus (com peso relativo de 0.644) e de Feira de Santana (com peso relativo de 0.603) tendem mais à realização do clítico dito reflexivo do que os informantes de Poções (com peso relativo de 0.282), evidenciando que, nas comunidades de fala geograficamente mais próximas de Salvador, o maior centro urbano do Estado da Bahia, a influência dos padrões linguísticos dos grandes centros urbanos, que atenua efeitos da transmissão linguística irregular de tipo leve ocorrida no período colonial e imperial, do que nas comunidades mais afastadas, no universo rural do interior do país. Por sua vez, a análise da variável *localidade do informante* confirmou a hipótese de que os informantes localizados na sede do município (com peso relativo de 0.545) tendem mais à realização do clítico dito reflexivo do que os informantes localizados na zona rural (com peso relativo de 0.436), evidenciando que, mesmo em municípios menores do interior do país, o processo de nivelamento linguístico em curso no país afeta primeiro o centro urbano, para depois alcançar a zona rural. Já a análise da variável *escolaridade do informante* confirmou a hipótese de que os informantes com alguma escolarização (com peso relativo de 0.528) tendem mais à realização do clítico dito reflexivo do que os informantes analfabetos (com peso relativo de 0.450), evidenciando que o processo de escolarização é um fator propulsor do processo de nivelamento linguístico que desfaz os efeitos do contato linguístico pretérito. Por fim, o *cruzamento das variáveis faixa etária e município de origem* revelou que apenas em Poções foi confirmada a hipótese de que os informantes mais jovens – com peso relativo de 0.339 – tenderiam mais à realização do clítico dito reflexivo do que as outras duas faixas etárias, já que em Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana foram os informantes da faixa intermediária – com pesos relativos, respectivamente, de 0.690 e de 0.616 – que apresentaram mais essa tendência, sendo possível constatar, quando observadas as três faixas de cada município, que a consolidação da realização do clítico como estratégia de reflexivização estaria mais avançada em Santo Antônio de Jesus, depois em Feira de Santana e, por último, em Poções.

Com base na análise aqui apresentada, pode-se afirmar que o processo de variação na realização do clítico dito reflexivo presente no português popular do interior do Estado da Bahia foi originado pela transmissão linguística irregular de tipo leve ocorrida nos primeiros

séculos de formação da sociedade brasileira, cujos efeitos, que foram mais intensos no interior do país e no campo – onde, até as primeiras décadas do século XX, se concentrava a maior parte da população do país –, estão sendo atenuados com o processo de industrialização e urbanização que se implementa sobretudo a partir da Revolução de 1930. Assim, além de contribuir para uma melhor caracterização sociolinguística do português popular do Estado da Bahia, esta tese traz, com o amparo de dados empíricos consistentes, significativas contribuições que demonstram o relevante papel do contato entre línguas na formação do português brasileiro e do cada vez mais abrangente nivelamento linguístico que tem mitigado os efeitos do contato entre línguas ocorrido no passado (LUCCHESI, 2015).

REFERÊNCIAS

ALKMIM, Tânia. Sociolinguística (Parte I). In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. v. 1. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 21-47.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1947.

ALMENDRA, Maria Ana; FIGUEIREDO, José Nunes. **Compêndio de Gramática Latina**. Porto, Portugal: Bloco Gráfico LDA, 1999.

ANJOS, Rafael S. A. **Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil: primeira configuração espacial**. 2 ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2000.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.

AZEVEDO, Maria Amélia. Para a construção de uma teoria crítica em alfabetização escolar. In: AZEVEDO, Maria Amélia; MARQUES, Maria Lúcia. **Alfabetização hoje**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 31-50.

AZEVEDO, Thales. **Democracia racial**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1975.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira; com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BANDEIRA, Grace dos Anjos. **O apagamento de se nas funções sujeito e objeto: um estudo variacionista com dados do VARSUL do Paraná**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Paraná, Curitiba, 2007.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 19, p. 65-84, set. 1997.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5 ed. Campinas/SP: Pontes, 2005 [1963].

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães et alii. 2 ed. Campinas/SP: Pontes, 2006 [1966].

BICKERTON, Derek. **Roots of language**. Ann Arbor: Karoma, 1981.

BICKERTON, Derek. The Language Bioprogram Hypothesis. **Behavioural and Brain Sciences**, Cambridge, n.7, p.173-203, 1984.

BICKERTON, Derek. Creole languages and the Bioprogram. In: NEWMAYER, Frederick (Ed.). **Linguistics: the Cambridge survey**. v.2. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p.268-284.

BITTENCOURT, Regina Lúcia. **No rastro do apagamento: pronomes clíticos nas funções recíproca, reflexiva, apassivadora e indeterminadora**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

BURZIO, L. **Italian Syntax**. Dordrecht, Holland: D. Reidel Publishing Company, 1986.

CALMON, Pedro. **História Social do Brasil: espírito da sociedade colonial**. v. 1. São Paulo: Editora Nacional, 1937.

CAMACHO, Roberto Gomes. Em defesa da categoria de voz média no português. **DELTA**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 91-122, 2003.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1972.

CARREIRA, Antônio. Situação das pesquisas do tráfico em Portugal. In: UNESCO. **O tráfico de escravos negros: séculos XV a XIX**. Lisboa: Edições 70, 1981, p. 43-52.

CASTRO, Márcia Silva de. **A sintaxe dos clíticos pronominais do dialeto gaúcho atual**. Dissertação de Mestrado, PUC-RS, Porto Alegre, 2002.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1998.

COHEN, Marcel. **Matériaux pour une sociologie du langage**. Paris: Maspero, 1956.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

COSERIU, Eugenio. Sistema, norma e fala. In: _____. **Teoria da Linguagem e Linguística Geral**: cinco estudos. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença/EDUSP, 1979 [1952], p. 13-85.

CUNHA, Celso Ferreira da. **A questão da norma culta brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

D'ALBUQUERQUE, Alair. A perda dos clíticos em um dialeto mineiro. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, 78/79, p. 97-121, 1988.

FALTZ, Leonard M. **Reflexivization**: a study in Universal Syntax. New York: Garland, 1985.

GALVES, Charlotte. A interpretação 'reflexiva' do pronome no Português do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 2, p. 249-264, 1986.

GUY, Gregory. **Linguistic variation in Brazilian Portuguese**: aspects of phonology, syntax and language history. Tese de Doutorado, University of Pennsylvania, 1981.

HAGEMEIJER, Tjerk. As línguas de S. Tomé e Príncipe. **Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola**, v. 1, p. 1-27, 2009.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOLM, John. Popular Brazilian Portuguese; a semi-creole. In: d'Andrade, Ernesto & Kihm, Alain (orgs.). **Actas do Colóquio sobre "Crioulos de Base Lexical Portuguesa"**. Lisboa: Colibri, 1992, p. 37-66.

HOUAISS, Antônio. **O português no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1985.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2010 [1960].

LABOV, William. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (eds.). **Sociolinguistics**: the essential readings. Oxford: Blackwell, 2003, p. 235-250.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LEITE, Yonne; FRANCHETTO, Bruna. 500 anos de línguas indígenas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 15-61.

LEMLE, Miriam. Pronomes, Anáforas, Zero: observações sobre uma mudança linguística. **DELTA**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 121-124, 1985.

LUCCHESI, Dante. A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso. **A Cor das Letras**, Feira de Santana, n. 3, p. 73-100, 1999.

LUCCHESI, Dante. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira**: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 17, p. 97-130, 2001.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002, p. 63-92.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **Português brasileiro**: contato linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003, p. 272-284.

LUCCHESI, Dante. A participação do contato entre línguas na formação do português popular do Brasil: Novas evidências empíricas. In: M. Fernández, M. Fernández-Ferreiro & N.V. Veiga. **Los criollos de base ibérica**. Madri: Iberoamericana, 2004a, p. 215-226.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem**. São Paulo: Parábola, 2004b.

LUCCHESI, Dante. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. **Revista da ABRALIN**, Belo Horizonte, v. 5, p. 83-112, 2006.

LUCCHESI, Dante. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Orgs.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 151-180.

LUCCHESI, Dante. Conclusão. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009, p. 513-545.

LUCCHESI, Dante. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In: LOBO, Tânia *et alli* (Org.). **ROSAE**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 249-273.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. Processos de criouliização na história sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 163-218.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009, p. 101-124.

LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza. Teorias da estrutura e da mudança linguísticas e o contato entre línguas. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009, p. 125-153.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna Gramática Brasileira**. São Paulo: Editora Globo, 1976.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas repensados. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 219-254.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MEILLET, Antoine. **Linguistique Historique et Linguistique Générale**. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1948 [1918].

MELO, Gladstone Chaves de. **A língua do Brasil**. São Paulo: Agir, 1946.

MELLO, Fernanda Rosário de. “Acabou-se o que era doce. Quem comeu se regalou-se”: uma análise do clítico *se* em João Pessoa na interface Sociolinguística/Gramaticalização. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.

MIRA MATEUS, Maria Helena et alii. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989.

MONGUILHOTT, Isabel; COELHO, Izete. Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis. In: VANDRESEN, Paulino (Org.). **Variação e mudança no português falado na região sul**. Pelotas: EDUCAT, 2002, p. 189-216.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MÜHLHÄUSLER, Peter. **Pidgin & Creole Linguistics**. Londres: Basil Blackwell, 1986.

MUSSA, Alberto. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre as origens do português popular do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 9, p. 437-454, 1993.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. O conceito de transmissão lingüística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003, p. 285-302.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

NUNES, Jairo. Ainda o famigerado SE. **DELTA**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 201-240, 1995.

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.43-59.

PARKVALL, Mikael. **Out of Africa: African influences in Atlantic Creoles**. Londres: Battlebridge Publications, 2000.

PEREIRA, Deize Crespim. **Variação e mudança no uso dos pronomes reflexivos no português popular da capital paulista: uma abordagem funcionalista e cognitivista**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PERINI, Mário A. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. A matriz africana no português do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 81-116.

PETTER, Margarida. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 117-142.

PRATAS, Fernanda. **O Sistema Pronominal do Caboverdiano**. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.

RAIMUNDO, Jacques. **O elemento afro-negro na língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

RIBEIRO, João. **Dicionário Gramatical**. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906 [1988].

ROBERTS, Ian. Verb Movement and Markedness. In: DEGRAFF, Michel (org.). **Language Creation and Language Change – Creolization, Diachrony, and Development**. Cambridge: The MIT Press, 1999, p. 287-328.

ROCHA, Ângela de Fátima. **Clíticos reflexivos**: uma variante sociolinguística na cidade de Outro Preto. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1957.

RODRIGUES, Aryon. **Línguas Indígenas Brasileiras**. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, Aryon. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 143-161.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa Gramática Completa**: teoria e prática. 4 ed. São Paulo: Atual, 1982.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. **Goldvarb X**: a variable rule application for Macintosh and Windows. Toronto: Department of Linguistics University of Toronto, 2005.

SAPIR, Edward. **Language**: An Introduction to Study of Speech. New York: Harcourt, Brace & World, 1921.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, Dermeval da (Org.). **Diversidade linguística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997, p. 93-114.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951.

SOUZA, Jurgen Alves de. **As estruturas reflexivas no português afro-brasileiro**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007 [1982].

TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro. In: KATO, Mary; ROBERTS, Ian (Orgs.). **Português Brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 35-68.

TERRA, Ernani. **Curso Prático de Gramática**. São Paulo: Scipione, 1996.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VEADO, Rosa Maria Assis. **Comportamento linguístico do dialeto rural**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

APÊNDICES

APÊNDICE A – Chave de Codificação

A) Variáveis Dependentes

1. Realização do clítico dito reflexivo

(R) Realização do clítico dito reflexivo

Ex.: *Ela se cortou com a tesoura.*

(D) Dupla realização do clítico dito reflexivo

Ex.: *Eu me incomodei-me com os gritos.*

(Z) Não-realização do clítico dito reflexivo

Ex.: *Maria Ø levantou do sofá.*

2. Marca de pessoa no clítico dito reflexivo

(1) Com marca de pessoa no clítico dito reflexivo

Ex.: *Eu me senti mal.*

(0) Sem marca de pessoa no clítico dito reflexivo

Ex.: *Eu se senti mal.*

(/) Ocorrências com *ele(a)(s)*, *você(s)* e *a gente* ou de não-realização do clítico dito reflexivo

Ex.: *Ele se sentiu mal.*

Você se sentiu mal.

A gente se sentiu mal.

Ele Ø casou ontem.

B) Variáveis Linguísticas Explanatórias

3. Tipologia do Clítico

(r) Clítico reflexivo

(c) Clítico recíproco

(e) Clítico ergativo

(p) Clítico passivo

(n) Clítico inacusativo

(o) Clítico oblíquo

(i) Clítico inerente

(x) Clítico expletivo

4. Papel Temático do Sujeito

- (A) Agente
- (P) Paciente
- (E) Experienciador

5. Animacidade do Sujeito

- (*) [- animado]
- (&) [+ animado / - humano]
- (@) [+ humano]

6. Tipo de Sujeito

- (N) Sujeito Nominal
- (P) Sujeito Pronominal Explícito
- (O) Sujeito Pronominal Implícito

7. Pessoa do Discurso

- (1) <P1>
- (2) <P2>
- (3) <P3>
- (4) <P4>
- (5) <P5>
- (6) <P6>

8. Tempo e Modo do Verbo a que se liga o clítico

- (H) Presente do Indicativo
- (U) Pretérito Perfeito do Indicativo
- (V) Pretérito Imperfeito do Indicativo
- (F) Futuro do Presente do Indicativo
- (C) Futuro do Pretérito do Indicativo
- (R) Presente do Subjuntivo
- (S) Pretérito do Subjuntivo
- (Q) Futuro do Subjuntivo
- (O) Imperativo

- (G) Gerúndio
- (I) Infinitivo
- (P) Particípio

9. Marca de Pessoa e Número no Verbo

- (o) Marca de <P1>
- (s) Marca de <P4>
- (m) Marca de <P6>
- (z) Sem marca de pessoa e número

10. Concordância Verbo-Sujeito

- (-) [- concordância]
- (+) [+ concordância]

11. Posição do Pronome em Relação ao Verbo

- (<) Próclise
- (>) Ênclise
- (/) Pronome não-realizado

12. Efeito de Gatilho

- (C) Com estímulo positivo
- (S) Com estímulo negativo
- (N) Sem estímulo

C) Variáveis Sociais

13. Escolaridade

- (@) Analfabeto
- (\$) Semi-analfabeto

14. Faixa Etária

- (J) Faixa I (25 a 35 anos)
- (I) Faixa II (45 a 55 anos)
- (V) Faixa III (acima de 65 anos)

15. Sexo

(m) Masculino

(f) Feminino

16. Município de Origem

(P) Poções

(S) Santo Antônio de Jesus

(F) Feira de Santana

17. Localidade do Informante

(u) Sede do Município

(r) Zona Rural

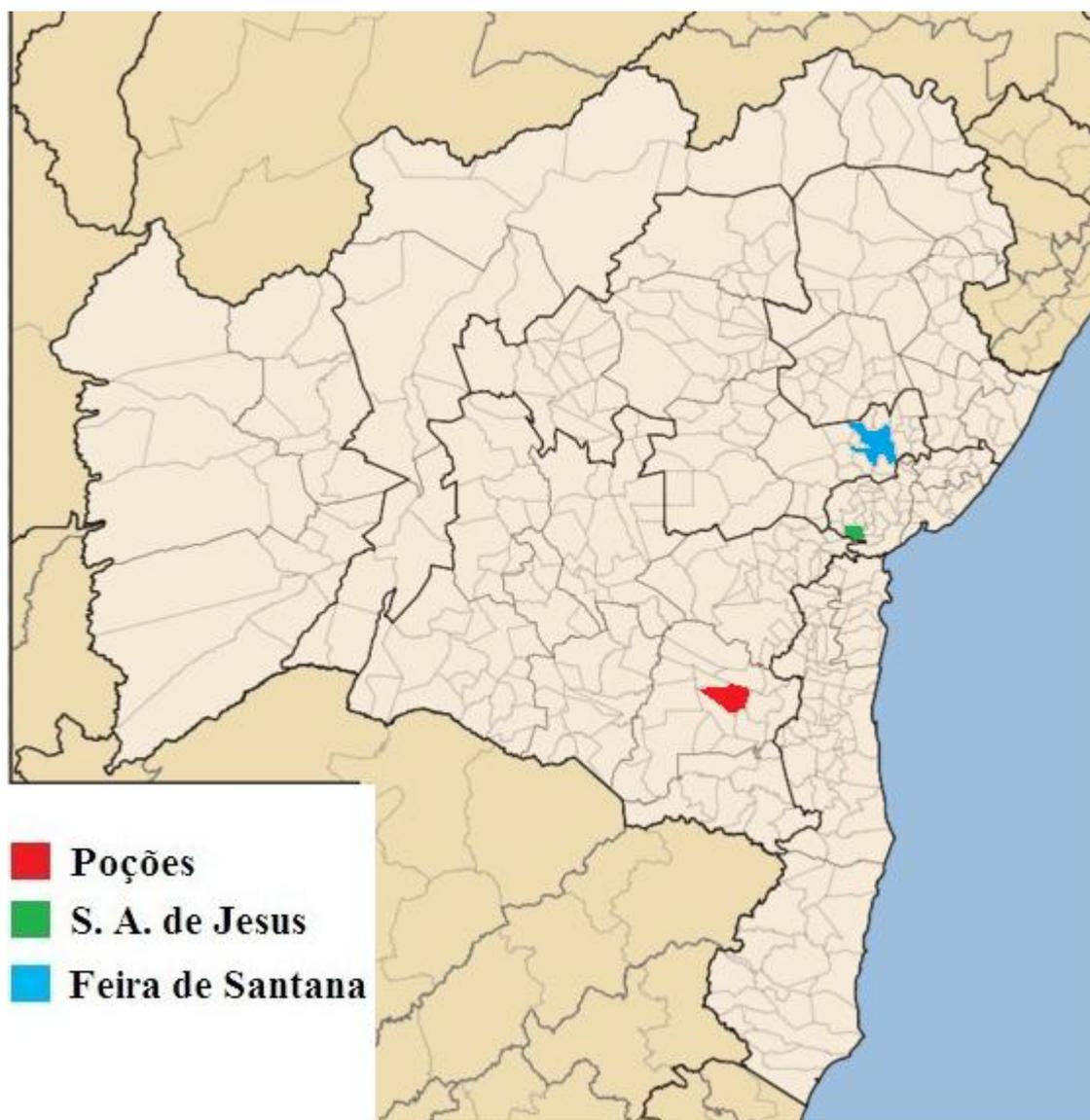
18. Estada Fora da localidade

(X) Saiu por pelo menos seis meses

(Y) Não se ausentou da comunidade

ANEXOS

ANEXO A – Localização Geográfica dos Municípios Pesquisados



ANEXO B – Caracterização do *corpus* base do português popular do interior da Bahia

CORPUS BASE DO MUNICÍPIO DE POÇÕES		
SEDE DO MUNICÍPIO		
FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
POS-Inq01 – M – 25 – S – N	POS-Inq05 – M – 45 – S – N	POS-Inq09 – M – 66 – S – E
POS-Inq02 – M – 31 – S – E	POS-Inq06 – M – 51 – S – E	POS-Inq10 – M – 64 – S – E
POS-Inq03 – F – 35 – S – E	POS-Inq07 – F – 51 – S – E	POS-Inq11 – F – 84 – A – E
POS-Inq04 – F – 29 – S – E	POS-Inq08 – F – 56 – A – E	POS-Inq12 – F – 66 – A – N
(média: 30 anos)	(média: 50,75 anos)	(média: 70 anos)
ZONA RURAL		
FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
POR-Inq01 – M – 25 – S – N	POR-Inq05 – M – 46 – S – N	POR-Inq09 – M – 65 – A – N
POR-Inq02 – M – 28 – A – E	POR-Inq06 – M – 52 – A – N	POR-Inq10 – M – 71 – A – E
POR-Inq03 – F – 20 – S – E	POR-Inq07 – F – 55 – A – N	POR-Inq11 – F – 76 – A – N
POR-Inq04 – F – 26 – S – E	POR-Inq08 – F – 50 – A – N	POR-Inq12 – F – 70 – A – N
(média: 24,75 anos)	(média: 50,75 anos)	(média: 70,5 anos)

CORPUS BASE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS		
SEDE DO MUNICÍPIO		
FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
SAS-Inq01 – M – 22 – S – N	SAS-Inq05 – M – 44 – A – N	SAS-Inq09 – M – 81 – A – N
SAS-Inq02 – F – 23 – S – N	SAS-Inq06 – F – 47 – S – E	SAS-Inq10 – F – 78 – A – E
SAS-Inq03 – M – 25 – S – E	SAS-Inq07 – M – 51 – S – N	SAS-Inq11 – M – 76 – S – E
SAS-Inq04 – F – 30 – S – N	SAS-Inq08 – F – 45 – S – E	SAS-Inq12 – F – 62 – S – E
(média: 25 anos)	(média: 46,75 anos)	(média: 74,25 anos)
ZONA RURAL		
FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
SAR-Inq01 – M – 34 – S – E	SAR-Inq05 – M – 51 – S – E	SAR-Inq09 – M – 87 – A – N
SAR-Inq02 – F – 26 – S – N	SAR-Inq06 – F – 53 – A – E	SAR-Inq10 – F – 75 – A – N
SAR-Inq03 – M – 23 – S – N	SAR-Inq07 – M – 51 – A – N	SAR-Inq11 – M – 74 – A – N
SAR-Inq04 – F – 32 – S – E	SAR-Inq08 – F – 57 – S – N	SAR-Inq12 – F – 76 – A – N
(média: 28,75 anos)	(média: 53 anos)	(média: 78 anos)

CORPUS BASE DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA		
SEDE DO MUNICÍPIO – FEIRENSE FILHO DE FEIRENSE		
FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
FFF-Inq01 – M – 26 – S – E	FFF-Inq05 – M – 45 – S – E	FFF-Inq09 – F – 76 – S – N
FFF-Inq02 – M – 35 – S – N	FFF-Inq06 – M – 50 – S – N	FFF-Inq10 – F – 70 – S – N
FFF-Inq03 – F – 33 – S – E	FFF-Inq07 – F – 54 – S – N	FFF-Inq11 – M – 80 – A – N
FFF-Inq04 – F – 31 – S – N	FFF-Inq08 – F – 50 – S – N	FFF-Inq12 – M – 72 – S – N
(média: 31,25 anos)	(média: 49,75 anos)	(média: 74,5 anos)
SEDE DO MUNICÍPIO – FEIRENSE FILHO DE MIGRANTE		
FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
FFM-Inq01 – M – 35 – S – N	FFM-Inq05 – M – 53 – S – E	FFM-Inq09 – M – 66 – A – N
FFM-Inq02 – M – 32 – S – N	FFM-Inq06 – M – 45 – S – E	FFM-Inq10 – M – 82 – S – E
FFM-Inq03 – F – 28 – S – N	FFM-Inq07 – F – 48 – S – E	FFM-Inq11 – F – 66 – S – N
FFM-Inq04 – F – 27 – S – N	FFM-Inq08 – F – 48 – S – N	FFM-Inq12 – F – 69 – S – E
(média: 30,5 anos)	(média: 48,5 anos)	(média: 70,75 anos)
ZONA RURAL		
FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
FZR-Inq01 – M – 31 – S – E	FZR-Inq05 – M – 52 – S – E	FZR-Inq09 – M – 74 – S – E
FZR-Inq02 – M – 35 – S – N	FZR-Inq06 – M – 48 – S – N	FZR-Inq10 – M – 74 – S – E
FZR-Inq03 – F – 28 – S – E	FZR-Inq07 – F – 56 – A – N	FZR-Inq11 – F – 68 – A – E
FZR-Inq04 – F – 32 – S – E	FZR-Inq08 – F – 55 – A – N	FZR-Inq12 – F – 77 – A – N
(média: 31,5 anos)	(média: 52,75 anos)	(média: 73,25 anos)

LEGENDA: **POS** (Poções – Sede do Município), **POS** (Poções – Zona Rural), **SAS** (S. A. de Jesus – Sede do Município), **SAR** (S. A. de Jesus – Zona Rural), **FFF** (Feirense Filho de Feirense), **FFM** (Feirense Filho de Migrante) e **FZR** (Feirense da Zona Rural); **F** (sexo feminino); **M** (sexo masculino); **28** (28 anos de idade); **S** (pouco escolarizado); **A** (analfabeto); **E** (viveu fora da comunidade por pelo menos seis meses); **N** (não viveu fora da comunidade).

MÉDIA DE IDADE POR FAIXA ETÁRIA

FAIXA I: 28,82 anos

FAIXA II: 50,32 anos (21,50 anos de diferença sobre a FAIXA I)

FAIXA III: 73,04 anos (22,72 anos de diferença sobre a FAIXA II)